



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“A Evolução da Organização e do Quadro de Oficiais da
Arma de Artilharia – Da República à actualidade.”

AUTOR: Aspirante Aluno de Artilharia Renato Ramos

ORIENTADOR: TCor Art (Mestre em História) Pedro Marquês
de Sousa

Lisboa, Julho de 2009



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“A Evolução da Organização e do Quadro de Oficiais da
Arma de Artilharia – Da República à actualidade.”

Lisboa, Julho de 2009

Dedicatória

*Aos meus Pais, Irmão e Namorada, por sempre
me terem apoiado nas minhas decisões e me
incentivarem e ajudarem nos momentos mais difíceis*

Agradecimentos

Após o termino desta fase da minha formação gostaria de expressar o meu reconhecimento as seguintes pessoas:

-Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa, meu orientador, pelas orientações e ajuda que me deu ao longo deste último ano e meio;

-Funcionárias das Bibliotecas da Academia Militar incansáveis no apoio a minha pesquisa;

-Funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Histórico Ultramarino sempre disponíveis a ajudar na minha pesquisa;

-E à minha família e namorada que foram sempre compreensíveis aquando da minha ausência.

Sem os mesmos este trabalho não teria sido realizado devido a incansável contribuição que deram para o mesmo. A todos o meu Muito Obrigado.

ÍNDICE

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Índice de Quadros	iv
Lista de Abreviaturas	v
Resumo	viii
Abstract	ix
INTRODUÇÃO	1
1- A ORGANIZAÇÃO DA ARTILHARIA ANTES DA REPÚBLICA.....	3
1.1-A Artilharia Portuguesa no ultramar	3
1.2-A formação dos Oficiais	7
2 - A ARTILHARIA DA REPÚBLICA E A SUA PARTICIPAÇÃO NA 1ª GRANDE GUERRA....	9
2.1- A reorganização Republicana	9
2.2 - A Artilharia Portuguesa na 1ª Guerra Mundial	12
2.2-A formação dos Oficiais no Regime Republicano.....	17
3- AS REORGANIZAÇÕES DA ARTILHARIA NO ESTADO NOVO	19
3.1 - A Ditadura Militar e o Estado Novo.....	19
3.2 -A ameaça da 2ª Guerra Mundial e a Entrada na NATO	21
3.3 – A Artilharia Portuguesa na Guerra Colonial	29
3.4 - A formação dos Oficiais durante o Estado Novo	30
4 – A EVOLUÇÃO DO QUADRO DE OFICIAIS DE ARTILHARIA APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974	34
4.1- O pós 25 de Abril de 1974.....	34
4.2 – A década de 90	35
4.3 – Os novos desafios e a entrada no século XXI	37
4.4 – A formação dos oficiais na actualidade	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
APÊNDICES.....	46
Apêndice A – Quadros	47
Apêndice B – Gráficos.....	64
ANEXOS	66
Anexo A – Lei n.º15/92.....	67
Anexo B – PLESMIL	72
Anexo C – Figuras	74

Índice de Quadros

Quadro 1 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1899.....	4
Quadro 2 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças de 1899 e o Efectivo existente nesse mesmo ano e em 1900.....	5
Quadro 3 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1901.....	6
Quadro 4 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1901 e 1903.....	6
Quadro 5 - Oficiais destacados nas províncias ultramarinas e distrito autónomo de Timor, em 1901.....	7
Quadro 6 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1911.....	11
Quadro 7 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1911, 1916 e 1918.....	12
Quadro 8 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1926.....	21
Quadro 9 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1926 e 1929.....	21
Quadro 10 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1937.....	22
Quadro 11 - Comparativo entre Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1937.....	23
Quadro 12 - Efectivo existente em 1946, 1948, 1956 e 1958.....	28
Quadro 13 - Efectivo existente em 1961, 1964, 1968 e 1972.....	29
Quadro 14 - Aspirantes que terminaram o curso de Oficial de Artilharia entre 1956 e 1964.....	33
Quadro 15 - Quadro de Oficiais pós 25 de Abril de 1974.....	35
Quadro 16 - O quadro de Oficiais de Artilharia antes e depois da "Lei dos Coronéis".....	37
Tabela 17 - O quadro de Oficiais de Artilharia no século XXI.....	38

Lista de Abreviaturas

A

AA – Antiaérea

AAA - Artilharia Antiaérea

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ARFAD - Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho

B

BAI – Brigada Aerotransportada Independente

BBF – Bateria de Bocas de Fogo

BLI – Brigada Ligeira de Intervenção

BMI – Brigada Mecanizada Independente

BrigInt – Brigada de Intervenção

BrigMec – Brigada Mecanizada

BRR – Brigada de Reacção Rápida

BtrAAA - Bateria de Artilharia Antiaérea

C

C.E.P. – Corpo Expedicionário Português

C.T.R. – Canhão de Tiro Rápido

CAPI – Corpo de Artilharia Pesada Independente

CE – Corpo de Exército

CEM – Corpo de Estado Maior

CIAAC – Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea Cascais

CICA - Centro de Instrução de Condução Auto

CMSM – Campo Militar de Santa Margarida

CTAT – Corpo de Tropas Aerotransportado

E

EE – Escola do Exército

EPA – Escola Prática de Artilharia

EUA – Estados Unidos de América

ETAC – Escola de Tiro de Artilharia de Campanha

F

FND – Força Nacional Destacada

FOPE – Força Operacional Permanente do Exército

G

GAAA – Grupo Artilharia Antiaérea

GAC – Grupo de Artilharia de Campanha

GACA – Grupo de Artilharia Contra Aeronaves

GAG – Grupos de Artilharia de Guarnição

GBA – Grupos de Baterias de Artilharia

N

NATO –North Atlantic Treaty Organization

P

PAO – Pelotão de Aquisição de Objectivos

PREC – Período Revolucionário em Curso

Q

QP – Quadro Permanente

R

RA4 – Regimento de Artilharia nº4

RA5 - Regimento de Artilharia nº5

RAAA1 – Regimento de Artilharia Antiaérea nº1

RAAF – Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa

RAC – Regimento de Artilharia de Campanha

RAL – Regimento de Artilharia Ligeira

RAP – Regimento de Artilharia Pesada

RASP – Regimento de Artilharia da Serra do Pilar

RG2 – Regimento de Guarnição nº2

RG3 – Regimento de Guarnição nº3

RMC – Região Militar Centro

RMN – Região Militar Norte

RMS - Região Militar Sul

S

SFN – Sistema de Forças Nacional

T

T.R. – Tiro Rápido

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TPOA – Tirocínio para Oficial de Artilharia

U

URSS – União Repúblicas Socialistas Soviéticas

Z

ZMA – Zona Militar dos Açores

ZMM – Zona Militar da Madeira

Resumo

Este trabalho pretende identificar e analisar a evolução da organização e do quadro de oficiais da arma de Artilharia - da República até a actualidade. Entendemos ser um tema de grande importância, porque o estudo das reorganizações leva-nos a compreender as organizações actuais e, ao mesmo tempo, capacita-nos para prever as tendências das futuras alterações. Definimos como objectivo deste trabalho proporcionar um estudo sobre a influência das diversas reorganizações do Exército ao longo do século XX, na organização das unidades de Artilharia e na sua relação com o efectivo de oficiais do Quadro Permanente (QP) da arma, nas importantes fases da 1ª Guerra Mundial, no contexto da Defesa Antiaérea e Costeira durante a 2ª Guerra Mundial, com a adesão à NATO na década de 1950, durante a Guerra em África e no pós 25 de Abril de 1974. Salientamos que as mais profundas alterações na organização destes quadros orgânicos são concomitantes a grandes alterações no panorama político-social Português, pelo que a contextualização histórica assume especial relevância.

Para a execução do presente trabalho foram privilegiadas as formas bibliográfica e documental, a partir das quais foi possível dar resposta à questão central: “ *Como evoluiu a organização e os efectivos do quadro de oficiais de Artilharia da República até a actualidade?*”

PALAVRAS-CHAVE: REORGANIZAÇÕES DO EXÉRCITO; ARTILHARIA; QUADRO DE OFICIAIS; EVOLUÇÃO; FORMAÇÃO DOS OFICIAIS.

Abstract

This work intends to identify and analyse the evolution of the organization and of Artillery Arms Officers Steering Board of the Republic until today. We acknowledge it as being a very important theme, since the study of reorganizations allows us understanding present organisations and, at the same time, enable us to predict the tendencies of future changes. We defined as objective of this work to provide a study about the influence of the several reorganizations of the Army throughout the XX Century, in the organization of the Artillery Units and in their relation with the officers effectives of the Permanent Board of the Arms, in the important phases of the 1st World War, in the context of Coast and Anti-aircraft Defense during the 2nd World War, with the adhesion to NATO in the 1950 decade, during the War in Africa and in post 25 April of 1974. We stand out that the most profound changes in the organization of these organic boards are in accordance with big changes in Portuguese socio-political frame, the reason why this historical context is of special relevance.

To make this work, we privileged the use of documental and bibliographical means from which it was possible to answer the central question: “How did the organization and the Artillery Effectives of the Officers Steering Board of the Republic evolutes until today?”

KEYWORDS: ARMY REORGANIZATIONS; ARTILLERY; OFFICERS STEERING BOARD; EVOLUTION; OFFICERS TRAINING

INTRODUÇÃO

“A história emula o tempo, sendo repositória dos factos, testemunha do passado, exemplo do presente e advertência do futuro”

Miguel Cervantes

No âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA) surge como parte integrante e de extrema importância a realização do estágio de natureza profissional, do qual resultará o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que tem como principais objectivos a aplicação de competências e o desenvolvimento de capacidades de compreensão no domínio da defesa.¹

Como futuro Oficial de Artilharia aceitei o desafio de elaborar um trabalho de carácter histórico relacionado com esta arma aumentando desta forma a minha cultura artilheira e divulgando um tema que consideramos pertinente e que nunca antes foi abordado.

Face ao tema proposto: “*A evolução da organização e do quadro de oficiais da arma de Artilharia - da República até a actualidade*”, temos como finalidade proporcionar um estudo sobre a influência das diversas reorganizações do Exército ao longo do século XX, na organização das unidades de Artilharia e na sua relação com o efectivo de oficiais, do Quadro Permanente (QP) da arma, nas importantes fases da 1ª Guerra Mundial, no contexto da Defesa Antiaérea e Costeira durante a 2ª Guerra Mundial, com a adesão à NATO na década de 1950, durante a Guerra em África e posteriormente ao 25 de Abril de 1974 com as profundas alterações orgânicas e doutrinárias registadas no exército.

De modo a responder ao objectivo principal do trabalho, definimos a seguinte questão central: “**Como evoluiu a organização e os efectivos do quadro de oficiais de Artilharia da República até a actualidade?**”

No desenvolvimento do trabalho procuramos desdobrar a questão central em questões derivadas para podermos atingir os seguintes objectivos específicos do trabalho:

- Caracterizar e explicar a organização do quadro de oficiais de Artilharia resultante da reorganização militar do final do século XIX e início do século XX;
- Relacionar a adequação dos efectivos às necessidades verificadas nos conflitos em África no Final do século XIX e início do século XX;
- Analisar e interpretar as alterações verificadas com a reorganização militar da República;
- Inventariar e analisar os efectivos mobilizados durante a 1ª Guerra Mundial;
- Caracterizar os quantitativos de Oficiais de Artilharia resultantes das reorganizações militares do Estado Novo devido à 2ª Guerra Mundial;
- Explicar a influência verificada nos quadros de Oficiais de Artilharia no âmbito da adesão a NATO;

¹ Regulamento do Tirocínio para Oficial do Quadro Permanente, Anexo Normas específica, Estágio de Natureza Profissional, Academia Militar

- Inventariar e analisar o esforço para a adequação dos efectivos na guerra em África (1961-1974);
- Interpretar as alterações registadas nos efectivos de oficiais após o 25 de Abril de 1974;
- Identificar as alterações registadas nos efectivos de Oficiais no contexto pós Guerra Fria.

Após termos levantado a questão central e as questões derivadas, iniciámos o nosso estudo. A primeira fase consistiu na pesquisa e investigação de fontes bibliográficas, à qual se seguiu uma fase de estudo das fontes primárias. Estas pesquisas iniciais levaram-nos à concepção de uma base que proporcionou uma investigação mais aprofundada com base em Decretos, nas Ordens do Exército, Almanques do Exército² e fontes primárias disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Histórico Militar (AHM) que são o suporte desta investigação.

O trabalho final está organizado em Introdução, 4 capítulos e Considerações Finais onde se focam algumas das principais reestruturações no Exército e na Artilharia. Realça-se que no final de cada capítulo existe um subcapítulo que aborda a formação dos oficiais.

O primeiro capítulo aborda a artilharia antes da Instauração da República, que apesar de não se encontrar no âmbito do tema proposto, tem como objectivo criar um termo de comparação para podermos observar as repercussões da mudança de regime na organização do exército e no quadro de oficiais. O período pré republicano é um período marcado pela mobilização de unidades para ocupação de África onde existe grande necessidade de oficiais. Neste período é fundada a Escola do Exército (EE).

O segundo capítulo aborda a Revolução do 5 de Outubro de 1910 e a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial e as suas repercussões na organização da Artilharia e no quadro de Oficiais.

O terceiro capítulo mostra-nos as organizações que a Artilharia sofreu durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, como foi organizado o dispositivo da Artilharia, em termos territoriais, devido a ameaça que se fazia sentir da 2ª Guerra Mundial bem como a evolução que se deu na Artilharia devido à entrada de Portugal na NATO e ainda, a participação da Artilharia na Guerra de África.

No quarto capítulo aborda-se a Artilharia após o 25 de Abril de 1974, nomeadamente a década de 90, principalmente no que diz respeito à “lei dos coronéis”³ e as mudanças no que diz respeito a organização e ao quadro de oficiais até aos dias de hoje.

Por último são apresentadas as considerações finais apreendidas durante a investigação efectuada, no sentido de responder a questão central e objectivos específicos, das questões derivadas, por nós levantadas, focando as principais reestruturações na Artilharia.

² Actuais Listas de Oficiais, onde constam os nomes e o postos de todos os oficiais do Exército.

³ Decreto de lei nº15/92. Vide Anexo A

1- A ORGANIZAÇÃO DA ARTILHARIA ANTES DA REPÚBLICA

1.1-A Artilharia Portuguesa no ultramar

Portugal encontrava-se em grande crise económica devido às guerras civis que tinha vivido. Como forma de tentar obter recursos Portugal vira-se para África, o que leva a ocupar e definir fronteiras no continente Africano. Entre 1890 e 1907, e para evitar a perda das colónias após a Conferência de Berlim⁴, foram enviadas dezassete expedições, com forças de artilharia incluídas, para ocupação de África.

Durante este envolvimento em África, o Exército é sujeito a diversas reorganizações, das quais destacamos duas das principais, a de 1899 e a de 1901.

Em 1899⁵ o Exército é reorganizado, de uma forma completa, ficando organizado em quatro Divisões de tropas activas, com a 1^o sediada em Lisboa, a 2^a em Viseu, a 3^a no Porto e a 4^a em Évora; dois Comandos militares nos arquipélagos: um Angra do Heroísmo e outro no Funchal, as tropas de Artilharia Independentes e as tropas de reserva. Cada Divisão possuía um Regimento de Artilharia de Campanha a oito Baterias, nas tropas independentes existiam dois Grupos, um de Artilharia de Montanha e outro a Cavalos, e 2 Regimentos de Artilharia de Guarnição a dois Batalhões cada. Nas ilhas havia três Companhias de Artilharia de Guarnição. No que se refere às tropas de reserva eram constituídas por quatro Grupos de Artilharia de Campanha a, quatro Baterias, e dois Batalhões de Artilharia de Guarnição a uma Companhia e mais três Companhias de Guarnição para as Ilhas. Após termos verificado as alterações orgânicas a nível do Exército vejamos agora as alterações relativas à organização da Artilharia.

Artilharia de Campanha⁶: Existiam quatro Regimentos numerados de 1 a 4, respectivamente em Lisboa, Torres Novas, Santarém e Penafiel, sendo cada um constituído por oito Baterias⁷ Activas e uma Bateria de Depósito, tendo cada Regimento 39 Oficiais. Em tempo de guerra cada Regimento formava dois Grupos, onde cada Grupo era constituído por quatro Baterias e um Estado Maior e Menor próprio, comandado por um Major. Ainda em cada Regimento existia um Grupo de Campanha de Reserva, constituído por quatro Baterias, tendo cada destes Grupos dezoito Oficiais. Em caso de Guerra esse Grupo era mobilizado e tinha o mesmo efectivo de um Grupo do Regimento. Com este Grupo de reserva em tempo de guerra os Regimentos passavam a ter três Grupos ou seja doze Baterias, o que fazia que em tempo de paz existissem 228 Oficiais e 264 em tempo de Guerra.

⁴ A Conferência de Berlim realizou-se entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885 teve como objectivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais e resultou numa divisão que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos do Continente

⁵ Ordem do Exército nº10 de 11 de Setembro de 1899

⁶ Vide Apêndice A, Quadro 1

⁷ Cada Bateria em tempo de paz tem 4 bocas de fogo e em tempo de guerra 6.

Artilharia de Guarnição⁸: Existiam dois Regimentos de Artilharia de Guarnição, o nº 5 e nº6, respectivamente em Elvas e Lisboa, onde cada Regimento era constituído por oito Companhias Activas e uma Companhia de Depósito, tendo cada regimento 31 Oficiais. Existiam ainda três Companhias de Guarnição nas ilhas com o mesmo efectivo que uma companhia activa., com nove Oficiais cada uma. O modo de funcionamento em tempo de Guerra era o mesmo da Artilharia de Campanha, ou seja, as oito Companhias formavam dois Batalhões, comandados também eles por Majores. Existiam também três Companhias de Guarnição de reserva, que em tempo de Guerra, era mobilizada com o mesmo efectivo de uma Companhia Activa (9 Oficiais), perfazendo um total de 99 Oficiais em tempo de paz e 127 em tempo de guerra.

Artilharia a Cavalo e de Montanha⁹: A organização da Artilharia a Cavalo e da Artilharia de Montanha em 1899 era praticamente igual. Sendo assim cada uma delas era constituída por um Grupo com duas Baterias, o de Montanha em Viana do Castelo e o a Cavalo em Queluz. A única diferença verificava-se no número de bocas de fogo em guerra onde a Bateria a Cavalo passava a ter 6 enquanto a Bateria de Montanha mantinha as quatro bocas de fogo. No que refere a número de oficiais a Artilharia a Cavalo contava com 12 Oficiais e a Artilharia de Montanha com um total de 10 Oficiais.

No que se refere ao número total de Oficiais, convém referir que em tempo de guerra, cada Bateria possuía um Oficial Subalterno de reserva. Sendo assim, em 1899, o número total de oficiais era, em tempo de paz, de 345 e, em tempo de guerra, ascendia aos 413 (mais 41 Subalternos), como se pode verificar pelo seguinte quadro.

	Tempo de Paz				Tempo de Guerra			
	Campanha	Guarnição	Cavalo e Montanha	Total	Campanha	Guarnição	Cavalo e Montanha	Total
Coronéis	4	2	0	6	4	2	0	6
T. Coronéis	4	2	2 ¹⁰	8	4	2	2	8
Majores	12	6	0	18	14	8	0	22
Capitães	56	33	6	95	70	43	6	119
Tenentes	100	29	10	139	116	37	10	163
Alferes	48	27	4	79	56	35	4	95
Total	345				413			

Quadro 18 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1899

⁸ Vide Apêndice A, Quadro 2

⁹ Vide Apêndice A, Quadro 3

¹⁰ As unidades Artilharia a Cavalo e Montanha, por se tratarem de Grupos, eram comandadas por Tenentes-coronéis por isso a inexistências de Coronéis nessas unidades

Depois de vermos os Oficiais existentes no sistema de força vejamos o número de oficiais realmente existentes em 1899¹¹.

	Efectivo Sistema de Forças	Efectivo Existente em 1899 ¹²	Efectivo Existente em 1900 ¹³
Coronéis	6	15	15
T. Coronéis	8	18	15
Majores	18	18	18
Capitães	95	86	86
Subalternos	218	190	174
Total	345	327	308

Quadro 19 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças de 1899 e o Efectivo existente nesse mesmo ano e em 1900.

Existem discrepâncias pois os números de Oficiais analisando anteriormente apenas pertence ao sistema de forças, não estando englobados os oficiais da Direcção Geral e Estado Maior da arma e ainda, como acontece actualmente, que serviam em instituições, como por exemplo Escola do Exército, que não constam do efectivo do sistema de forças. Para melhor perceber os resultados desta reorganização verificamos também o almanaque de 1900. E verificamos que apenas o número de oficiais subalternos diminui substancialmente.

Em 1901, como consequência da troca do Ministro de Guerra, o General Luís Augusto Pimentel Pinto, assiste-se a um nova reorganização, apesar de o Governo mostrar que não era sua intenção que “...do existente tudo fosse alterado e modificado. Pelo contrário, ...modificar apenas aquelas disposições que a experiência demonstrou ao critério que as inspirou..., introduzindo neste decreto...as indicações dos comandos superiores e chefes dos diferentes serviços militares...”¹⁴.

Sendo assim a Artilharia em 1901 encontrava-se organizada em: Artilharia Montada, Artilharia de Guarnição, Artilharia a Cavalos e Artilharia de Montanha.

Artilharia Montada¹⁵: Passaram a existir seis Regimentos (em vez dos quatro existentes até então), numerados de 1 a 6 ,respectivamente em Lisboa, Figueira da Foz, Santarém, Penafiel, Viana do Castelo e Abrantes. Cada regimento possuía dois Grupos, tendo cada um deles três Baterias Activas, perfazendo um total de 22 Oficiais por cada Regimento. Em cada Regimento havia um Bateria de obuses de Campanha. Assim em tempo de paz o número de oficiais era de 134 e, em tempo de guerra, acendia aos 192.

.Artilharia de Guarnição¹⁶: formaram-se seis Grupos de Artilharia de Guarnição (em vez dos antigos dois Regimentos), numerados de 1 a 6, os quatro primeiros instalados no Campo Entrincheirado de Lisboa, o 5º em Elvas e o 6º no Porto. Em tempo de paz cada

¹¹ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1899

¹² Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1899.

¹³ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1900.

¹⁴ Ordem do Exército nº15 de 26 de Outubro de 1901, pp. 265.

¹⁵ Vide Apêndice A, Quadro 4

¹⁶ Vide Apêndice A, Quadro 5

Grupo é constituído por três Baterias e, em tempo de Guerra, com quatro Baterias. A contagem de Oficiais é de um total de 12 em tempo de paz e de 15 em tempo de guerra. Relativamente as Companhias nas ilhas, passaram a denominar-se de Bateria, e sendo num total de quatro, com 4 Oficiais cada Bateria.

Artilharia a Cavalo e de Montanha¹⁷: a organização manteve-se, com um Grupo de cada a duas Baterias. Com 11 oficiais num Grupo a Cavalo e num Grupo Montado. A localização do Grupo a Cavalo mantinha-se em Queluz e o Grupo de Montanha passou para Vendas Novas.

Sendo assim o Corpo de Artilharia, em 1901, tinha um número total de oficiais de 232 em tempo de paz e 326 em tempo de guerra, como se pode verificar pelo seguinte quadro.

	Pé de Paz			Total	Pé de Guerra			Total
	Montada	Guarnição	Cavalos e Montanha		Montada	Guarnição	Cavalos e Montanha	
Coronéis	5	0	0 ¹⁸	5	6	0	0	6
T. Coronéis	6	0	2	8	6	0	2	8
Majores	5	6	0	11	6	6	0	12
Capitães	40	28	6	74	40	28	6	74
Tenentes	34	32	8	74	68	50	10	128
Alferes	34	22	4	60	68	22	8	98
Total	232				326			

Quadro 20 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1901

	Efectivo do Sistema de Forças	Efectivo Existente em 1901 ¹⁹	Efectivo Existente em 1902 ²⁰	Efectivo Existente em 1903 ²¹
Coronéis	5	18	18	18
T. Coronéis	8	12	12	12
Majores	11	18	18	18
Capitães	74	102	103	103
Subalternos	226	144	151	140
Total	324	294	302	291

Quadro 21 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1901 e 1903

Comparando o número de oficiais previsto no sistema de forças com os realmente existentes, registados no Almanaque do Exército de 1901, assiste-se a discrepâncias já anteriormente identificadas no ano de 1899, e cujas razões foram também explicitadas.

De notar, à semelhança de 1899, o número diminuto de oficiais subalternos e que após esta reorganização sofreu um aumento em 1902 muito embora em 1903, de novo se assista a uma diminuição do seu número total.

¹⁷ Vide Apêndice A, Quadro 6

¹⁸ Os grupos de Artilharia de Guarnição, a Cavalos e de Montanha eram comandados por majores;

¹⁹ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1901.

²⁰ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1902.

²¹ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1903.

No que diz respeito aos oficiais destacados para o Ultramar, nas Baterias e Companhias existentes²², perfaziam um total de 35, encontrando-se distribuídos pelas várias províncias ultramarinas e distrito autónomo de Timor, como se pode ver pelo quadro seguinte:

	Artilharia no Ultramar em 1901 ²³								Total
	Cabo Verde	Guiné	S. Tomé e Príncipe	Angola	Moçambique	Índia	Macau	Timor	
Capitães	1	0	0	2	2	2	1	0	8
Subalternos	3	1	1	6	6	4	4	2	27
Total	4	1	1	8	8	6	5	2	35
Total do Ultramar	35								

Quadro 22 - Oficiais destacados nas províncias ultramarinas e distrito autónomo de Timor, em 1901

1.2-A formação dos Oficiais

Em 1837 é criada, pelo Marquês Sá da Bandeira, a Escola do Exército com o objectivo de formar Oficiais do Exército. Entre as razões da criação da EE, aponta-se a necessidade de remodelação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (ARFAD), não só pela instrução preparatória insuficiente da Academia Real de Marinha como também pelo desfazamento do ensino relativamente ao contexto Europeu²⁴.

Este estabelecimento iniciou o ensino superior militar em Portugal com uma organização moderna, com os cursos de Artilharia e Engenharia com uma duração de três anos antecidos de outros três anos de preparatório na Escola Politécnica. No entanto para acompanhar os progressos técnicos, tácticos e as evoluções no armamento do início do século XX. Também a organização da Escola do Exército sofreu alterações, sendo uma delas a diminuição da duração do curso para dois anos precedidos de outros dois de preparatório²⁵.

O comando da Escola do Exército estava confiado a um Oficial General que dispunha de um Oficial Superior como adjunto. Os candidatos eram seleccionados mediante o cumprimento de determinados requisitos, nomeadamente, a idade (inferior a 24 anos), bom comportamento, serviço militar, preparatórios universitários e aptidão física. Os alunos, graduados em sargento, venciam pré e viviam em regime de internato.

A duração dos cursos era a seguinte: Infantaria e Cavalaria, dois anos; Artilharia, Engenharia Civil e Minas, três anos; Engenharia, quatro anos; Administração, um ano; Curso de Estado Maior, para oficiais, tinha a duração de dois anos.

No que se refere aos candidatos de Artilharia era-lhes exigido, como preparatórios, o 2ºCurso da Escola Politécnica e ainda as Cadeiras de Mineralogia e Geologia e de Química Orgânica, que tinha uma duração de três anos.

²² Vide Apêndice A, Quadro 15

²³ Boletins Militares do Ultramar de 1901, Colecção dos Boletins do Ultramar, Escola do Exército

²⁴ 50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar, Academia Militar, Lisboa, 2004

²⁵ COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia em Portugal no século XX (1900/78)*, in revista da Artilharia, 75º Aniversário, 1979

Do curso faziam parte as seguintes cadeiras: Organização e legislação ; Direito internacional; História e Geografia; Tiro de armas portáteis; Tática geral e das armas; Estratégia; Fortificação; Comunicações militares; Geodesia e Topografia; Balística e suas aplicações ao tiro das bocas de fogo; Material de Artilharia; Tática e Serviços de Artilharia; Resistência aplicada; Hidráulica; Arquitectura; Máquinas; Fabrico de Material de Guerra.²⁶

A título de exemplo, no ano de 1900 concluíram a Escola do Exército 82 alunos, sendo 2 de Artilharia, 2 de Engenharia, 14 de Cavalaria, 54 de Infantaria, 8 de Administração Militar e 2 de Engenharia Civil e Minas.

²⁶ Ordem do Exército nº17 de 12 de Novembro de 1901

2 - A ARTILHARIA DA REPÚBLICA E A SUA PARTICIPAÇÃO NA 1ª GRANDE GUERRA

2.1- A reorganização Republicana

No início do século XX emergia uma crescente oposição à Monarquia²⁷, inspirada no exemplo de França, onde os apoiantes de ideologia republicana reclamavam reformas económicas e sociais e cuja tendência liberal e democrática fazia da mudança de regime o seu objectivo essencial. O *ultimatum* britânico provoca um profundo mau estar nacional, inflamando o nacionalismo e é aproveitado por todos para influenciarem a opinião pública. Todo este conjunto de situações conduz a um aumento dos apoiantes da república, especialmente de classe média todavia os republicanos mantinham-se divididos quanto à forma de derrubar a Monarquia, uns defendiam o processo por via eleitoral e outros a ruptura por acção revolucionária.²⁸

No final de Setembro de 1910, “*numa vistosa parada militar a que assistiu o rei D. Manuel, comemorava-se no Buçaco o primeiro centenário da memorável batalha...*”²⁹. Poucos dias depois, na madrugada de 3 para 4 de Outubro, rebentava em Lisboa a revolução que viria a proclamar a república.

O Regimento de Artilharia nº 1 esteve bastante empenhado nesta revolta. Foi uma das primeiras unidades a chegar à actual Rotunda do Marquês de Pombal, logo depois chega o Regimento de Infantaria nº 16 e mais alguns civis que montam o dispositivo de defesa com 8 peças de Artilharia. Do lado oposto, entenda-se monárquico, encontrava-se no Quartel – General do Rossio uma Bateria do Grupo de Artilharia a Cavalos de Queluz a quatro peças. As forças republicanas contaram ainda com o apoio das forças navais. E foi o desembarque dessas forças no Terreiro do Paço, bem com o fogo da Artilharia, que derrubaram o regime monárquico desta forma, a 5 de Outubro de 1910, foi proclamada a República Portuguesa.³⁰

Com esta revolução “*Poucos foram, relativamente os oficiais que, fiéis às suas crenças monárquicas, se abstiveram de aderir ao novo regime, preferindo demitir-se e exilar-se, a servir no exército sob a bandeira da República. Outros houve que, embora mantendo no seu foro íntimo as suas convicções monárquicas, não hesitaram em continuar servindo com a mesma lealdade de soldados, a Pátria e a República, conquistando, do novo regime, a confiança que mereciam pela nobreza do seu carácter*”³¹

Após esta mudança de regime, como acontece normalmente, assistiu-se a inúmeras modificações no país. Relativamente ao Exército, este sofre em 1911, a sua primeira reorganização³² após o 5 de Outubro, o que altera em grande parte o dispositivo com grandes

²⁷ Essa oposição acentuava-se nos momentos de crise mais acentuada da Monarquia

²⁸ OLIVEIRA, General Ramires, *História do Exército Português* (1910 – 1945) Volume II, pp36 à 45

²⁹ MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, p. 497

³⁰ OLIVEIRA, General Ramires, *História do Exército Português* (1910 – 1945) Volume II, pp. 64 à 78

³¹ MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, p. 498

³² Decreto de 25 de Maio e Decreto de 8 de Junho

semelhanças ao do século XIX. A Artilharia nesta reorganização é dividida em “...em duas grandes especialidades: artilharia de campanha e artilharia a pé compreendendo esta ultima a artilharia de guarnição, a artilharia de costa e a artilharia technica³³”³⁴

As tropas das diversas armas dividiam-se em três escalões: as tropas activas que constituíam a primeira linha do exército destinada a entrarem prontamente em acção; as tropas de reserva constituíam a segunda linha e eram destinadas a reforçar o de campanha e as guarnições do Campo Entrincheirado de Lisboa e de outros pontos fortificados; as tropas territoriais constituíam a terceira linha destinada à defesa das localidades, trabalhos de fortificação e outras missões de carácter mais sedentário.³⁵

Sendo assim as tropas activas do Exército, no que diz respeito à Artilharia, compreendiam um Regimento Montado a dois ou três Grupos de Baterias por cada uma das oito Divisões, dois Regimentos de Artilharia de Montanha a três Grupos de duas Baterias, um Grupo de Artilharia a Cavallo, dois Grupos de Baterias de Obuses, três Baterias de Montanha (independentes) e as forças de Artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa.

Quanto às tropas de reserva eram constituídas, no que refere a Artilharia, por oito Grupos de Artilharia Montada, três secções de reserva de Artilharia de Costa e três secções de reserva de Artilharia de Guarnição³⁶. Vejamos agora a Artilharia mais em pormenor:

Artilharia de Campanha³⁷: Existia a Escola de Tiro da Artilharia de Campanha (ETAC)³⁸, em Vendas Novas, comandada por um Coronel; oito Regimentos de Artilharia Montada, sendo cinco deles constituídos por três Grupos e três por dois Grupos. Cada Grupo é constituído por duas Baterias. Cada regimento a três Grupos tinha um total de 27 Oficiais e cada regimento a dois Grupos tinha 16 Oficiais. No que diz respeito a localização o nº1 estava situado em Lisboa, o nº2 com o 1ºGupo na Figueira da Foz e o 2º e 3º Grupo em Alcobaça, o nº3 em Santarém, o nº4 com o 1º Grupo em Amarante e o 2º em Penafiel, o 5º em Viana do Castelo, o 6º em Vila Nova de Gaia, o 7º em Viseu e o 8º em Abrantes. Existiam ainda dois Regimentos de Artilharia de Montanha com três Grupos a duas Baterias cada, eram comandados por um Major e tinham 8 Oficiais por cada regimento; dois Grupos a Cavallo constituído por duas baterias, comandados por um Tenente-coronel, com um total de 8 Oficiais, localizado em Queluz; e três Baterias de Artilharia de Montanha independentes com um total de 6 Oficiais. As tropas de reserva compreendiam oito Grupos de Baterias Montadas, destinadas a cada regimento montado e, quando mobilizados teriam, um Estado Maior e Menor e as Baterias teriam o mesmo efectivo de uma Bateria de um Regimento Montado.

Artilharia a Pé: como vimos anteriormente estava dividida em Artilharia de Guarnição e de Costa.

³³ Entenda-se Arsenal do Exército;

³⁴ Ordem do Exército nº11, 1ªSerie, de 26 de Maio de 1911, p. 575

³⁵ Ibidem, pp. 575 e 576

³⁶ Ibidem, pp. 581 e 582

³⁷ Vide Apêndice A, Quadro 7

³⁸ Actual Escola Prática de Artilharia (EPA)

Artilharia de Guarnição³⁹: Englobava a Escola de Tiro de Artilharia de Guarnição, um Batalhão de Artilharia de Guarnição com seis Companhias, comandado por um Tenente-coronel, e com um total de 22 Oficiais, pertencente ao sector norte do Campo Entrincheirado de Lisboa, um Grupo a duas Baterias para o sector sul, comandado por um Major e com um total de 8 Oficiais, e um Bateria de Artilharia de Guarnição destinada à defesa móvel do sector sul da defesa marítima do Campo, com um total de 3 Oficiais. A reserva era assegurada por duas secções atribuídas ao Batalhão de Guarnição e uma secção ao Grupo de Guarnição.

Artilharia de Costa⁴⁰: era composta por dois Batalhões com sete Companhias cada destinados às fortificações do porto de Lisboa, comandados por 1 Tenente-coronel e tendo o 1º Batalhão 31 Oficiais e o 2º 35, por um Grupo Independente a duas Companhias destinado a guarnecer as fortificações ainda em construção na foz do Sado, comandado por 1 Major e com um total de seis Oficiais, e ainda uma Companhia de Especialistas, onde constavam telegrafistas e electricistas, instalados em São Julião da Barra, com 3 Oficiais. Quanto à reserva segue o mesmo princípio da Artilharia de Guarnição, duas secções para os dois Batalhões e uma secção destinada ao Grupo.

Esta nova disposição difere das anteriores uma vez que pretende tornar-se mais prática e objectiva. Assiste-se, igualmente, a uma mudança a nível do fardamento: A cor é alterada para cinzento (em vez de azul), e passa-se a usar barrete cilíndrico em detrimento do capacete de couro.⁴¹

Sendo assim, o Corpo de Artilharia, em 1911, tinha um número total de oficiais de 321 oficiais no seu sistema de forças, como se pode verificar pelo seguinte quadro.

	Artilharia de Campanha		Artilharia a Pé		Total
	Montada	Campanha e a Cavalo	Guarnição	Costa	
Coronéis	8	0	0	0	8
T. Coronéis	8	1	1	2	12
Majores	21	2	3	5	31
Capitães	68	9	10	19	106
Subalternos	78	18	19	49	164
Total:	213		108		321
Total de Oficiais	321				

Quadro 23 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1911

Depois de vermos os Oficiais previstos no sistema de forças, vejamos o número de oficiais realmente existentes, constantes no Almanaque do Exército de 1911.

³⁹ Vide Apêndice A, Quadro 9

⁴⁰ Vide Apêndice A, Quadro 10

⁴¹ Ordem do Exército nº16, 1ªSerie, de 9 de Agosto de 1911.

	Efectivo do Sistema de Forças	Efectivo Existente em 1911 ⁴²	Efectivo Existente em 1916 ⁴³	Efectivo Existente em 1918 ⁴⁴
Coronéis	8	20	23	56
T. Coronéis	12	14	19	78
Majores	31	38	59	37
Capitães	106	127	129	109
Subalternos	164	178	147	332
Total	321	377	377	612

Quadro 24 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1911, 1916 e 1918.

Mais uma vez, constatamos discrepâncias, pois os Oficiais, como acontece actualmente, que ocupavam lugares na Repartição dos serviços de Artilharia do Estado Maior do Exército (EME), e do Arsenal do Exército e ainda, como acontece actualmente, que serviam em instituições, como por exemplo Escola de Guerra não constam do efectivo do sistema de forças.

2.2 - A Artilharia Portuguesa na 1ª Guerra Mundial

Antes de avançarmos para a Guerra Mundial em que Portugal esteve envolvido, não podemos deixar passar a pequena transformação feita no Exército em 1914 devido ao início da 1.ª Guerra Mundial, como se verifica esse facto na Ordem do Exército quando diz ser a missão do Exército *“velar pela honra, independência e integridade da Pátria, em toda e qualquer eventualidade, defendendo-a contra as agressões de inimigos externos e internos.”*⁴⁵. As alterações na Artilharia foram as seguintes: passou a haver um Regimento de Artilharia de Montanha⁴⁶ constituídos com seis Baterias cada um; foi ordenado a formação de dois Grupos de Obuses de Campanha com três Baterias cada Grupo, mas só chegaram a formar em 1916. Referente às tropas de reserva, como previsto na reorganização de 1911, a Artilharia passava a ter mobilizados oito Grupos de Artilharia Montada com três Baterias cada; três Secções de reserva de Artilharia de Guarnição; e três Secções de reserva de Artilharia de Costa.

Voltemos agora ao conflito internacional. Com o início da 1ª Guerra Mundial, foram enviadas expedições para as colónias, cujo intuito era o de reforçar a defesa das mesmas e não o ataque aos alemães, visto Portugal querer manter a neutralidade neste conflito. A 1.ª expedição para Angola tinha incorporado em termos de Artilharia a 2.ª Bateria⁴⁷ do Regimento de Artilharia Montanha com 225 homens e quatro bocas-de-fogo⁴⁸, ficando instalada em Huila; e a expedição para Moçambique levava a 4.ª Bateria do Regimento de

⁴² Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1911.

⁴³ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1916.

⁴⁴ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1917.

⁴⁵ Ordem do Exército, n.º 5, 1.ª série, de 20 de Junho de 1914.

⁴⁶ Ordem do Exército n.º 19, 1.ª série, de 18 de Agosto de 1914.

⁴⁷ Cada Bateria tinha 4 Oficiais de Artilharia, 1 Capitão, 1 Tenente e 2 Alferes.

⁴⁸ Ordem do Exército n.º 19, 1.ª série, de 18 de Agosto de 1914.

Artilharia de Montanha com 221 homens e também com quatro bocas-de-fogo, instalando-se em Porto Amélia.

Entretanto em Dezembro começa-se a organizar a Divisão Auxiliar⁴⁹, para que o país tivesse uma força que estivesse preparada para um possível envolvimento, constituída por forças da 1.ª e 7.ª Divisão Territorial (Lisboa e Tomar), onde teria, em termos quantitativos de Artilharia, o 1.º Grupo do Regimento de Artilharia n.º 1, do n.º 2, e do n.º 8; a 1.ª e 2.ª Bateria do Regimento n.º 3; a 1.ª Bateria do Regimento de Artilharia n.º 5; e a Bateria de Artilharia de posição. Esta força ficou reunida em Tancos e mais tarde passou a denominar-se de Divisão de Instrução.

Também nesse mês é enviada a 2.ª expedição para a Angola, onde começa a haver combates contra os Alemães em Naulila, e onde iam incorporados a 1.ª Bateria, com 220 homens, e a 3.ª Bateria, com 216 homens, do Regimento de Artilharia de Montanha⁵⁰, perfazendo um total de 436 homens com 8 bocas-de-fogo; e mais, e 5 Baterias de Artilharia Montada, sendo cada uma pertencente ao Regimento n.º 1, n.º 2, n.º 3, n.º 7 e n.º 8⁵¹ num total de 1080 homens⁵² e com 20 bocas-de-fogo. A 12 de Julho de 1915 os alemães rendem-se na luta que vinham a travar entre ingleses e sul-africanos, pelo que a preocupação já não eram os alemães, mas sim novamente as tribos que se tinham sublevado devido às investidas alemãs em Angola. As campanhas de ocupação e de pacificação terminaram em Setembro de 1915.

Em Outubro de 1915 embarca a 2.ª expedição⁵³ para Moçambique com o intuito de render a anterior, visto não ter acontecido mais nenhuma intervenção alemã. Era constituída por um Batalhão de Infantaria, uma Bateria de Metralhadoras, um Esquadrão de Cavalaria, e pela 5.ª Bateria do Regimento de Montanha, com 221 homens. A Inglaterra continua a pedir material a Portugal, principalmente material artilheiro, e o país retribuiu, cumprindo com a sua obrigação devido à aliança acordada entre os dois países, mas mantendo-se sempre beligerante quanto à guerra. Em Fevereiro de 1916, Inglaterra pede a Portugal a requisição de navios alemães fundeados nos portos portugueses, devido à imensa perda de navios britânicos provados pelos submarinos alemães. Assim sendo, Portugal apreende e ocupa navios alemães e austríacos para os Ingleses, pelo que a 9 de Março desse mesmo ano a Alemanha declara guerra a Portugal.⁵⁴

⁴⁹ Ordem do Exército n.º 29, 1.ª série, de 7 de Dezembro de 1914.

⁵⁰ Ordem do Exército n.º 26, 1.ª série, de 13 de Novembro de 1914. Esta expedição era destinada a reforçar a 1.ª expedição, mas tal não aconteceu e integrou na 2.ª expedição que fora formada devido ao desenrolar dos acontecimentos em Angola.

⁵¹ Ordem do Exército n.º 31, 1.ª série, de 31 de Dezembro de 1914. Esta é a 2.ª expedição que fora mandada formar devido aos confrontos frente aos alemães.

⁵² O Regimento n.º 1 e 7 mobilizaram 26 homens cada, quanto aos restantes Regimentos mobilizaram 25 homens cada um.

⁵³ Ordem do Exército n.º 15, 1.ª série, de 18 de Setembro de 1915.

⁵⁴ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, pp. 50 e 51.

Com a entrada de Portugal⁵⁵ no conflito europeu, surge uma urgente necessidade de preparar o Exército, pelo que a 20 Março começam então os treinos em Tancos. O Governo Português define como objectivo atacar as forças alemãs na colónia a Norte de Moçambique. Neste sentido, forma-se uma 3.^a expedição⁵⁶ é constituída por três Batalhões de Infantaria, duas Companhias de Infantaria, três Baterias de Metralhadoras, e as 1.^a, 2.^a e 4.^a Baterias (97 homens cada Bateria) do Regimento de Artilharia de Montanha. Inicia-se então a forte Campanha de Moçambique a 15 de Agosto, com uma ofensiva portuguesa.

Ainda em Junho, os ingleses convidavam Portugal para tomar parte activa nas operações militares ao lado dos aliados, pelo que a 7 de Agosto, quando findavam os treinos em Tancos, oficiais ingleses e franceses vão a Tancos para estudar o emprego dessa força portuguesa no teatro de operações, de onde resultaram em duas propostas: a Inglaterra propunha que as forças portuguesas a serem enviadas ficassem às suas ordens e que iriam receber uma instrução complementar antes de entrarem no campo de batalha; já os franceses pediam que fossem enviadas tropas artilheiras para guarnecerem 20 a 30 Baterias Pesadas francesas. Com estas propostas foram assim criadas: o Corpo Expedicionário Português (CEP) destinado aos ingleses; e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) destinado aos franceses.⁵⁷

O CEP foi constituído pela força da Divisão de Instrução de Tancos e o CAPI pelo pessoal de Artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa, bem como o Corpo de Artilharia Pesado (CAP), agregado ao CEP.

Em Janeiro de 1917 embarcam as primeiras forças do CEP⁵⁸ rumo a França. A constituição do CEP em termos de Artilharia seria o seguinte⁵⁹ pertencente às duas Divisões: seis Grupos Montados.; dois Grupos de Obuses de Campanha; Tropas não divisionárias: um Grupo a duas Baterias de Obuses de Campanha; e o CAP com dez Baterias. Quando o CEP chegou a França, houve modificações a nível orgânico para uniformizar com a organização inglesa. Foram dissolvidos os Grupos de 7,5 cm⁶⁰ e de Obuses de 11,4 cm e formavam seis Grupos de Baterias de Artilharia (GBA) tendo cada um três Baterias de peças 7,5 cm e uma Bateria de Obuses de 11,4 cm. Os seis GBA pertenciam aos Regimentos Montados, sendo distribuídos da seguinte forma: o Regimento n.º 2 formava o 1.º GBA; o n.º 7 o 2.º GBA; o n.º 8 o 3.º GBA; o n.º 3 o 4.º GBA; e o n.º 1 formava o 5.º e 6.º GBA. Cada GBA tinha 844 homens. Quanto ao CAP, foi constituído por dois Grupos com três Baterias de Obuses cada. A 1.^a Bateria era de 9,2”; a 2.^a de 8”; e a 3.^a de 6” (libras).⁶¹

⁵⁵ A 9 de Março de 1916 é declarado oficialmente guerra por parte Portugal à Alemanha e seus aliados.

⁵⁶ Ordem do Exército n.º 11, 2.^a série, de 30 de Maio de 1916.

⁵⁷ MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, pp. 519 e 520.

⁵⁸ Vide Apêndice A, Quadro 16

⁵⁹ Estado Maior do Exército, *História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III*, pp. 61 e 322.

⁶⁰ Peça *Schneider-Canet 7,5 cm T.R. m/917* de origem francesa cedida aos portugueses quando chegaram a França. Vide anexo 44.

⁶¹ Obus *11,4 cm T.R. m/917 (British 4.5" Howitzer)* origem inglesa cedido aos portugueses quando chegaram a França.

Em Maio de 1917, desloca-se para França o CAPI que era constituído por três Grupos Mistos a três Baterias cada, sendo uma de 32 *cm* e 2 de 19 *cm* ou de 24 *cm*; e um Bateria de Depósito. Tinha um efectivo total de 70 Oficiais e de 1258 praças.⁶²

Entretanto, em Julho de 1917, é enviada outra expedição para Moçambique para render a actual que se encontra desgastada devido aos confrontos que se desenrolam com a Alemanha. Na expedição iam três Batalhões de Infantaria, duas Baterias de Metralhadoras e duas Baterias do Regimento de Montanha.⁶³

Voltando à guerra na Europa, a 2.^a Divisão chegava a França em Novembro de 1917, ficando assim o CEP com toda a sua força reunida. O CEP pertencia ao 1.^o Exército Britânico que se encontrava entre Armentières e Gravelles, e o sector português seria na Flandres, localizado no troço médio do rio Lys, com uma frente inicial de 14 km, passando depois para 11 km. As 1.^a, 4.^a e 5.^a GBA pertenciam à 1.^a Divisão e as restantes à 2.^a Divisão. Os dois Grupos do CAP chegaram mais tarde: o 1.^o em Janeiro de 1918 e o 2.^o em Março de 1918.⁶⁴

No CAPI, o segundo contingente chegava em Janeiro de 1918, e tiveram instrução com material francês.⁶⁵ Porém, quando parecia que o CAPI ia ser empregue no campo de batalha, eis que as ordens foram outras e o CAPI ia ser incorporado no CEP, para reforçar o CAP. A sua deslocação para reforçar o CAP fora interrompida devido a um ataque germânico, onde o 1.^o Grupo ficou a auxiliar o Exército francês e o restante rumou a Havre para ter instrução do material inglês. Do Grupo que ficou a auxiliar os franceses, a 2.^a e 3.^a Bateria viram-se fortemente empenhadas contra os alemães, a 18 de Maio, e a 1.^a Bateria, a 27 de Maio, também esteve bastante empenhada. Contudo, foi somente este o empenhamento do CAPI. Os franceses fizeram pouco uso deles, devido ao reforço que obtiveram através das forças americanas uma vez que devido à chegada dessas mesmas forças o exército francês preferiu o seu uso.⁶⁶

Quanto ao empenhamento do CEP, até à Batalha de La Lys, esteve num sector calmo, a efectuar alguns *raids* e a defender de poucos ataques alemães, principalmente em 1918, altura em que os alemães descobrem que aquelas tropas são novas ali. Nessas acções, a Artilharia esteve empenhada principalmente a fazer fogo de barragens e acções de contra-bateria, até que chega Abril de 1918. As tropas portuguesas estavam desgastadas, cansadas e moralmente em baixo, pois nunca eram rendidas. Então há mudanças na organização portuguesa, e quem fica na linha da frente será a 2.^a Divisão reforçada com uma Brigada. Em termos de Artilharia ficavam empenhados o 1.^o GBA com 696 homens e localizado em Neuve Chapelle, o 2.^o GBA com 742 homens e também em Neuve Chapelle, o 5.^o GBA com 746 homens e localizado em Ferme du Bois, e o 6.^o GBA com 657 homens e em Fauquissart. Ao todo havia 12 Baterias de 7,5 *cm* com seis peças cada, e de quatro

⁶² Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, p. 72.

⁶³ MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, p. 536.

⁶⁴ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, p. 221.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 79 à 83.

⁶⁶ MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, pp. 536 à 538.

Baterias de Obuses de 11,4 cm com quatro obuses cada, fazendo um total de 88 bocas-de-fogo. Quanto à Artilharia Pesada, os ingleses estavam necessitados, devido a uma frente em que os alemães estavam a atacar ferozmente.⁶⁷

Então, na madrugada de 9 de Abril, os alemães começam com um forte bombardeamento às Baterias artilheiras, ao qual as tropas artilheiras portuguesas responderam fortemente. A maior parte das peças fez fogo enquanto duraram as munições, contudo o remuniamento era impossível devido à destruição dos transportes. Depois disso a Artilharia não mais esteve empenhada, procedendo à retirada. De referir que num artigo do jornal *New York Times*, de 10 de Abril de 1918 e escrito por Philip Gibbs, é destacada a Artilharia portuguesa: *“A Artilharia portuguesa manteve-se em posição enquanto foi possível e destruiu os percutores sempre que se tornou inevitável perder um canhão. Os artilheiros portugueses incorporados nas baterias pesadas britânicas comportaram-se com coragem especial!”*.

Depois desta batalha, o CEP ficou muito reduzido, perdendo cerca de um terço do seu efectivo. Das forças que ficaram na retaguarda, algumas começaram a auxiliar os ingleses nas frentes, e, a 12 de Abril, o 4.º GBA desloca-se para a zona Marzinganhe Vermelles para cooperar com Artilharia inglesa e, mais tarde, segue também o 1.º GBA. As restantes forças estiveram empenhadas em trabalhos das suas especialidades. Mais tarde, com a mudança do Comandante do CEP, o General Garcia Rosado fez força para que o CEP fosse novamente organizado, o que veio a acontecer a 11 de Novembro de 1918, sendo constituído por três Brigadas, onde estavam incorporados o 3.º e 4.º GBA e parte do 6.º GBA. Desta forma Portugal continua a combater ao lado dos Aliados até à Conferência da Paz que tem início a 18 de Janeiro de 1919 em Paris.⁶⁸

A actuação portuguesa foi vista como desastrosa pelos outros países⁶⁹, e para disfarçar essa situação, os republicanos culpavam os Oficiais e Chefes Militares por esse desastre. Os Oficiais nunca perdoaram esse acto e a partir da Guerra começaram a existir muitas conspirações contra a república.⁷⁰

Durante a guerra houve alterações nas unidades artilheiras, onde, em 1916⁷¹, fora mandado organizar o 1.º Batalhão de Obuses de Campanha, associado ao Regimento de Artilharia n.º 6, e o 2.º Batalhão de Obuses de Campanha, acoplado ao Regimento de Artilharia n.º 5, tendo cada Batalhão dois Grupos, e cada Grupo com duas Baterias. Cada

⁶⁷ HENRIQUES, Mendo Castro, LEITÃO, António Rosas, *La Lys – 1918 – Os Soldados desconhecidos*, pp. 21 à 23, 53, 56 e 95.

⁶⁸ 251 MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, pp. 532 à 535

⁶⁹ Mais tarde, o devido reconhecimento foi dado, e até o Marechal Hindenburg alemão no seu livro “Da Minha Vida”, escreve o seguinte: “Conforme fui informado, esta redacção deve ser modificada. O assalto dos alemães encontrou os portugueses em posição pouco favorável, e a progressão do ataque alemão foi mais favorecida por este facto, do que por falta de resistência das tropas. Considerando-se as difíceis circunstâncias, as tropas, tanto os Oficiais como os Soldados, bateram-se valentemente.” – HENRIQUES, Mendo Castro, LEITÃO, António Rosas, *La Lys – 1918 – Os Soldados desconhecidos*, p. 39.

⁷⁰ HENRIQUES, Mendo Castro, LEITÃO, António Rosas, *La Lys – 1918 – Os Soldados desconhecidos*, p. 89.

⁷¹ Ordem do Exército n.º 23, 1.ª série, de 30 de Novembro de 1916.

Batalhão teria 72 homens⁷² e 51 cavalos. Em 1917⁷³ estes 2 Batalhões juntam-se e formam o Regimento de Obuses de Campanha, com sede em Castelo Branco, tendo um efectivo de 155 homens e de 118 cavalos. Em 1918⁷⁴ o Regimento de Artilharia n.º 1 passou a ter a sua sede em Alcobaça.

2.2-A formação dos Oficiais no Regime Republicano

Com o novo regime, profundas modificações de carácter sociopolítico se fizeram sentir, com natural reflexo nas forças armadas. Em consequência da remodelação das instituições militares que passaram a ter oficiais milicianos, existiu também uma reorganização no ensino superior militar com vista a preparar os novos oficiais para a missão de educadores dos mancebo e para o desempenho de oficiais superiores.

Vejamos algumas das mudanças: começando pela designação, deixou de se denominar Escola do Exército, e passou a ser Escola de Guerra; O concurso de admissão passou a englobar provas eliminatórias de aptidão física e de redacção; Uniformização da duração de todos os cursos, dois anos; Nova organização das matérias pelas várias cadeiras; Alargamento dos trabalhos de aplicação e realização conjunta de exercícios de fogos reais.

No que se refere ao curso de Artilharia, a grande alteração consistiu na divisão em Artilharia de Campanha e Artilharia a Pé, como já verificamos anteriormente⁷⁵. A razão do desdobramento assentou no desenvolvimento da Artilharia de Costa em Portugal e na noção de que a diferença de processos de tiro exigida pela mobilidade dos alvos marítimos e pela posição fixa tornava a Artilharia de Costa diferente da Artilharia de Campanha.⁷⁶

A divisão foi aproveitada para retirar aos artilheiros de campanha toda a preparação no domínio fabril e para aumentar a preparação dos artilheiros a pé nesse mesmo domínio, uma vez que se continuava a entender que era a Artilharia que devia provider o serviço relativo ao material de guerra.

O curso de Artilharia de Campanha limitava os estudos de balística a algumas noções, reunindo numa só cadeira as matérias sobre material, tiro, táctica e serviços de Artilharia de Campanha e deixando de incluir arquitectura e os assuntos sobre Artilharia de Sítio, de Praça e de Costa.

No que diz respeito às idades de admissão, os limites eram de 25 anos para a Campanha e 27 para a Artilharia a Pé.

Durante o período da 1ª Grande Guerra os anos lectivos foram reduzidos a 6 meses⁷⁷, sem férias, com descanso apenas ao domingo. Foi mantida a estrutura dos cursos, mas os

⁷² Mais os Soldados, Serventes e Condutores que do orçamento se puder despender.

⁷³ Ordem do Exército n.º 4, 1.ª série, de 30 de Março de 1917.

⁷⁴ Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 15 de Junho de 1918.

⁷⁵ Ver organização da Artilharia, capítulo 2.1,

⁷⁶ COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia em Portugal no século XX (1900/78)*, in revista da Artilharia, 75º Aniversário, 1979

⁷⁷ A duração dos cursos fixou-se em dois semestres

programas foram reduzidos às matérias de imediata utilização e de absoluta necessidade para o oficial subalterno. Por outro lado foram criadas cadeiras suplementares para desenvolver o ensino da táctica e foi dada mais importância à língua inglesa que passou a entrar para a classificação.

O limite de idade para a admissão subiu para os 28 e foram dispensadas as provas de admissão. Foram mantidos os dois cursos de Artilharia, uma vez que os oficiais de Artilharia a Pé eram mobilizáveis para a Artilharia Pesada de Campanha. Terminados os cursos, os alunos de Engenharia e de Artilharia a Pé eram promovidos a alferes e os restantes a aspirantes a oficial.

De 1916 a 1918, foram 320 os Oficiais que terminaram o curso de Artilharia de Campanha, o que perfaz uma média anual de 106, número bastante considerável, tratando-se de uma época em que existe grande necessidade de Oficiais.

3- AS REORGANIZAÇÕES DA ARTILHARIA NO ESTADO NOVO

3.1 - A Ditadura Militar e o Estado Novo

O pós-guerra trouxe ao país bastantes dívidas, acarretando uma grande desorganização económica e financeira associada a uma elevada inflação e ao aumento do custo de vida, à desvalorização da moeda e à falta de géneros alimentícios. Esta desorganização levou Portugal a uma grande instabilidade política que só uma conspiração armada teria a capacidade de cessar. Na memória de todos estavam ainda presentes as duras críticas atribuídas ao governo devido à guerra, o que conduziu a que em 28 de Maio de 1926 fosse instaurada a Ditadura Militar.⁷⁸

Enquanto foi preparado o golpe de Estado, também tinha sido elaborado um plano de organização do Exército, que foi aplicado logo a 7 de Julho de 1926⁷⁹, o qual diz ser “...bastante diferenciadas das do suíço, cuja organização militar principalmente serviu de modelo ao decreto de 1911...”, e que não volta ao regime monárquico onde diz que “a necessidade de instruir toda a população” prejudicaria a economia, e que foi adoptado por “um sistema mixto, aproximando-se um pouco do tipo inglês e, nalguns pontos, buscando na nova organização do exército francês a inspiração da doutrina...”⁸⁰. O país seria dividido em 4 regiões (I – Porto; II – Coimbra; III – Tomar; IV – Évora), e teria um Governo Militar, com sede em Lisboa, unindo o Governo do Campo Entrincheirado de Lisboa, com o Comando da 1.ª Divisão; nas Ilhas passam a denominar-se de Governos Militares dos Açores e da Madeira. Quanto à Artilharia, são criadas unidades de Artilharia Pesada e Super-pesada, os Trens Hipomóvel “...à semelhança do que se pratica no exército francês...”, destinados a formar condutores, e a criação de Baterias Anti-aéreas nos Regimentos de Artilharia⁸¹.

Então assim sendo a Artilharia ficou constituída da seguinte forma:

- A Direcção da Arma de Artilharia;
- quatro Inspeções de Artilharia, uma por região, onde terá a responsabilidade de inspeccionar e fiscalizar a nível administrativo e técnico de todas as tropas e serviços na respectiva região; e o Comando de Artilharia no Governo Militar de Lisboa, onde também terá a responsabilidade de inspeccionar e fiscalizar a nível administrativo e técnico todas as tropas e serviços na área de Lisboa, e a cooperação nos estudos sobre a defesa de Lisboa;
- a Escola Prática de Artilharia⁸² (EPA), em Vendas Novas e o Campo de Tiro em Alcochete;

⁷⁸ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume II

⁷⁹ Ordem do Exército n.º 8, 1.ª série, de 12 Julho de 1926. A reorganização foi mandada executar na Ordem do Exército n.º 10, 1.ª série, de 21 de Agosto de 1926.

⁸⁰ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume II

⁸¹ Não são criadas unidades como em alguns países mais desenvolvidos, devido à situação do país, como na própria Ordem do Exército se refere ao “sentimento da proporção entre o que militarmente somos e o que são os países onde se adoptou a solução a que acima nos referimos.”. Referiam-se à existência de Unidades Anti-aéreas.

⁸² Ainda denominada por Escola de Tiro de Artilharia de Campanha, sendo alterada a sua denominação para Escola Prática de Artilharia na Ordem do Exército n.º 10, 1.ª série, de 21 de Agosto de 1926.

- e as tropas artilheiras, sendo constituídas pela Artilharia Ligeira; Artilharia Pesada; Artilharia Super-pesada; Artilharia de Costa; Trem Hipomóvel; mais o Depósito de Material de Guerra e o Museu Militar⁸³.

Antes de entrar em maior pormenor nesta reorganização, há que referir alterações efectuadas, ainda em 1921⁸⁴, nas unidades artilheiras. O Regimento de Artilharia n.º 1 passou a ser em Évora; No Regimento n.º 2 o 2.º Grupo passou a ser em Leiria, e o 3.º Grupo em Coimbra; o 1.º Batalhão de Artilharia de Costa passou para a Trafaria; e o Batalhão de Artilharia de Posição do Campo Entrincheirado de Lisboa passou a ter a sua sede em Caxias.

A reorganização da Ditadura Militar trouxe alterações à organização das tropas de Artilharia, nomeadamente:

Artilharia Ligeira:

- cinco Regimentos destinados ao recrutamento, constituídos por todas as especialidades de Artilharia Ligeira, e por Baterias Contra Aeronaves. Os Regimentos são numerados de 1 a 5, com localização, respectivamente, em Évora, Alcobaça, Lisboa, Figueira da Foz e Vila nova de Gaia;
- três Grupos Mistos Independentes de Artilharia com quatro Baterias cada, onde duas Baterias são de peças e as outras duas de obuses, localizados em Elvas, Portalegre e Abrantes;
- um Grupo de Artilharia a Cavalos a três Baterias em Elvas;
- três Grupos de Artilharia de Montanha com três Baterias cada, em Viana do Castelo, Amarante e Viseu.

Artilharia Pesada:

- dois Regimentos destinados ao recrutamento, constituídos por todas as especialidades de Artilharia Pesada, numerados de n.º 6 e 7, sendo o Regimento n.º 6 em Caxias e o n.º 7 na Ameixoeira;
- Baterias de Morteiros Pesados (de trincheira).

Artilharia Super-pesada:

- Regimento de Artilharia n.º 8 em Sacavém.

Artilharia de Costa:

- dois Batalhões de Artilharia de Costa, um em Caxias e outro em Oeiras;
- um Grupo de Artilharia de Costa para instalações fixas, em Setúbal;
- quatro Baterias de Artilharia de Costa para a defesa móvel, em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Funchal e Cascais;
- uma Companhia de Especialistas em São Julião da Barra.

⁸³ Deixou de ser Museu de Artilharia, passando a denominar-se por Museu Militar.

⁸⁴ Ordem do Exército n.º 5, 1.ª série, de 7 de Maio de 1921.

Sendo assim o Corpo de Artilharia, em 1926, tinha um número total de oficiais de 374 oficiais no seu sistema de forças, como se pode verificar pelo seguinte quadro:

	Artilharia de Campanha ⁸⁵	Artilharia de Costa	Total
Coronéis	13	0	13
T. Coronéis	15	1	16
Majores	31	5	36
Capitães	80	23	103
Subalternos	157	49	206
Total:	296	78	374
Total de Oficiais	374		374

Quadro 25 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1926

Depois de vermos os Oficiais previstos no sistema de forças, vejamos o número de oficiais realmente existentes, constante do Almanaque do Exército de 1926.

	Efectivo do Sistema de Forças	Efectivo Existente em 1926	Efectivo Existente em 1929
Coronéis	13	37	29
T. Coronéis	16	35	34
Majores	36	62	74
Capitães	103	149	162
Subalternos	206	262	244
Total	374	545	543

Quadro 26 - Comparativo entre o número de Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1926 e 1929.

Note-se que as discrepâncias existentes têm na sua origem as razões já apontadas anteriormente em análises semelhantes.

3.2 -A ameaça da 2ª Guerra Mundial e a Entrada na NATO

A 17 de Julho de 1936 eclodiu a Guerra Civil em Espanha. Salazar toma providências perante a guerra que poderia alastrar-se para Portugal, a Espanha juntamente com a França pretendia organizar uma frente para derrubar o Governo português. Perante isso, Salazar auxilia Franco, tal como a Alemanha e a Itália. A Inglaterra segue uma política de *não intervenção* e a relação anglo-lusa esfria-se.⁸⁶ Devido a estes factos, Salazar pretende organizar um Exército capaz de resistir a qualquer ataque vindo do exterior, sendo aplicada a nova reorganização em 1937⁸⁷ cujo maior objectivo foi a redução de efectivos e Unidades,

⁸⁵ Os Regimentos Ligeiros além de Campanha tinham uma Bateria Contra Aeronaves

⁸⁶ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume II, pp. 320 à 328

⁸⁷ Decreto-lei nº.28401 de 31 de Dezembro

onde “se conseguirá maior concentração de meios, a que não pode deixar de corresponder maior eficiência militar e menor nível de despesas.”⁸⁸.

Na Artilharia são extintos um Grupo de Artilharia de Montanha, dois Grupos de Artilharia Montada, onde a maior razão foi o facto da inexistência de material capaz de equipar eficientemente estas Unidades; dois Grupos a Cavalos porque, como na maioria dos Exércitos de outros países, o emprego de cavalos estão a ser substituídos por *artilharia de tracção automóvel*; e devido à grande evolução da 3.ª dimensão do Campo de Batalha com o emprego aéreo, passam a existir três Unidades anti-aéreas. Neste seguimento, a Artilharia apresentava-se da seguinte forma:

- três Regimentos de Artilharia Ligeira Hipomóvel; um Regimento de Artilharia Ligeira Automóvel; um Regimento de Artilharia de Montanha; um Grupo Independente de Artilharia de Montanha; dois Regimentos de Artilharia Pesada (automóvel); um Regimento de Artilharia de Costa; um Grupo de Artilharia de Defesa Móvel de Costa (automóvel); um Grupo de Defesa Submarina de Costa; dois Baterias Independentes de Defesa de Costa; três Grupos de Artilharia Contra Aeronaves; Escola Prática de Artilharia .

A Artilharia também terá: três Inspeções de Artilharia; um Comando de Defesa Costeira para o Governo Militar de Lisboa; um Centro de Instrução de Artilharia Contra Aeronaves adstrito à EPA; uma Companhia de mobilização de parques.

Sendo assim o Corpo de Artilharia, em 1937, tinha um número total de oficiais de 341 oficiais no seu sistema de forças, como se pode verificar pelo seguinte quadro:

	Artilharia de Campanha ⁸⁹	Artilharia de Costa ⁹⁰	Artilharia contra Aeronaves ⁹¹	EPA ⁹²	Total
Coronéis	7	2	0	1	10
T. Coronéis	8	4	1	1	14
Majores	29	10	1	2	42
Capitães	70	33	5	8	116
Subalternos	83	48	11	17	159
Total:	197	97	18	29	341
Total de Oficiais	341				

Quadro 27 - Quadro de Oficiais do Sistema de Forças em 1937

⁸⁸ Ordem do Exército n.º 12, 1.ª série, de 31 de Dezembro de 1937.

⁸⁹ Vide Apêndice A Quadro 11

⁹⁰ Vide Apêndice A Quadro 12

⁹¹ Vide Apêndice A Quadro 13

⁹² Vide Apêndice A Quadro 14

Depois de vermos os Oficiais existentes no sistema de força, vejamos o número de oficiais constante do Almanaque do Exército de 1937, onde são evidenciadas as discrepâncias já referidas anteriormente.

	Efectivo do Sistema de Forças	Efectivo Existente em 1937 ⁹³
Coronéis	10	28
T. Coronéis	14	40
Majores	42	66
Capitães	116	160
Subalternos	159	365
Total	341	659

Quadro 28 - Comparativo entre Oficiais do Sistema de Forças e o Efectivo existente em 1937

Esta reorganização foi sendo aplicada com o passar dos anos, sendo a extinção da Escola de Aplicação de Artilharia de Costa e Aeronaves, do Grupo Misto Independente de Artilharia Montada n.º 14, e do Grupo de Artilharia a Cavalos n.º 01 em 1938⁹⁴. Em 1939⁹⁵ é ordenado para ser efectuada a organização das Unidades como fora decretado em 1937, exceptuando algumas situações devido ao início da 2.ª Guerra Mundial, onde seria formada uma Bateria Independente de Costa na Horta, o Grupo a Cavalos n.º 2 seria mantido em Santarém e, em Abrantes, formava-se de novo um Grupo a Cavalos com o número 1, substituindo o Grupo Misto Independente de Artilharia Montada n.º 24. Depois, como o previsto, o Regimento n.º 5 passa a ser o Regimento pesado n.º 2; o Grupo de Montanha n.º 15 passa a Regimento n.º 5; o Grupo de Montanha n.º 12 passa a Grupo de Montanha; o Regimento de Costa n.º 2 e a Companhia de Especialistas integram-se no Regimento de Costa n.º 1 formando o Regimento de Costa; o Grupo Pesado n.º 1 e o n.º 2 juntam-se, formando o Regimento Pesado n.º 1.

A Artilharia fica dividida em Unidades de linha e em Unidades de fronteira, sendo as Unidades de linha os Regimentos de Artilharia Ligeira Hipomóvel, Automóvel e Montanha, e os Regimentos de Artilharia Pesada; quanto às Unidades de fronteira serão o Grupo Independente de Montanha, a Cavalos e Contra Aeronaves e as Unidades de Costa. Em 1940 há pequenas alterações, o Grupo de Montanha passa a ter três Baterias, e os Grupos de Artilharia a Cavalos compreendem a seguinte organização: Comando; Formação; e três Baterias, tendo um efectivo de 17 Oficiais, 20 Sargentos e 160 Praças⁹⁶. Foi com este dispositivo, em termos de Artilharia, que Portugal se encontrava no início da 2.ª Guerra Mundial.

A Guerra Civil de Espanha terminava a 2 de Abril de 1939, e meses mais tarde, a 3 de Setembro, eclodia a 2.ª Guerra Mundial com França e Inglaterra a declarem guerra à terrível

⁹³ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1937.

⁹⁴ Ordem do Exército n.º 6, 1.ª série, de 25 de Agosto de 1938.

⁹⁵ Decreto nº29957 de 6 de Outubro/ Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 28 de Outubro de 1939

⁹⁶ Ordem do Exército n.º 3, 1.ª série, de 10 de Abril de 1940.

expansão da Alemanha de Hitler. Portugal aplica uma política de neutralidade, querendo assim, continuar com as suas boas relações perante a Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha. Contudo um dos problemas mais sérios que Portugal vai ter que enfrentar é a boa posição geográfica das colónias em termos estratégicos, principalmente dos arquipélagos do Oceano Atlântico, nomeadamente os Açores, Madeira e Cabo Verde. As constantes pressões da Grã-Bretanha e Alemanha para Portugal defender as ilhas, nomeadamente perante os Açores, inimigo em questão de cada nação persistem. Catapultando a criação de programas de defesa aos Açores e, em Outubro de 1940, são postos em prática esses mesmos planos.⁹⁷

Assim sendo, em 1942, a ilha de S. Miguel terá em termos artilheiros no dispositivo defensivo uma Bateria Ligeira de 7,5 cm⁹⁸; um Grupo de Baterias de Obuses de 10,5 cm⁹⁹ com três Baterias; uma Bateria de Montanha de 7 cm¹⁰⁰ com duas Secções¹⁰¹; cinco Baterias Anti-aéreas, sendo duas de 9,4 cm¹⁰², uma de 7,5 cm¹⁰³, e duas de 4 cm¹⁰⁴; Bateria Independente de Defesa de Costa n.º 1 de 15 cm; 1.ª, 2.ª e 3.ª Secções de Referenciação. Foi criado o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 4 que compreendia a 5.ª, 9.ª e 4.ª Baterias Anti-aéreas e a Bateria de Referenciação; e a Defesa Contra Aeronaves compreendendo a 1.ª Bateria Anti-aérea 7,5 cm, a 1.ª Bateria Anti-aérea 4 cm e a 3.ª Secção de Referenciação.¹⁰⁵

Na ilha da Terceira os meios de Artilharia eram os seguintes: uma Bateria Ligeira de 7,5 cm¹⁰⁶; uma Bateria de Montanha de 7,5 cm¹⁰⁷ com duas Secções¹⁰⁸; quatro Baterias Anti-aéreas, sendo uma de 9,4 cm¹⁰⁹, duas de 4 cm¹¹⁰, e uma de 7,5 cm¹¹¹; e duas Baterias de Referenciação¹¹²

A ilha do Faial tinha uma Bateria Ligeira de 7,5 cm¹¹³; uma Secção de Montanha de 7,5 cm¹¹⁴; duas Baterias Anti-aéreas, sendo uma de 9,4 cm¹¹⁵ e outra de 4 cm¹¹⁶; e uma

⁹⁷ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume II, pp. 356 e 357.

⁹⁸ Mobilizada pelo Regimento de Artilharia Pesada n.º 1 com peças 7,5 cm T.R. m/917 Schneider-Canet francesa

⁹⁹ O 1.º Grupo do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 3 com obuses FH 18 alemão que chegou a Portugal em duas versões: K (Krupp) ou R (Rheinmetall) 10,5 cm/28 m/941

¹⁰⁰ Mobilizada pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º 5 com peças 7 cm M.T.R. m/906-911 francesa.

¹⁰¹ A 1.ª Secção ficava subordinada ao Regimento de Infantaria n.º 21, pertencente ao Sector n.º 1 (Central) – a ilha ficava dividida em 3 Sectores Operacionais: Sector n.º 1 (Central); Sector n.º 2 (Oeste); e Sector n.º 3 (Leste) – e a 2.ª Secção ficava subordinada ao Batalhão de Infantaria n.º 16, pertencente ao Sector n.º 2 (Oeste).

¹⁰² 5.ª e 9.ª Bateria do GACA 1 com peças AA 9,4 cm m/940 inglesa.

¹⁰³ 1.ª Bateria do GACA 1 com peças AA 7,5 cm S.A. m/931 Vickers inglesa.

¹⁰⁴ 1.ª e 4.ª Baterias do GACA 2 com peças AA 4 cm m/940 sueca

¹⁰⁵ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III,

¹⁰⁶ 1.ª Bateria do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1.

¹⁰⁷ Mobilizada pelo Grupo Independente de Artilharia de Montanha com obuses 7,5 cm/18 m/940.

¹⁰⁸ 1 Secção ficaria em Angra do Heroísmo e outra Secção na Praia da Vitória.

¹⁰⁹ 3.ª Bateria do GACA 1.

¹¹⁰ 2.ª e 5.ª Baterias do GACA 2.

¹¹¹ 2.ª Bateria do GACA 1.

¹¹² Mobilizadas pelo Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 1. Não havia Artilharia de Costa, então, ficando assim responsável pela defesa de ataques marítimos em Angra do Heroísmo e na Praia de Vitória a Artilharia Anti-aérea – Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, p. 436

¹¹³ Mobilizada pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º 2.

¹¹⁴ Mobilizada pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º 5.

¹¹⁵ 4.ª Bateria do GACA 1.

¹¹⁶ 7.ª Bateria do GACA 2.

Secção de Referenciação¹¹⁷. Foi ainda criado o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 5 do Faial compreendendo a 4.ª e 7.ª Baterias Anti-aéreas e a Secção de Referenciação.¹¹⁸

Devido a rumores de que a Alemanha queria invadir a Península Ibérica, principalmente Gibraltar, a ilha da Madeira insurge-se como um ponto essencial para a Grã-Bretanha, o que poderia levar a tentativas de ocupação da ilha, quer pelos britânicos, quer pelos alemães, estes últimos para evitar a ocupação dos britânicos. Então, torna-se imperioso proceder, igualmente, à defesa da ilha da Madeira, conduzindo que à criação de uma Bateria de Artilharia de Campanha e uma Bateria de Artilharia Contra Aeronaves na Madeira, mantendo a Bateria Independente de Defesa de Costa n.º 2.¹¹⁹

Em Março de 1941, Inglaterra avisa Portugal que a Alemanha lhe poderá fazer um ataque a partir dos Pirenéus e que seria essencial a defesa do Continente. Inicia-se, então, um estudo de defesa de Lisboa nas linhas de Torres Vedras seguindo a proposta inglesa. Contudo, em Junho, a Alemanha declara guerra contra a União Soviética e dissipam-se quase todas as hipóteses de invasão do terreno português. Porém, foi dada continuidade ao plano de defesa a Lisboa e, em 1943, cria-se um Corpo de Exército, a 3 Divisões, destinado às linhas de Torres Vedras¹²⁰, sendo cada Divisão constituída, em termos artilheiros, por um Regimento de Obuses Ligeiros e um Grupo de Obuses Pesados;¹²¹ quanto à defesa marítima de Lisboa eram formados¹²²:

- Grupo Contra-bombardeamento Norte: 1.ª Bateria em Alcabideche com três peças 23,4 cm/47 e a 2.ª Bateria na Parede com 3 peças 15,2 cm/47;
- Grupo Contra bombardeamento Sul: 6.ª Bateria na Raposa com três peças 23,4 cm e a 7.ª Bateria no Outão com três peças 15,2 cm/47;
- Grupo de Defesa Próxima do Tejo: 2.ª Bateria na Parede com três peças 15,2 cm/47; uma Bateria (ia-se criar) em Gomes Freire (Oeiras) com três peças 15,2 cm/47; 3.ª Bateria na Laje com três peças 15 cm C.T.R.; 2.ª Bateria na Raposeira com três peças 15 cm C.T.R.; e com 1 Secção no Bom Sucesso, com duas peças 5,6 cm/48;
- Grupo de Defesa Próxima do Sado: 7.ª Bateria no Outão com três peças 15,2 cm/47 e a 8.ª Bateria em Albarquel com três peças 15 cm C.T.R.; uma peça isolada na Figueirinha de 15 cm C.T.R. (ia-se criar); uma Secção no Sanatório com duas peças 5,6 cm/48 (ia-se criar); e outra Secção na Rasca também com duas peças 5,6 cm/48 (ia-se criar).¹²³

¹¹⁷ Mobilizada pelo GACA 1.

¹¹⁸ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, p. 437.

¹¹⁹ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, pp. 446 à 447.

¹²⁰ A 1.ª Divisão ficava na região Santarém – Rio Maior – Alcoentre – Cartaxo – Vale de Santarém; a 2.ª Divisão ficava na região Montemor-o-Novo – Canha – Pegões Velhos – Cabrelas; a 3.ª Divisão ficava na região Azambuja – Alenquer – Sobral – Bucelas – Alhandra.

¹²¹ Todos pertencentes à Guarnição de Lisboa – Estado Maior do Exército, *História do Exército Português (1910 – 1945) Volume II*, pp. 351 e 352.

¹²² A Artilharia e a Defesa da Costa da Barra do Tejo a Cascais nos Séculos XIX e XX – O Museu da Artilharia de Costa, separata do Boletim da Artilharia Antiaérea, pp. 26 e 27.

¹²³ Com excepção da peça 15 cm C.T.R., todas as outras peças foram fornecidas pelos ingleses a partir de 1943.

A defesa anti-aérea, protegia quase todas as Baterias de Alcabideche à Raposa, onde tinha 14 Baterias fixas ao todo com 56 peças 9,4 cm e de 120 peças 4 cm¹²⁴, sendo a sua disposição a seguinte¹²⁵:

- Agrupamento n.º 1 na margem Norte do Tejo:
 - I Grupo Misto (Queluz): 1.ª Bateria Pesada no Torneiro (Paço de Arcos); 2.ª Bateria Pesada em Massamá; 3.ª Bateria Pesada em Famões; 1.ª Bateria de Referenciação em Queluz.
 - II Grupo Misto (Sacavém): 4.ª Bateria Pesada na Bogalheira (Camarate); 5.ª Bateria Pesada na Vitória; 6.ª Bateria Pesada na Raposa; 2.ª Bateria de Referenciação na Vitória.
 - I Grupo Ligeiro a 2 Baterias em Penha de França.
- Agrupamento n.º 2 na margem Sul do Tejo:
 - III Grupo Misto (Porto Brandão): 7.ª Bateria Pesada em Murfacém; 8.ª Bateria Pesada no Fetal (Charneca da Caparica); 9.ª Bateria Pesada no Pragal; 10.ª Bateria Pesada na Torre da Marinha; 3.ª Bateria de Referenciação em Porto Brandão; 3.ª Bateria Ligeira em Porto Brandão.
 - IV Grupo Misto (Moita): 11.ª Bateria Pesada em Santo António da Charneca; 12.ª Bateria Pesada na Moita; 13.ª Bateria Pesada no Samouco; 14.ª Bateria Pesada em Alcochete; 4.ª Bateria de Referenciação na Moita; 4.ª Bateria Ligeira na Moita.

Além dessa zona, seriam colocadas mais três Baterias, na Pampilheira (Cascais), S. Gonçalo e na Chibata (Costa da Caparica), todas elas com peças 4 cm. Este plano (*Plano Barron*), só ficou plenamente operacional em 1958, e sem a instalação das Baterias que estavam previstas em se criarem, como em Gomes Freire, na Figueirinha, Sanatório e na Rasca.

Em Agosto de 1943 é assinado o Acordo Luso-Britânico, do qual resulta que Portugal daria facilidades aos britânicos na utilização dos Açores¹²⁶, o que teve grande influência no desenrolar da guerra. Simultaneamente, em Timor tinha eclodido uma guerra entre o Japão e forças holandesas e australianas, e com tudo isto o povo timorense começa a revoltar-se e alguns engrenam nas forças japonesas, o que torna aquela ilha num poço de desorganização.

Devido ao ataque a Pearl Harbour, os EUA estavam em guerra contra o Japão, o que conduziu os EUA, em 1944, a planear um projecto de operações no Extremo Oriente, o que poderia incluir Timor, caso Portugal facilitasse também aos Estados Unidos o acesso aos Açores. Portugal aceita a proposta americana, pelo que começam em Lisboa os preparativos para o envio para Timor de uma expedição da metrópole, envolvendo os EUA, Grã-Bretanha

¹²⁴ Peças fornecidas durante a guerra, onde se pode verificar mais à frente.

¹²⁵ *Defesa Antiaérea de Lisboa em 1 de Outubro de 1943*, trabalho realizado pelos Cadetes do 4.º ano de Artilharia: Ribeiro da Cunha, Martins Primo e Paulo Rodrigues, in *Revista de Artilharia* nº 821 – 822 (Janeiro – Fevereiro 1994).

¹²⁶ Essa decisão teve muito em causa o facto de os aliados começarem a ter vantagem na guerra, e a elevada possibilidade de ocupação dos Açores por parte dos britânicos.

e Portugal, que se traduzia na hipótese da primeira participação directa portuguesa. A expedição compreendia uma Bateria de Artilharia de Montanha e uma Bateria de Artilharia Anti-aérea de 4 cm e estava prevista partir em Setembro de 1945¹²⁷. Porém, em Agosto de 1945 são lançadas as bombas atómicas sobre Hiroxima e Nagasaki com a consequente rendição do Japão a 14 de Agosto, sendo o fim da 2.ª Guerra Mundial¹²⁸. Desta feita a expedição segue igualmente para Timor, mas agora com o objectivo de reocupação devido às revoltas que tinham surgido anteriormente.¹²⁹

Finda a guerra surge a necessidade de reorganizar o Exército uma vez que eram evidentes algumas deficiências de organização e também pela aquisição de novo armamento durante a guerra¹³⁰. Na Artilharia foram adquiridas peças e obuses alemães, italianos e britânicos.

Como foi dito, o Exército sofreu uma pequena reorganização em 1946¹³¹, onde na Artilharia foi criado mais 1 Regimento Pesado – em 1947 passou a Grupo Independente de Artilharia Pesada n.º 3¹³² que compreendia um Comando, uma Bateria de Especialistas, três Baterias e uma Bateria de Mobilização, e um efectivo de 23 Oficiais, 25 Sargentos e 200 Praças; foi criado um Regimento Misto de Artilharia de Campanha e um Grupo Misto de Artilharia de Defesa Fixa (um Estado Maior, uma Bateria de Formação, uma Bateria Anti-aérea, uma Bateria de Costa e uma Bateria de Mobilização, com um efectivo de 18 Oficiais, 26 Sargentos e 222 Praças), denominado de n.º 1 em Ponta Delgada. São extintos o Grupo de Defesa Submarina de Costa e as Companhias Hipomóvel n.º 1 e 2¹³³. Contudo, no ano seguinte, o Exército sofre nova reorganização¹³⁴ do qual resulta, no que se refere a Artilharia, a seguinte constituição:

- cinco Regimentos de Artilharia Ligeira; três Regimento de Artilharia; um Regimento Misto de Artilharia de Campanha n.º 6; três Grupos de Artilharia Contra Aeronaves; Regimento de Artilharia Anti-aérea Fixa: Bateria Anti-aérea Independente; Regimento de Artilharia de Costa; Grupo Independente de Artilharia de Costa; duas Baterias Independentes de Costa; Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 1; um Grupo de Especialistas; Escola Prática de Artilharia.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, e devido a Guerra Fria entre União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), a Europa Ocidental e as ilhas do Atlântico, tornam-se essenciais para os EUA, criando-se assim o plano Marshall para a recuperação económica da Europa Ocidental¹³⁵ e a NATO¹³⁶. Os EUA convidam

¹²⁷ Primeiramente deslocaram-se para Moçambique, chegando em Outubro de 1944 para efectuar treinos, e então, partindo para Timor, a partir de Moçambique, só em Setembro de 1945.

¹²⁸ A Alemanha já tinha caído em 30 de Abril de 1945.

¹²⁹ Estado Maior do Exército, História do Exército Português (1910 – 1945) Volume III, pp. 539 à 546.

¹³⁰ Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 30 de Novembro de 1946.

¹³¹ Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 30 de Novembro de 1946.

¹³² Ordem do Exército n.º 1, 1.ª série, 28 de Fevereiro de 1947.

¹³³ Estas Companhias já não pertenciam à Artilharia mas sim à Administração Militar.

¹³⁴ Ordem do Exército n.º 8, 1.ª série, de 25 de Novembro de 1947.

¹³⁵ Com este plano a Inglaterra e a França consentiam a independência das suas colónias, criando assim mais Estados para o mercado americano.

Portugal a aderir à NATO visto ser a única maneira de conseguirem ter em seu poder as bases dos Açores. Portugal adere, sendo assinado o tratado a 4 de Abril de 1949¹³⁷.

Esta adesão à NATO veio a favorecer bastante Portugal a nível militar, passando a ter novos conhecimentos e diferentes pontos de vista. No Exército é criado o Campo de Santa Margarida em 1952, que trouxe o aprontamento da Artilharia Divisionária com três GAC¹³⁸ com obuses 10,5 cm, um GAC¹³⁹ com obuses 14 cm e um GAAA¹⁴⁰ com obuses 4 cm, e outra parte de Artilharia para um Corpo de Exército, em que tinha um GAC com obuses 11,4 cm e um Grupo de Referenciação¹⁴¹. E devido à boa ligação com os EUA traz a novidade dos auto-propulsionados com a chegada, em 1954, do obus 8,8 cm auto-propulsado m/54 Sexton MK II canadiano.

O quadro abaixo compara o efectivo existente nas décadas de 40 e 50. Podemos verificar que de 1948 para 1956 se assiste a um ligeiro aumento do número de Oficiais, o que se pode atribuir à criação da Artilharia Divisionária da Divisão Nuno Álvares. Por outro lado, em 1958, verificamos uma ligeira diminuição do número de Oficiais, cuja causa se atribui à criação do Corpo de Estado Maior¹⁴² (CEM) e do Serviço Material para os quais foram transferidos alguns oficiais de Artilharia, deixando por isso de serem contabilizados no efectivo correspondente.

	Efectivo Existente em 1946 ¹⁴³	Efectivo Existente em 1948 ¹⁴⁴	Efectivo Existente em 1956 ¹⁴⁵	Efectivo Existente em 1958 ¹⁴⁶
Coronéis	16	18	30	21
T. Coronéis	35	32	35	20
Majores	76	72	64	69
Capitães	192	182	156	148
Subalternos	92	81	115	126
Total	411	385	400	384

Quadro 29 - Efectivo existente em 1946, 1948, 1956 e 1958

¹³⁶ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em inglês North Atlantic Treaty Organization (NATO) – sendo esta a sigla preferencialmente utilizada pelo autor – organização criada em 1949 com o objectivo de constituir uma frente oposta ao bloco socialista, em que os Estados signatários estabeleciam entre si um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e contraíam uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros

¹³⁷ BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal, Volume 4*, pp. 435 à 438.

¹³⁸ Grupo de Artilharia de Campanha (GAC). Estava destinado para Apoio Directo (A/D) às Unidades de manobra. Um destes Grupos estava ao encargo do RAL nº4.

¹³⁹ Estava destinado a missão táctica de Acção de Conjunto (A/C). Este Grupo estava ao encargo do RAP nº3

¹⁴⁰ Grupo de Artilharia Anti-aérea (GAAA). Este Grupo estava ao encargo do GACA nº3.

¹⁴¹ SANTO, General Gabriel Espírito, *A evolução da Artilharia portuguesa no século XX: organização, materiais, homens, doutrina e campanhas.*

¹⁴² Em 1958 faziam parte do CEM 28 Oficiais de Artilharia, respectivamente 3 Coronéis, 11 Tenente-Coronéis, 6 Majores e 8 Capitães.

¹⁴³ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1946.

¹⁴⁴ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1948.

¹⁴⁵ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1956.

¹⁴⁶ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1958.

3.3 – A Artilharia Portuguesa na Guerra Colonial

Em Fevereiro de 1961, um movimento guerrilha ataca uma cadeia de Angola, e poucos dias depois, um outro movimento provoca um massacre no Norte de Angola, dando início à longa Guerra em África de 13 anos. Foram imediatamente destacadas forças da metrópole para combater as guerrilhas e, quanto à Artilharia, dividiu-se em várias forças, destinadas a combaterem como atiradores; em unidades de Artilharia de Campanha para o apoio de fogos, a Bateria normal era excessiva, dividindo, assim, em Secções de uma ou duas peças para o apoio a Companhias de Infantaria ou Grupos de Intervenção; e em Baterias e Pelotões de Artilharia Anti-aérea destinadas a protegerem pontos críticos, principalmente os aeroportos. Foi uma Artilharia de duas faces, que era utilizada tanto para missões de Artilharia como para as de Infantaria.

Antes de serem descritas as Unidades que mobilizaram forças para as colónias, há que referir certas alterações na Artilharia que se fizeram sentir durante os 13 anos de guerra. Logo em 1961, é desactivado o Regimento Pesado n.º 1, cujas instalações foram destinadas à Escola Prática do Serviço de Material¹⁴⁷. Foi, igualmente, desactivado o Regimento de Artilharia n.º 6. Em 1970¹⁴⁸, a Bateria de Artilharia de Guarnição n.º 2 no Funchal, passa a Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 2.

Voltando ao teatro de operações em África, as forças destacadas pela Artilharia foram num total de 417 Companhias de Artilharia, onze Baterias de Artilharia, doze Baterias AAA, cinquenta Pelotões AAA, duas Secções de Radares, quinze Secções de Projectores, e formando mais outras Unidades. Os Regimentos que tiveram mais mobilizações foram o RAL 1, o RAL 3, o RAL 5, o RAP 2, o RAC, o RAAF e o GACA 2¹⁴⁹.

No que diz respeito aos oficiais, o Quadro seguinte contém os oficiais totais e os destacados, do Quadro Permanente (QP), para a Guerra em África.

	Efectivo em 1961	Efectivo Existente em 1964			Efectivo Existente em 1968			Efectivo Existente em 1972		
	Total	Em Portugal	Em África	Total	Em Portugal	Em África	Total	Em Portugal	Em África	Total
Coronéis	13	14	9	23	13	11	24	17	7	24
T. Coronéis	16	15	6	21	29	21	50	26	13	39
Majores	41	39	25	64	39	19	58	83	41	124
Capitães	117	101	97	198	90	26	116	125	108	233
Subalternos	105	58	33	91	68	26	94	25	3	28
Total	105	227	170	397	239	103	342	276	172	448

Quadro 30 - Efectivo existente em 1961, 1964, 1968 e 1972

¹⁴⁷ Ordem do Exército n.º 5, 1.ª série, de 30 de Abril de 1961..

¹⁴⁸ Ordem do Exército n.º 4, 1.ª série, de 30 de Abril de 1970.

¹⁴⁹ Vide Apêndice A quadros 17 ao 24

3.4 - A formação dos Oficiais durante o Estado Novo

O movimento militar de 1926, como já verificamos anteriormente, alterou profundamente o regime político anterior, tendo naturalmente reflexos na organização do Exército e na própria formação dos Oficiais. Como consequência do Decreto de 25 de Outubro do mesmo ano, a Escola do Exército foi mais uma vez reestruturada, a fim de estar em concordância com o espírito da nova organização militar.

No que diz respeito ao Curso de Artilharia, as alterações sofridas foram as seguintes: os dois cursos de Artilharia voltaram a reunir-se num só, que ficou com a duração de quatro anos, exigindo dois anos de preparatórios. Acabou-se assim com uma diferenciação, fruto da errada avaliação do anterior desenvolvimento da Artilharia de Costa¹⁵⁰; Para manter a formação de engenheiros fabris a partir da Artilharia criou-se o Curso Complementar de Artilharia, com duração de uma ano, a ser frequentado pelos subalternos e capitães da Arma que o requeressem e tivessem os preparatórios. Ao curso seguia-se um estágio no Arsenal do Exército.

Houve alterações também ao nível das cadeiras. Foi criada uma cadeira de Balística aplicada ao tiro; a execução do Tiro e a Tática da Arma foram mantidas numa mesma cadeira, traduzindo-se em pouco desenvolvimento destes assuntos; não foi incluída nenhuma cadeira relacionada com as ciências sociais, o que estava de acordo com a filosofia política da época.

A verdadeira reorganização do Exército sintonizada com o regime político implantado no País em 1926 ocorreu em 1937 com a Lei da Organização do Exército e com a Lei do Recrutamento Militar. Foi esta reorganização que alterou a denominação para Escola do Exército, abandonada após a reorganização republicana, que acabou com a graduação dos alunos, que confirmou a prévia frequência do 1º ciclo do Curso de Oficiais Milicianos, que rejeitou candidatos não europeus e que criou o regime de internato, para os candidatos provenientes do Colégio Militar, durante a frequência dos preparatórios na Faculdade de Ciências.

A Escola do Exército passou a ter uma feição exclusivamente militar, com eliminação das cadeiras de engenharia, uma vez que se entendia que aos alunos devia ser apenas exigido o que era indispensável à sua formação técnica e militar e ao exercício da profissão.

Como alterações mais significativas nesta organização podemos relatar as seguintes: redução da duração dos cursos (três anos para o curso de Artilharia); redução do limite de idade, 23 para os candidatos a Engenharia e 21 para os restantes cursos; exclusão de candidatos casados, que depois foi complementada com a proibição do casamento de oficiais antes dos 25 anos e do posto de Tenente; promoção dos cadetes a aspirantes a oficial apenas após a conclusão do curso e a alferes após o tirocínio na Escola Prática.

¹⁵⁰ COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia em Portugal no século XX (1900/78)*, in revista da Artilharia, 75ºAniversário, 1979

No que se refere ao Curso de Artilharia, este deixou de ter no currículo as cadeiras de índole fabril em proveito da preparação especificamente artilheira. A sequência da formação dos artilheiros passou a ficar ordenada da seguinte forma: frequência das sete cadeiras dos preparatórios numa Faculdade de Ciências em dois anos lectivos; 1º Ciclo do Curso de Oficiais Milicianos, a frequentar numa unidade ou Escola Prática num período de férias de Verão; três anos de curso na Escola, como cadete, sem vencimento nem fardamento; um ano lectivo em tirocínio na Escola Prática, como aspirante; promoção a alferes e colocação numa unidade da Arma; promoção a tenente um ano depois¹⁵¹.¹⁵²

No período entre 1940 e 1948, constatou-se que cada vez se tornava mais difícil recrutar, entre os estudantes universitários, candidatos em número suficiente para o preenchimento das vagas abertas na Escola. Era notória a existência de poucos candidatos ao curso de Artilharia, que, assim não conseguia satisfazer as necessidades da Arma em subalternos do Quadro Permanente.

Estes factos aconselhavam a uma revisão da estrutura do curso, das condições de admissão, do regime de alunos, da carreira, entre outras coisas. Assim sendo, por Decreto de 5 de Novembro de 1946 foi criado na EE um Curso Geral Preparatório e o curso de Artilharia foi reformulado. Das sete cadeiras exigidas de preparatório exigidas anteriormente, passou-se a quatro ministradas no Curso Geral Preparatório num ano lectivo, sendo elas, Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva, Física Geral e Desenho. O Curso passou de três para dois anos lectivos, com as seguintes cadeiras: Geografia militar da península, História militar portuguesa, Organização militar portuguesa, Topografia, Geografia militar colonial, Expansão ultramarina, Administração colonial, Fortificação e Organização do terreno, Transmissões e Comunicações militar, Material de Artilharia, Tiro de Artilharia¹⁵³, Tática geral, Tática e Serviços de Artilharia.

A reestruturação do curso de Artilharia acarretou, contudo problemas relevantes, nomeadamente lacunas na formação. A condensação do curso em dois anos fez com que algumas cadeiras deixassem de ser leccionadas, pelo que surgiu a necessidade de ser recriado o Curso Complementar de Artilharia, não para preparar engenheiros fabris como anteriormente, mas com vista à colmatar as lacunas de conhecimentos técnicos dos subalternos da Arma através da frequência, num ano lectivo, de Material de Artilharia, Balística e Explosivos, após a obtenção de algumas cadeiras¹⁵⁴ na Universidade. Contudo, a ideia não resultou pois apenas três oficiais frequentaram este curso complementar.¹⁵⁵

¹⁵¹ Apenas a partir de 1945 é que a promoção a tenente era passado 1 ano de ser promovido a alferes.

¹⁵² COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia em Portugal no século XX (1900/78)*, in revista da Artilharia, 75ºAniversário, 1979

¹⁵³ A cadeira de Tiro existia nos dois anos do curso;

¹⁵⁴ As cadeiras da Universidade eram Cálculo infinitesimal, Química geral, Economia política, Desenho de máquinas, Mecânica racional, Termodinâmica, Electricidade e Análise química.

¹⁵⁵ COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia em Portugal no século XX (1900/78)*, in revista da Artilharia, 75ºAniversário, 1979

Posteriormente outras facilidades foram estabelecidas, com vista a atrair, por este processo, os jovens para a carreira das armas, designadamente, em 1957, a concessão de fardamento e vencimento.

Depois de vinte anos passados da última grande organização na Escola do Exército e após as lições da 2ª Guerra Mundial, as profundas evoluções sofridas aconselharam a introdução de novos conceitos na organização do estabelecimento de ensino bem como as organizações dos cursos ministrados. Sendo assim, o Decreto de 12 de Fevereiro de 1958 reorganizou a Escola e passou a designá-la por Academia Militar¹⁵⁶, passando a preparar oficiais dos três ramos das Forças Armadas, facto que se fica a dever provavelmente à inserção, de Portugal, na NATO em 1949¹⁵⁷.

No que diz respeito ao Curso de Artilharia, com duração de quatro anos, passou a compreender as seguintes cadeiras, uma semestral, outras anuais e distribuídas por três semestres: Matemáticas gerais; Cálculo infinitesimal; Física geral; física atómica; Geometria descritiva e Desenho; Psicologia; Ciências sociais; Deontologia militar; Estudos ultramarinos; Transmissões; Organização do terreno; Motores; Historia e Geografia; Organização, táctica, logística e estratégia; Táctica de Artilharia; Material de Artilharia; Balística; e Tiro de Artilharia.

A redução do curso para quatro anos, apesar de suficiente para os cursos de Infantaria e Cavalaria, mostrava-se manifestamente insuficiente para o curso de Artilharia.

Com a ameaça iminente de Guerrilha no Ultramar, em 1960, houve uma necessidade de aumentar o número de oficiais para fazer face as necessidades do Ultramar reduzindo assim a duração dos curso para três anos e um semestre. As cadeiras de Tiro e Táctica passaram ser ministradas em apenas um ano lectivo. A média anual de oficiais que terminavam o curso era de cerca de 20 oficiais por ano, número abaixo no necessário o que levou, em 1962, a autorização do ingresso, por uma única vez e a título excepcional, de oficiais milicianos.

Em 1970, as necessidades do Ultramar ainda não estavam satisfeitas, e levaram a proclamação do Decreto-lei nº516 com vista, a conceder facilidades e benefícios que aumentassem a admissão anual de alunos. Como consequência, do Curso de Artilharia foram eliminadas as cadeiras de Cálculo, Física atómica, Desenho, Psicologia, Ciências sociais e Material electrónico do Tiro.

No quadro seguinte podemos verificar os números de aspirantes a frequentar o TPOA. Como já foi referido, constatou-se uma diminuição de candidatos à Academia Militar, durante a guerra colonial, o que se traduziu num menor número de Aspirantes a Oficial a frequentar o TPOA.

¹⁵⁶ Decretos-lei nº42151 e 42152, de 12 de Janeiro de 1958, entre outras alterações modificaram a designação para Academia Militar

¹⁵⁷ COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia em Portugal no século XX (1900/78)*, in revista da Artilharia, 75ºAniversário, 1979

	1956 ¹⁵⁸	1957 ¹⁵⁹	1958 ¹⁶⁰	1959 ¹⁶¹	1960 ¹⁶²	1961 ¹⁶³	1964 ¹⁶⁴
Aspirantes a frequentar o TPOA	35	35	33	23	31	19	16

Quadro 31- Aspirantes que terminaram o curso de Oficial de Artilharia entre 1956 e 1964

¹⁵⁸ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1956.

¹⁵⁹ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1957

¹⁶⁰ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1958

¹⁶¹ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1959

¹⁶² Almanaque do Exército de 30 de Dezembro de 1960

¹⁶³ Almanaque do Exército de 29 de Dezembro de 1961

¹⁶⁴ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1964

4 – A EVOLUÇÃO DO QUADRO DE OFICIAIS DE ARTILHARIA APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

4.1- O pós 25 de Abril de 1974

Após a Revolução de 25 de Abril, Portugal passou por um período de dois anos denominado como Processo Revolucionário em Curso (PREC)¹⁶⁵, com a extinção de várias Unidades durante esse período. Na Artilharia extinguiram-se 7 Unidades, o Regimento de Artilharia n.º 3 e o Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa em 1974¹⁶⁶. Em 1975, extinguiram-se o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 2 e n.º 3, o Regimento de Artilharia Ligeira n.º 5, o Regimento de Artilharia Pesada n.º 3 e a Bateria Independente de Defesa de Costa n.º 1. Por outro lado a designação das Unidades e algumas localizações foram alteradas.

Após esta revolução, os EUA com receio que Portugal se pudesse tornar um país comunista, interessa-se assim pela integração novamente de Portugal na NATO e com a sua evolução militar¹⁶⁷. Assim sendo, em 1976 foi ordenado organizar uma Brigada para NATO, instituída em Maio de 1978 e designada por Brigada Mista Independente (BMI), localizando-se no Campo de Instrução de Santa Margarida, que seria semi-mecanizada, tendo um Grupo de Artilharia de Campanha a quatro Baterias, destacado no RAL¹⁶⁸, sendo três Baterias equipadas com o obus *M101 A1 105 mm/22* e *M101 A1 L 105 mm/32*, e uma Bateria auto-propulsada equipada com o obus *M109 A2 155 mm AP*.

O Regimento de Artilharia de Évora extingue-se em 1980¹⁶⁹, e a Bateria de Artilharia de Guarnição n.º 1 passa, em 1981¹⁷⁰, a Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 1 (GAG 1), continuando em Ponta Delgada.

Em 1983, as Unidades artilheiras eram as seguintes: EPA; RALIS; RAL; RASP; RAC; CIAAC.

Devido à evolução que se fez sentir na Artilharia Anti-aérea, *“torna-se necessária a existência de uma unidade territorial de artilharia antiaérea com capacidade para aprontar e manter forças de artilharia antiaérea.”*¹⁷¹, pelo que em 1988 é mandado criar o Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 (RAAA 1) em Queluz.

No que diz respeito ao âmbito deste trabalho, após o 25 de Abril de 1974, há um considerável aumento de Oficiais Superiores, enquanto que no número de Oficiais Capitães e Subalternos se verifica o contrário, como se pode verificar pelo quadro abaixo.

¹⁶⁵ Sigla que designa o Processo Revolucionário em Curso, que teve lugar após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Caracteriza-se por uma forte movimentação político-social ocorrida em Portugal durante os anos de 1974/75. O PREC constitui um movimento revolucionário fortemente impulsionado por partidos e organizações de esquerda e de extrema esquerda, terminando somente a 25 de Novembro de 1975 como consequência da derrota sofrida por tais forças políticas

¹⁶⁶ Ordem do Exército n.º 12, 1.ª série, de 31 de Dezembro de 1974.

¹⁶⁷ BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, pp. 93 à 96.

¹⁶⁸ Em 1991 o Grupo deixa de estar aquartelado no RAL e passa a estar em Santa Margarida.

¹⁶⁹ Ordem do Exército n.º 9, 1.ª série, de 30 de Setembro de 1980.

¹⁷⁰ Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 31 de Julho de 1981.

¹⁷¹ Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 31 de Julho de 1988.

	1974	1975	1977
Coronéis	14	34	35
T. Coronéis	16	59	78
Majores	42	160	129
Capitães	120	150	144
Subalternos	170		
Total	362	403	386

Quadro 32- Quadro de Oficiais pós 25 de Abril de 1974

4.2 – A década de 90

Em 1989, a Alemanha volta-se a unificar com a queda do Muro de Berlim e, em 1991, extinguiu-se a URSS, pondo fim à Guerra Fria. Sendo assim, parecia que Portugal agora não tinha quaisquer inimigos, o que sugeria a necessidade de rever o Conceito Estratégico da Defesa Nacional. Neste seguimento, surge Brigada Ligeira de Intervenção (BLI) em 1992, com sede em Coimbra, constituída por dois Batalhões de Infantaria, um Esquadrão de Reconhecimento, um GAC (do RASP) equipado com o obus *Otto Melara 105 mm/14*, e uma Bateria AA (do RAAA 1) equipada com o Sistema Canhão Bitubo *AA 20 mm m/81*; e, em 1993, há uma nova reorganização do Exército¹⁷², com a extinção do emblemático Regimento de Artilharia de Lisboa, bem como dos Grupos de Artilharia de Guarnição n.º 1 e n.º 2. A denominação de algumas Unidades foi também alterada, voltando a ser designadas pelo número.

Além destas Unidades, a Artilharia possuía: na Brigada Mecanizada Independente (BMI)¹⁷³, um GAC equipado com Obuses *M109 A2 155 mm AP*¹⁷⁴ e uma Bateria AAA¹⁷⁵ constituída com um Pelotão equipado com o Sistema Míssil Ligeiro *AP Chaparral M48 A2 E1*¹⁷⁶ e outro Pelotão, que seria equipado em 1994 com o Sistema Míssil Portátil *Stinger*¹⁷⁷; dois Grupos Mistos de Artilharia, um no Regimento de Guarnição n.º 2 (RG 2)¹⁷⁸, em Ponta Delgada, com uma Bateria AAA *4 cm* de três Pelotões e uma Bateria de Artilharia de Costa *15 cm* com três Secções de Peças. O Grupo tinha 135 homens; o outro Grupo estava no Regimento de Guarnição n.º 3 (RG 3)¹⁷⁹, no Funchal, com uma Bateria AAA *4 cm* com três Pelotões, e uma Bateria de Costa *15 cm* com três Secções de Peças, num no total 147 homens. O CIAAC passa a ser denominado de Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea (CIAA) e fica na dependência do RAAA 1, mantendo-se destacado em Cascais.

¹⁷² Ordem do Exército n.º 7, 1.ª série, de 31 de Julho de 1993.

¹⁷³ Mudou para esta designação em 1993.

¹⁷⁴ Em 2001 o GAC é equipado com a versão *M109 A5 155 mm AP*, que tem como principais melhorias os sistemas hidráulicos e o sistema de defesa NBQ (Nuclear Biológico e Químico) .

¹⁷⁵ Esta Bateria AAA tinha sido destacada pelo RAA 1 em 1991.

¹⁷⁶ Entrou em serviço em 1990.

¹⁷⁷ Fabrico americano que entrou em serviço em 1994.

¹⁷⁸ É resultante da junção do Regimento de Infantaria de Ponta Delgada com o Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 1. Tinha destacado 1 Pelotão AAA no Agrupamento de Santa Maria, e outro Pelotão AAA no Regimento de Guarnição n.º 1 em Angra do Heroísmo.

¹⁷⁹ É resultante da junção do Regimento de Infantaria do Funchal com o Grupo de Artilharia de Guarnição n.º 2. Tinha destacado 1 Pelotão AAA no Agrupamento de Porto Santo

Em 1994, é criada a Brigada Aerotransportada Independente (BAI)¹⁸⁰, com sede em Tancos, para atribuição à Força de Reacção Rápida da NATO, que incorporava uma Bateria AAA¹⁸¹ com três Pelotões equipados com Sistema Míssil Portátil *Stinger*, e onde viria a ser incorporado em 1996 o GAC do RA 4¹⁸². Nesse ano, nas Regiões Militares, deixa de existir a RMC e o Campo Militar de Santa Margarida (CMSM) é considerado como uma Região Militar¹⁸³.

Em 1995, a orgânica do RA 4 mudou, continuando, no entanto, a possuir uma Bateria de Comando e Serviços e o GAC/BAI, ao que se acrescentou um Grupo de Instrução com três Baterias de Instrução (seis Pelotões de Instrução e um Centro de Instrução de Condução Auto (CICA) com três Pelotões), e, em 1998, o GAC da BAI passou a estar equipado com obuses ingleses *M119 105 mm Light Gun*¹⁸⁴, que assim substituiu o obus *Otto Melara*. Também em 1998 o GAC/BMI passa a ser constituído por três BBF's (Bateria de Tiro com 6 Secções de Obuses) e três Secções de Observadores Avançados.

Como se tem vindo a reparar, ao longo destes últimos anos, a Artilharia de Costa não se tem destacado, deixando de haver esforços na aquisição de novos equipamentos para substituírem os antigos que datam da longínqua 2.ª Guerra Mundial, e, na criação das três Brigadas, denota-se total afastamento da Artilharia de Costa. Por isso, em 1999, é extinta a Artilharia de Costa com a extinção do Regimento de Artilharia de Costa a 30 de Junho¹⁸⁵ e com as Baterias de Costa no RG 2 e RG 3.

No que diz respeito a pessoal, na década de 90, devido ao excesso de Oficiais (e Sargentos), como temos vindo a demonstrar neste trabalho, é aplicada a Lei n.º15/92¹⁸⁶ (também conhecida como “Lei dos Coronéis”) que levou a “uma redução muito acentuada dos quadros, oficiais e sargentos (...) sendo praticamente imediata a saída dos quadros...”¹⁸⁷. No quadro seguinte, podemos verificar os efeitos imediatos da entrada em vigor da lei, principalmente na quantidade de Coronéis e Tenentes-Coronéis que diminuí drasticamente. Mais à frente neste trabalho poderemos verificar, que apesar dos efeitos da lei terem sido imediatos não tiveram muita duração, uma vez que o número de oficiais superiores voltou a subir consideravelmente nos anos seguintes.

¹⁸⁰ Decreto-Lei n.º 27/94, Diário da República n.º 30, 1.ª série – A, de 5 de Fevereiro de 1994.

¹⁸¹ Inicialmente encontrava-se no Comando de Tropas Aerotransportadas (CTAT), passando em 1998 para o RAAA 1. 437 No entanto, a

¹⁸² No entanto, a 1.ª Bateria de Bocas-de-fogo (BBF) que teve a BAI, foi em 1994, localizada em São Jacinto, com efectivos da Companhia de Morteiros Pesados do extinto Corpo de Tropas Pára-quedistas

¹⁸³ Ordem do Exército n.º 9, 1.ª série, de 30 de Setembro de 1994.

¹⁸⁴ Obus inglês adquirido pelo Exército Português em 1998.

¹⁸⁵ Ordem do Exército n.º 8, 1.ª série, de 31 de Agosto de 1999.

¹⁸⁶ Vide anexo A

¹⁸⁷ ROCHA, General Octávio de Cerqueira, *Exército – As Directivas de Reestruturação*, pp. 15

	1991 ¹⁸⁸	1992 ¹⁸⁹	1993 ¹⁹⁰
Coronéis	88	89	35
T. Coronéis	70	61	45
Majores	44	43	42
Capitães	68	75	96
Subalternos	86	91	80
Total	356	359	298

Quadro 33 - O quadro de Oficiais de Artilharia antes e depois da "Lei dos Coronéis"

4.3 – Os novos desafios e a entrada no século XXI

Em 2000, há alterações nas Unidades Antiaéreas, ficando o GAAA/CE com uma Bateria de Comando e Serviços (Pelotão Radar), 1 Bateria Míssil Ligeiro AP a três Pelotões, e uma Bateria Míssil Portátil também a três Pelotões; a BAAA/BLI passa a ter um Pelotão Radar, um Pelotão Míssil Ligeiro AP a quatro Secções, e um Pelotão Míssil Portátil a duas Secções; a BAAA/BMI terá um Pelotão Radar, três Pelotões Míssil Ligeiro AP (quatro Secções), e um Pelotão Míssil Portátil (duas Secções).

Em 2003, é criado na EPA o Pelotão de Aquisição de Objectivos¹⁹¹, (PAO) com uma Secção Topográfica, uma Secção Radar de Localização de Armas, uma Secção Radar de Localização de Alvos Móveis e uma Secção de Meteorologia.

Até aos dias de hoje é praticamente esta a organização da Artilharia, ressalvando-se a extinção do CIAAC em 2004, a extinção do GAC/BLI que pertencia ao RA5 em 2005, o que fez do RA5 um Centro de Formação Geral e o GAC do RA4 passa assim para a BLI. A BAI passou a denominar-se Brigada de Reacção Rápida (BRR) e a BLI passou a denominar-se Brigada de Intervenção (BrigInt) e a BMI Brigada Mecanizada (BrigMec), também em 2005¹⁹². Em 2006¹⁹³ houve alterações importantes como a extinção dos Comandos Territoriais, passando as Grandes Unidades (são as três Brigadas) a assumirem funções semelhantes às dos Comandos Territoriais, enquanto que as Zonas Militares das Ilhas mantiveram-se; as Unidades territoriais passam a ser consideradas Unidades da Estrutura Base do Exército, sendo a maioria dependentes das Grandes Unidades. Estas Unidades constituíam a Força Operacional Permanente do Exército (FOPE). Em 2008, as unidades de Artilharia que faziam parte das Brigadas foram alteradas devido a reactivação do terceiro GAC, estando actualmente da seguinte forma: Brigada de Reacção Rápida (BRR), apoiada pelo GAC do RA4 em Leiria, e por uma BtrAAA do RAAA1 em Queluz; Brigada de Intervenção (BrigInt), apoiada pelo GAC que tem uma BFF na EPA e o restante no RA5 em

¹⁸⁸ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1991

¹⁸⁹ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1992

¹⁹⁰ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1993

¹⁹¹ Despacho nº 195 de 02 de Junho de 1997, de Sua Excelência o General CEME.

¹⁹² Directiva 5/CEME de 23 de Maio de 2005.

¹⁹³ Decreto-Lei n.º 61/2006 de 21 de Março de 2006, e Decreto Regulamentar n.º 68/2007 de 28 de Junho de 2007.

Gaia e por uma BtrAAA de Queluz; Brigada Mecanizada apoiada pelo GAC e pela BtrAAA instalados no Quartel da Artilharia em Santa Margarida.

Outro aspecto que não podíamos deixar de referir é a participação de militares de Artilharia nas integrados nas Forças Nacionais Destacadas (FND) que, praticamente, tem sido nula, visto que Portugal tem participado quase exclusivamente em Teatros de Operações com baixa intensidade, não justificando a utilização da Artilharia. Contudo, já foram destacadas algumas forças de Artilharia, quer de Campanha, quer de Antiaérea, embora, actuando somente como forças de atiradores, ajudando a garantir a segurança do território. Temos, como exemplo, as forças destacadas para o Kosovo (GAC/BAI em 2005 e um PAAA do RAAA 1 em 2007/08) e para Timor (1 PAAA com 28 homens do RAAA 1 e com 9 homens do RA 5 em 2004), no âmbito da missão da ONU¹⁹⁴.

No que diz respeito ao pessoal, os quadros orgânicos foram profundamente alterados, em 2004, com o novo Sistema Forças Nacional (SFN04) e, em 2008, voltaram a ser modificados devido, entre outras coisas, à reactivação do terceiro GAC.

	2007 ¹⁹⁵	2009 ¹⁹⁶
Coronéis	34	48
T. Coronéis	82	95
Majores	70	66
Capitães	137	64
Subalternos		51
Total	323	324

Tabela 34 - O quadro de Oficiais de Artilharia no século XXI

4.4 – A formação dos oficiais na actualidade

Como consequência directa das modificações sociopolíticas verificadas no país após o movimento de 25 de Abril de 1974 e das alterações que desde então vinham sendo introduzidas na organização do Exército, o Decreto 678/76 procedeu a uma reestruturação da Academia Militar mesmo antes de definida a das Forças Armadas. Este decreto e as portarias regulamentadoras, reúnem um conjunto de disposições das quais se destacam as seguintes: os Cursos, com excepção dos de Engenharia, passaram a ter a duração de quatro anos, seguidos de um ano de tirocínio nas Escolas Práticas.

Em 1976, foram introduzidas alterações nas estruturas orgânica e académica da AM, passando esta a conferir formalmente, através dos cursos de formação de oficiais nela ministrados, o grau de licenciado em Ciências Militares.

¹⁹⁴ Organização das Nações Unidas (ONU). Organização com 192 Estados-membros fundada em 24 de Outubro de 1945 com o objectivo de promover a cooperação internacional e manter a paz e segurança mundial. Portugal aderiu em 14 de Dezembro de 1955.

¹⁹⁵ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1991

¹⁹⁶ Almanaque do Exército de 31 de Dezembro de 1992

Actualmente, a Academia Militar, tendo em vista a integração e acompanhamento do ensino superior universitário, mantendo as preocupações ao nível da formação comportamental, preparação física e adestramento militar, iniciou uma reestruturação curricular onde procura garantir aos futuros oficiais uma base de formação comum mais alargada, assegurar equivalências à formação civil do mesmo grau, facilitando a obtenção de outras licenciaturas e pós-graduações, bem como, rentabilizar os Tirocínios das várias Armas e Serviços.

Em 2008, à semelhança de quase todo o ensino superior universitário, o processo de Bolonha introduziu alterações ao nível do plano curricular¹⁹⁷ dos cursos da Academia Militar, uma vez que pressupõe a substituição do paradigma da transmissão tradicional de conhecimentos para o da aquisição de competências compatível com os perfis sócio-profissionais dos graduados de cada curso, traduzindo-se na obtenção do grau de Mestre.

¹⁹⁷ Vide Anexo B

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de darmos resposta à questão central deste trabalho, importa sintetizar as etapas mais relevantes da evolução da organização da arma de Artilharia desde a República à actualidade e, separadamente, a evolução do quadro de Oficiais da arma indo, desta forma, ao encontro dos objectivos específicos referidos na introdução.

Na passagem do século XIX para o século XX salientamos a alteração a nível da organização das unidades de Artilharia, passando a existir exclusivamente Regimentos de Campanha e forças independentes como os Grupos de Guarnição, de Montanha e a Cavalos. Esta foi uma fase em que as unidades de Artilharia se encontravam distribuídas por quase todo o território Nacional, estando prontas para apoiar as unidades de manobra que foram sendo criadas ao longo do país, sem, contudo, descurar a defesa da capital, onde quatro dos seis Grupos de Guarnição eram destinados ao Campo Entrincheirado de Lisboa.

Com a instauração da República, a Artilharia passa por uma nova reorganização, ficando dividida em duas especialidades, nomeadamente a Artilharia de Campanha e a Artilharia a Pé. A Artilharia de Campanha tinha oito Regimentos Montados e dois Grupos, um de Montanha e outro a Cavalos, distribuídos quase por todo o país. Na Artilharia a Pé estava englobada a Artilharia de Guarnição (destinada somente ao Campo Entrincheirado de Lisboa) e a Artilharia de Costa (destinada aos portos do Tejo e do Sado). Esta reorganização teve como preocupação principal reforçar a defesa do país e da capital.

Em 1914, aquando do início da 1ª Guerra Mundial, o Exército Português passou por uma pequena transformação cujas repercussões na Artilharia se fizeram sentir através da criação de um Regimento de Artilharia de Montanha e de dois Grupos de Obuses de Campanha. Desta época, destaca-se ainda o envio de Baterias de Artilharia para Angola e Moçambique com o objectivo de reforçar a defesa destas colónias. Com a entrada de Portugal neste conflito, surgem duas forças destacadas: o CEP e o CAPI, sendo o primeiro constituído pela força da Divisão de Instrução de Tancos com o CAP agregado e o segundo pelo pessoal do Campo Entrincheirado de Lisboa.

Durante a Ditadura Militar, a Artilharia evoluiu em termos organizacionais acompanhando os avanços tecnológicos da época, passando a estar dividida em Artilharia Ligeira, Pesada e Super-pesada. São, ainda, criadas Baterias Antiaéreas nos Regimentos de Artilharia e extingue-se a Artilharia de Guarnição, passando somente a existir Artilharia de Costa para a defesa dos portos do Tejo e do Sado. Surge ainda a Artilharia Antiaérea em 1935 como resposta à grande evolução do espaço aéreo.

Com a Guerra Civil de Espanha e a ameaça da 2ª Guerra Mundial, o Exército é reorganizado com o objectivo de enfrentar qualquer ameaça vinda do exterior. Na Artilharia são criadas 2 Unidades automóveis e 3 Regimentos Contra Aeronaves, contando a Artilharia, no total, com 19 Unidades nas vertentes Ligeira, Pesada, Montanha, a Cavalos, de Costa e Antiaérea. Depois do término deste conflito, Portugal entra na NATO, o que exige a criação

de uma Divisão na qual é necessário o apoio da Artilharia que, assim, fornece quatro GAC's e uma GAAA.

Com a guerra em África, a Artilharia foi utilizada tanto para missões de artilharia como de Infantaria, uma vez que o tipo de combates apenas necessitava de baixos escalões de Artilharia. Deste conflito sobressaiu a ideia de que o essencial seria ter um Exército bem equipado, ao contrário do que se passava com o Exército Português que possuía grande efectivo mas, em contrapartida, material antiquado, o que levou a que após o 25 de Abril de 1974, a Artilharia se visse reduzida a 9 unidades.

Em 1976, surge a necessidade de criar uma Brigada, a BMI, localizada em Santa Margarida, tendo um GAC a quatro baterias. Após o fim da Guerra Fria, são criadas mais 2 Brigadas, a BLI e a BAI, incorporando ambas um GAC e uma BAAA. Os Regimentos de Artilharia passam a aprontar e instruir os GAC's e BAAA's destacados para as Brigadas. Neste seguimento, em 1999 é extinta a vertente de Costa, devido à menor probabilidade de ameaça e consequente falta de investimento na aquisição de novos materiais, passando a missão de defesa da costa para os outros ramos das Forças Armadas.

Com a entrada no século XXI, novos desafios são colocados à Artilharia, de que é exemplo, a sua participação nas FND. Actualmente, o Exército Português possui três Brigadas, cada uma incorporando um GAC e uma BAAA: a BrigMec, a BrigInt e a BRR. Paralelamente e, fazendo face às necessidades actuais da Artilharia Portuguesa à semelhança do que se passa nos outros países, em 2003, é criado o PAO com o intuito de aumentar cada vez mais a precisão da Artilharia, diminuindo assim os efeitos colaterais da mesma.

Sintetizadas que estão as etapas mais relevantes da evolução da organização da arma de Artilharia, passemos agora a evolução do quadro de Oficiais. Para mais facilmente compreender essa evolução apoiamo-nos nos gráficos nº1 e nº2 que se encontram em apêndice a este trabalho.

No que diz respeito a Oficiais Subalternos, oscilam entre os 289 em 1899 e os 28 em 1972. Podemos verificar que desde 1899 até a 1911 existe uma diminuição de Oficiais Subalternos, seguida de uma ligeira subida com a reorganização de 1926. Durante a Ditadura Militar a tendência é para existir uma diminuição de efectivos nestes postos, atingido o seu mínimo no final da Guerra Colonial devido ao baixo número de candidatos à Academia Militar, apesar da redução da duração do curso para 3 anos e meio e com a concessão de facilidades e benefícios. Em 2001, há uma subida considerável, mas a partir desse ano até a actualidade o número tem diminuído fixando-se actualmente nos 51.

Quanto a oficiais Capitães, podemos afirmar que, de 1899 a 1961 o efectivo é constante, com excepção de 1901 em que existe uma ligeira diminuição. Durante a Guerra Colonial, este posto sofre grandes oscilações atingindo o máximo, com 233, no fim da

mesma. Nos anos noventa diminui voltando a subir em 2001, sendo actualmente o número de capitães de 64.

Podemos afirmar que em relação ao posto de Major, ao longo do período de tempo abordado neste trabalho, este se mantém constante, registando-se apenas um aumento no ano de 1972, altura do fim da Guerra Colonial. Os números variam entre os 12 em 1901 e os 124 em 1972. Actualmente existem 66 Majores.

Os postos de Tenente-Coronel e Coronel podem ser analisados em conjunto pois apresentam um comportamento semelhante. Até ao 25 de Abril de 1974, os números rondam os 20 oficiais para cada um dos postos (excepto no final da década de 60 início da de 70 é que um ligeiro aumento), contudo após esta data assiste-se a uma subida brusca, quadruplicando em 1991 o número existente em 1974. Para pôr término a esta tendência, é aplicada a “lei dos coronéis” que resulta no imediato mas que a médio prazo não surtiu o mesmo efeito, o que fez com actualmente exista um elevado número de Oficiais nestes dois postos, nomeadamente 48 Coronéis e 95 Tenentes-Coronéis.

Abordando agora a evolução do total de Oficiais, de forma a responder à questão central do presente trabalho, verificamos que as reorganizações de 1899 e 1901 levam a uma diminuição dos Oficiais. Com a queda da Monarquia, a Artilharia passa por uma nova alteração que aumentou substancialmente os efectivos da Artilharia. Devido ao forte impacto que a Artilharia teve na 1.^a Guerra Mundial, surge uma forte necessidade da mesma, levando a uma crescente evolução dos efectivos. Em 1958, esta tendência atinge o seu máximo devido à entrada de Portugal na NATO e a consequente necessidade de Oficiais para a criação da nova Divisão. O início e o fim da Guerra Colonial correspondem, respectivamente, ao período com menor e maior número de Oficiais devido à grande necessidade de Oficiais que esta guerra acarretou. A partir do final de 1974 até 1993 há uma tendência para a diminuição do total de Oficiais. Depois de 1993 o número de Oficiais aumenta, tendo sido no século XXI constante. Actualmente existem 324 Oficiais de Artilharia.

Em termos de limitações, durante esta investigação, encontramos três grandes barreiras. Foram elas: o tempo; a falta de documentação sobre algumas das épocas abordadas neste trabalho, como é o caso da Guerra Colonial; e o limite de páginas imposto.

Sugeria que este tema fosse abordado no mesmo âmbito mas alargando o seu estudo à classe de Sargentos e Praças da arma de Artilharia de modo a ficar mais completo e, contribuindo, assim, para um melhor entendimento da evolução do efectivo do Exército.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

- AFONSO, Aniceto (1995), *Guerra Colonial. Angola – Guiné – Moçambique*, Diário de Notícias, Lisboa.
- AYRES, Christovam (1916), *História do Exército Português – Provas, Volume 11*, Imprensa da Universidade, Coimbra
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira Azevedo, (2006). *Metodologia Científica*. Universidade Católica Editora, 8ª Edição. Lisboa.
- BARATA, Manuel Themudo, & TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004), *Nova História Militar de Portugal, Volume 3*, Círculo de Leitores, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro.
- BARATA, Manuel Themudo, & TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004), *Nova História Militar de Portugal, Volume 4*, Círculo de Leitores, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro.
- BOTELHO, General José Teixeira (1936), *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias, Volume II*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa.
- BOTELHO, General José Teixeira (1944), *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa, Volume I*. Publicações da Comissão de História Militar (V), Lisboa.
- BOTELHO, General José Teixeira (1948), *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa, Volume II*. Publicações da Comissão de História Militar (V), Lisboa.
- CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MILITAR (1991), *Geneologia dos Corpos do Exército, 1.ª Parte – Armas*, Direcção do Serviço Histórico-Militar, Lisboa.
- COSTA, Gomes da (1920), *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra, A Batalha de La Lys*, Porto.
- EME (1982), *Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa*, Imprensa Portuguesa, Porto.
- EME (1989), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961 – 1974) Volume II*, Pentaedro, Lisboa.
- EME (1989), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961 – 1974) Volume III*, Pentaedro, Lisboa.
- EME (1989), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961 – 1974) Volume IV*, Pentaedro, Lisboa.
- EME (1993), *História do Exército Português (1910 - 1945), Volume I*, CEGRAF, Lisboa.
- EME (1993), *História do Exército Português (1910 - 1945), Volume II*, CEGRAF, Lisboa.
- EME (1993), *História do Exército Português (1910 - 1945), Volume III*, CEGRAF, Lisboa.
- EME (1993), *História do Exército Português (1910 - 1945), Volume IV*, CEGRAF, Lisboa.
- GOMES, Carlos de Matos (2002), *Moçambique – 1970 – Operação Nó Górdio*, Tribuna, Lisboa.

- HENRIQUES, Mendo Castro, & LEITÃO, António Rosas (2001), *La Lys – 1918 – Os Soldados Desconhecidos*, Prefácio, Lisboa.
- IAEM (1979), *Apontamentos de História para Militares*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa
- JUNIOR, Joaquim Martins, (2008). *Como Escrever Trabalhos de Conclusão de Curso*, Editora Vozes. Petrópolis, Brasil.
- LOPES, Vítor (2001), *História da Artilharia*, Gabinete de Artilharia, Academia Militar, Lisboa
- LOUSADA, Abílio Pires(2007), *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal – 1820-1974*, Prefácio, Lisboa.
- MARTINS, General Ferreira (1945), *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa.
- MATOS, José Alberto da Costa (2003), *Os Uniformes da Artilharia Portuguesa*, Tipografia-Escola da Associação de Deficientes das Forças Armadas, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA GUERRA (1938), *Reformas Militares de 1937*. *Imprensa Nacional*, Lisboa.
- ROCHA, General Octávio de Cerqueira (1998), *Exército – As Directivas da Reestruturação (1992-1997)*, OGRAF/Ex, Lisboa
- SANTOS, José Rodrigues dos, (2007). *Manual de Metodologia das Ciências Sociais*. Academia Militar. Departamento das Ciências Sociais e Humanas. Lisboa.
- TELO, António José (2004), *Moçambique - 1895 - A Campanha de todos os heróis*, Prefácio, Lisboa.
- VALENÇA, Coronel F. (1987), *Um Esquecido mas Relevante Esforço de Reorganização do Exército – 1958-1961*, CEGRAF, Lisboa
- VAZ, Nuno Mira (2003), *Guiné – 1968 e 1973 – Soldados uma vez, sempre Soldados*, Tribuna, Lisboa.

Artigos de Revistas

- ALMEIDA, Tenente-Coronel Augusto, *A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra*, in Revista da Artilharia nº511
- CANN, P. Jonh (2003) – *Angola e a Grande Guerra*, in Revista Militar, n.º2412, Janeiro.
- COSTA, Brigadeiro Rodrigues da, *O Ensino Superior de Artilharia no Século XX (1900/1978)*, in Revista da Artilharia
- CUNHA, PRIMO, RODRIGUES, Cadetes do 4.º ano de Artilharia (1994), *Defesa Antiaérea de Lisboa em 1 de Outubro de 1943*, in Revista de Artilharia n.º 821 e 822, de Janeiro e Fevereiro de 1994, Lisboa.
- CURADO, Coronel Cruz, *Evolução da Organização Territorial da Artilharia no Século XX*, in Revista da Artilharia nº647

- FURTADO, Coronel Álvaro, (1987), *Apontamentos sobre o seu comando e direcção*, in Revista de Artilharia n.º 747 e 748, de Novembro a Dezembro de 1987, Lisboa.
- MARTINS, Coronel Ferreira, *A Nossa Artilharia Pesada na Grande Guerra*, in Revista da Artilharia nº52 de Outubro de 1929
- PERDIGÃO, Major Silva, *O Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra Colonial em Moçambique*, in Revista da Artilharia nº938
- REI, Tenente-Coronel Ricardo, *A Reestruturação do Exército e a Organização de Campanha da Artilharia*, in Revista da Artilharia nº725
- SANTO, General Gabriel Espírito (2005), *A evolução da Artilharia portuguesa no século XX: organização, materiais, homens, doutrina e campanhas*, in Revista de Artilharia n.º 956 a 958, de Abril a Junho de 2005, Lisboa.

Legislação

- EXÉRCITO PORTUGUÊS (1899 a 2003), *Ordens do Exército*, Exército, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 27/94, Diário da República n.º 30, 1.ª série – A, de 5 de Fevereiro de 1994.
- Decreto-Lei n.º 61/2006 de 21 de Março de 2006.
- Decreto Regulamentar n.º 68/2007 de 28 de Junho de 2007. Despacho n.º 25/CEME/05.
- Directiva 5/CEME/05 de 23 de Maio de 2005.

Almanaques e Listas

- Almanaque do Exército de 1983.
- Lista Nominal de Oficiais, Sargentos e Praças, Ministério das Colónias, 1910-1920, Arquivo Histórico Ultramarino

APÊNDICES

Apêndice A – Quadros

Quadro 1 – Orgânica da Artilharia de Campanha em 1899

	Pé de Guerra
	Nº de Oficiais
1 Regimento de Campanha	
Estado Maior	5 (1Cor, 1 Tcor, 2 Maj e 1Cap)
1 Bateria de Depósito	2 (1 Cap e 1Ten)
8 Baterias Activas	32 (8Cap, 16 Ten e 8 Alf)
Total:	39
Total dos 4 Regimentos:	156 (+9 reserva)
1 Grupo de Artilharia de Campanha (reserva)	
Estado Maior	12 (1Maj e 1Cap)
4 Baterias	16 (4 Cap, 8Ten e 4 Alf)
Total:	18
Total dos 4 Grupos:	72 (+4 Reserva)
Grupo de Artilharia de Campanha	
Estado Maior	2 (1Maj e 1Cap)
4 Baterias	16 (4 Cap, 8Ten e 4 Alf)
Total:	18
Total dos 2 Grupos:	36 (+4 Reserva)
Efectivo total	264 (+17 Reserva)

Quadro 2 – Orgânica da Artilharia de Guarnição em 1899

	Pé de Guerra
	nº de Oficiais
1 Regimento de Guarnição	
Estado Maior	5 (1Cor, 1 Tcor, 2 Maj e 1 Cap)
1 Companhia de Depósito	2 (1 Cap e 1Ten)
8 Companhias Activas	24 (8Cap, 8 Ten e 8 Alf)
Total:	31
Total dos 2 Regimentos:	62 (+9 reserva)
1 Batalhão de Artilharia de Guarnição (reserva)	
Estado Maior	2 (1Maj e 1Cap)
4 Companhias	12 (4 Cap, 4Ten e 4 Alf)
Total:	14
Total dos 2 Batalhões:	28 (+4 reserva)
1 Batalhão de Artilharia de Guarnição	
Estado Maior	2 (1 Maj e 1Cap)
4 Companhias	12 (4 Cap, 4Ten e 4 Alf)
Total:	14
Total dos 2 Batalhões:	28 (+4 reserva)
1 Companhia de Guarnição das Ilhas	
3 Companhias	9 (3 Cap, 3Ten e 3 Alf)
Total da 3 Companhias	9 (+3 reserva)
Efectivo total	127 (+20 Reserva)

Quadro 3 – Orgânica da Artilharia de Montanha e a Cavallo em 1899

	Pé de Paz/ Guerra
	nº de Oficiais
1 Grupo de Artilharia de Montanha	
Estado Maior	2 (1 Tcor e 1 Cap)
2 Baterias Activas	8 (2Cap, 4 Ten e 2 Alf)
Total:	10
1 Grupo de Artilharia a Cavallo	
Estado Maior	2 (1 Tcor e 1Cap)
2 Baterias Activas	10 (2Cap, 6 Ten e 2 Alf)
Total:	12
Efectivo Total:	22

Quadro 4 – Orgânica da Artilharia Montada em 1901

		Pé de Paz	Pé de Guerra
		nº de Oficiais	nº de Oficiais
1 Regimento de Campanha			
Estado Maior		4 (1Cor, 1 Tcor, 1 Maj e 1 Cap)	4 (1Cor, 1 Tcor, 1 Maj e 1 Cap)
6 Baterias Activas		18 (6Cap, 6 Ten e 6 Alf)	30 (6Cap, 12 Ten e 12 Alf)
Total:		22	34
Total dos 5 Regimentos:		110	170
1 Grupo Independente			
Estado Maior		2 (1 Tcor e 1 Cap)	2 (1 Tcor e 1 Cap)
2 Baterias Activas		10 (2Cap, 2 Ten e 2 Alf)	10 (2Cap, 4 Ten e 4 Alf)
Total :		12	12
1 Grupo			
2 Baterias Activas		12 (2Cap, 2 Ten e 2 Alf)	10 (2Cap, 4 Ten e 4 Alf)
Total :		12	10
Efectivo total da Artilharia Montada		134	192

Quadro 5 – Orgânica da Artilharia de Guarnição em 1901

		Pé de Guerra
		nº de Oficiais
1 Regimento de Guarnição		
Estado Maior		4 (1Cor, 1 Tcor e 2 Maj)
1 Companhia de Depósito		2 (1 Cap e 1Ten)
8 Companhias Activas		24 (8Cap, 8 Ten e 8 Alf)
Total:		30
Total dos 2 Regimentos:		60 (+9 reserva)
1 Batalhão de Artilharia de Guarnição (reserva)		
Estado Maior		1 (Maj)
4 Companhias		12 (4 Cap, 4Ten e 4 Alf)
Total:		13
Total dos 2 Batalhões:		26 (+4 reserva)
1 Batalhão de Artilharia de Guarnição		
Estado Maior		1 (Maj)
4 Companhias		12 (4 Cap, 4Ten e 4 Alf)
Total:		13
Total dos 2 Batalhões:		26 (+4 reserva)
1 Companhia de Guarnição das Ilhas		
3 Companhias		9 (3 Cap, 3Ten e 3 Alf)
Total da 3 Companhias		9 (+3 reserva)
Efectivo total		121 (+20 Reserva)

Quadro 6 – Orgânica da Artilharia de Montanha e a Cavalos em 1901

	Pé de Paz	Pé de Guerra
	nº de Oficiais	nº de Oficiais
1 Grupo de Artilharia de Montanha		
Estado Maior	3 (1 Tcor, 1 Cap e 1 Ten)	3 (1 Tcor, 1 Cap e 1 Ten)
2 Baterias Activas	6 (2Cap, 2 Ten e 2 Alf)	10 (2Cap, 4 Ten e 4 Alf)
Total:	9	13
1 Grupo de Artilharia a Cavalos		
Estado Maior	3 (1 Tcor, 1 Cap e 1 Ten)	3 (1 Tcor, 1 Cap e 1 Ten)
2 Baterias Activas	8 (2Cap, 4 Ten e 2 Alf)	10 (2Cap, 4 Ten e 4 Alf)
Total:	11	13
Efectivo Total:	20	26

Quadro 7 – Orgânica da Artilharia Montada (Campanha) em 1911

	nº de Oficiais
1 Regimento Montado a 3 Grupos	
Estado Maior	9 (1Cor, 1 Tcor, 3 Maj, 1 Cap e 3 Ten)
9 Baterias	18 (9Cap e 9 Ten)
Total:	27
Total dos 5 Regimentos:	135
1 Regimento Montado a 2 Grupos	
Estado Maior	4 (1Cor, 1 Tcor e 2 Maj)
6 Baterias	12 (6Cap e 6 Ten)
Total :	16
Total dos 3 Regimentos:	48
Efectivo total da Artilharia Montada	183

Quadro 8 – Orgânica da Artilharia de Montanha e a Cavalos em 1911

	nº de Oficiais
1 Regimento de Montanha	
Estado Maior	2 (1Maj e 1 Subal)
6 Baterias	6 (2Cap e 4Ten)
Total:	8
Total dos 2 Regimentos:	16
1 Grupo a Cavalos	
Estado Maior	2 (1 Tcor e 1 Subal)
2 Baterias	6 (2Cap e 4Ten)
Total :	8
3 Btr de Artilharia de Montanha Independente	
Total:	6 (3Cap e 3Subal)
Efectivo total :	30

Quadro 9– Orgânica da Artilharia de Guarnição em 1911

	nº de Oficiais
Batalhão de Artilharia de Guarnição	
Estado Maior	4 (1Tcor, 2Maj e 1 Cap)
6 Companhias	18 (6Cap e 12 Subal)
Total:	22
Grupo Artilharia de Guarnição	
Estado Maior	2 (1 Maj e 1 Subal)
2 Baterias	6 (2Cap e 4 Subal)
Total :	8
Bateria de Artilharia de Guarnição	
Total:	3 (1Cap e 2 Subal)
Efectivo total da Artilharia Montada	
	33

Quadro 10 – Orgânica da Artilharia de Costa em 1911

	nº de Oficiais
1º Batalhão de Artilharia de Costa	
Estado Maior	4 (1Tcor, 2Maj e 1 Cap)
7 Companhias	27 (7Cap e 20 Subal)
Total:	31
2º Batalhão de Artilharia de Costa	
Estado Maior	4 (1Tcor, 2Maj e 1 Cap)
7 Companhias	31 (7Cap e 24 Subal)
Total :	35
Grupo Independente de Artilharia de Costa	
Estado Maior	2 (1Maj e 1 Subal)
2 Companhias	4 (2 Cap e 2 Subal)
Total :	6
Companhia de Especialista	
Total:	3 (1Cap e 2 Subal)
Efectivo total da Artilharia Montada	
	75

Quadro 11 – Orgânica da Artilharia de Campanha em 1937

	nº de Oficiais
1 Regimento de Artilharia Ligeira Hipomóvel	
Estado Maior	11 (1Cor, 1 Tcor, 4 Maj, 2Cap e 3 Ten)
Bateria de Especialidades	3 (1Cap e 2 Ten)
6 Baterias	12 (6Cap e 6 Ten)
Grupo de Mobilização	1 (1Cap)
Total:	27
Total dos 3 Regimentos:	81
1 Regimento de Artilharia Ligeira Automóvel	
Estado Maior	11 (1Cor, 1 Tcor, 4 Maj, 2Cap e 3 Ten)
Bateria de Especialidades	3 (1Cap e 2 Ten)
9 Baterias de Instrução	18 (9Cap e 9 Ten)
Grupo de Mobilização	1 (1Cap)
Total do Regimento:	33
1 Regimento de Artilharia de Montanha	
Estado Maior	11 (1Cor, 1 Tcor, 4 Maj, 2Cap e 3 Ten)
Bateria de Especialidades	3 (1Cap e 2 Ten)
6 Baterias	12 (6Cap e 6 Ten)
Total:	26
Grupo Independente de Artilharia de Montanha	
Estado Maior	4 (1 Tcor, 1 Maj e 2Ten)
Bateria de Formação	3 (1Cap e 2 Ten)
2 Baterias	6 (2Cap e 4 Ten)
Total do Grupo:	13
1 Regimento de Artilharia Pesada	
Estado Maior	9 (1Cor, 1 Tcor, 3 Maj, 1 Cap e 3 Ten)
Bateria de Especialidades	3 (1Cap e 2 Ten)
4 Baterias	8 (4Cap e 4 Ten)
Grupo de Mobilização	2 (1Cap e 1Ten)
Total:	22
Total dos 2 Regimento:	44
Efectivo total da Artilharia de Campanha	197

Quadro 12 – Orgânica da Artilharia de Costa em 1937

	nº de Oficiais
1 Regimento de Artilharia de Costa	
Estado Maior	9 (1Cor, 1 Tcor, 3 Maj, 2Cap e 2 Ten)
Bateria de Especialidades	4 (1Cap e 3 Ten)
11 Baterias	22 (11Cap e 11 Ten)
Grupo de Grande Alcance	6 (1Maj, 2Cap 3 Ten)
Total do Regimento:	41
1 Grupo Independente de Artilharia de Costa	
Estado Maior	4 (1 Tcor, 1 Maj, e 2 Ten)
Bateria de Formação	1 (1 Ten)
3 Baterias	9 (3Cap e 6 Ten)
Total do Grupo:	14
1 Regimento de Artilharia de Montanha	
Estado Maior	11 (1Cor, 1 Tcor, 4 Maj, 2Cap e 3 Ten)
Bateria de Especialidades	3 (1Cap e 2 Ten)
6 Baterias	12 (6Cap e 6 Ten)
Total:	26
2 Bateria de Defesa de Costa	
Total das 2 Baterias:	6 (2Cap e 4 Ten)
Grupo de Defesa Submarina de Costa	
Comando	3 (1 Tcor, 1Maj e 1 Ten)
2 Baterias	4 (2Cap e 2 Ten)
1 Companhia de torpedeiros	3 (1 Cap e 2 Ten)
Total do Grupo:	10
Efectivo total da Artilharia de Campanha	97

Quadro 13 – Orgânica da Artilharia contra Aeronaves em 1937

	nº de Oficiais
1 Grupo de Artilharia contra Aeronaves	
Estado Maior	3 (1 Tcor, 1 Maj, e 1Ten)
Bateria de Formação	3 (1Cap e 2 Ten)
3 Baterias de Peças	9 (3Cap e 6 Ten)
1 Bateria de Referência	3 (1Cap e 2 Ten)
Total:	18
Total dos 3 Grupos:	54

Quadro 14 – Orgânica da Escola Prática de Artilharia em 1937

	nº de Oficiais
Escola Prática de Artilharia	
Estado Maior	9 (1Cor, 1 Tcor, 2 Maj, 2Cap e 3 Ten)
Formação	1 (1Ten)
5 Baterias de Material	15 (5Cap e 10 Ten)
1 Bateria de Referência	4 (1Cap e 3 Ten)
Total da Escola:	29

Quadro 15 – Unidades destacadas no Ultramar em 1901

Províncias e distrito autónomo	Baterias Mistas de Artilharia de Montanha e Guarnição	Companhia Europeia de Artilharia de Guarnição	Companhia Indígena de Artilharia de Guarnição	Companhia mista de Artilharia de Montanha e Infantaria	Companhia mista de Artilharia de Guarnição e Infantaria
Cabo Verde	-----	-----	1	-----	-----
Guiné	-----	-----	-----	1	-----
S. Tomé e Príncipe	-----	-----	-----	-----	1
Angola	1	-----	-----	2	-----
Moçambique	1	-----	-----	1	1
Índia	1	-----	-----	-----	-----
Macau	-----	1	-----	-----	-----
Timor	-----	-----	-----	2	-----

Quadro 16 – Orgânica da Artilharia do CEP na 1ª Guerra Mundial

	nº de Oficiais
Quartel General do C.E.P.	
Total:	8 (2 Tcor, 1 Maj, 2Cap e 3 Sub)
Quartel General de Divisão	
Total:	5 (1 Cor, 1 Tcor, 1 Maj, 1Cap e 1 Sub)
Quartel-general de Base	
Total:	2 (1 Maj e 1 Sub)
Corpo de Artilharia Pesada (C.A.P.)	
Comando	10 (1 Cor, 2 Tcor, 2 Maj, 3Cap e 2 Sub)
Comando do Grupo (x2)	10 (2 Tcor, 2 Maj, 4 Cap e 2 Sub)
5 Baterias 15cm (x2)	90 (10Cap e 80 Sub)
Total do C.A.P.:	110
Grupo de Baterias de Artilharia (GBA)	
Estado Maior	6 (1 Cor, 1 Tcor, 1 Maj e 3 Sub)
Bateria de Peças 7,5cm	7 (1 Cap e 6 Sub)
Bateria de Peças 15cm	7 (1 Cap e 6 Sub)
Total 1GBA:	20
Total dos 6 GBA:	120
Sub Parque de Munições	
Total:	3 (1 Cap e 2 Sub)
Coluna de Munições Divisionária	
Total:	2 (1 Tcor e 1 Cap)
Oficinas	
Total:	2 (1 Cap e 1 Sub)
Sub Parque de Munições	
Total:	3 (1 Cap e 2 Sub)
Coluna de Munições Divisionária	
Total:	2 (1 Tcor e 1 Cap)
Oficinas	
Total:	2 (1 Cap e 1 Sub)
Depósito de Artilharia a Pé	
Total:	2 (1 Tcor e 1 Sub)
Depósito de Artilharia de Campanha	
Total:	2 (1 Tcor e 1 Cap)
Depósito Misto	
Total:	10 (1 Cap e 9 Sub)
Total do CEP	273

Quadro 17¹⁹⁸ – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º1 durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAL 1	CART 100	Mai-61	Abr-63	CART 527	Jun-63	Mai-65	BART 162	Jan-63	Dez-63
	BAC 147	Jul-61	Set-63	CART 495	Jul-63	Jul-65	BART 562	Dez-63	Mar-66
	Cmd Agr 4	Dez-61	Fev-64	CART 496	Jul-63	Jul-65	CART 559	Dez-63	Mar-66
	BART 400	Dez-62	Fev-65	BART 645	Mai-64	Fev-66	CART 560	Dez-63	Mar-66
	CART 391	Dez-62	Fev-65	CART 642	Mai-64	Fev-66	CART 561	Dez-63	Mar-66
	CART 392	Dez-62	Fev-65	CART 643	Mai-64	Fev-66	BART 1881	Fev-66	Mai-68
	CART 393	Dez-62	Fev-65	CART 644	Mai-64	Fev-66	CART 1511	Fev-66	Mai-68
	BART 436	Mai-63	Jul-65	BART 733	Out-64	Ago-66	CART 1512	Fev-66	Mai-68
	CART 429	Mai-63	Jul-65	CART 730	Out-64	Ago-66	CART 1513	Fev-66	Mai-68
	CART 430	Mai-63	Jul-65	CART 731	Out-64	Ago-66	BART 1885	Mai-66	Mai-68
	CART 431	Mai-63	Jul-65	CART 732	Out-64	Ago-66	CART 1540	Mai-66	Mai-68
	CART 528	Jun-63	Jul-65	Cmd Agr 1975	Mai-66	Jan-68	CART 1541	Mai-66	Mai-68
	BART 635	Fev-64	Jun-66	Cmd Agr 1976	Mai-66	Jan-68	CART 1542	Mai-66	Mai-68
	CART 632	Fev-64	Jun-66	5.ª CCmds	Jan-67	Out-69	Cmd Agr 1977	Dez-66	Ago-68
	CART 633	Fev-64	Jun-66	Cmd Agr 1980	Fev-67	Nov-69	Cmd Agr 1978	Dez-66	Set-68
	CART 634	Fev-64	Jun-66	BART 1914	Abr-67	Mar-69	4.ª CCmds	Dez-66	Nov-68
	BART 741	Jan-65	Fev-67	CART 1690	Abr-67	Mar-69	Cmd Agr 1981	Mar-67	Jan-69
	CART 738	Jan-65	Fev-67	CART 1691	Abr-67	Mar-69	Cmd Agr 1985	Mai-67	Mai-69
	CART 739	Jan-65	Fev-67	CART 1692	Abr-67	Mar-69	Cmd Agr 1986	Mai-67	Mai-69
	CART 740	Jan-65	Fev-67	Cmd Agr 2951	Jan-68	Nov-68	9.ª CCmds	Ago-67	Set-69
	BART 778	Mai-65	Nov-66	Cmd Agr 2952	Jan-68	Jan-69	10.ª CCmds	Dez-67	Abr-74
	CART 775	Mai-65	Mai-67	Cmd Agr 2957	Nov-68	Ago-70	Cmd Agr 2954	Ago-68	Ago-70
	CART 776	Mai-65	Mai-67				Cmd Agr 2955	Ago-68	Ago-70
	CART 777	Mai-65	Mai-67				Cmd Agr 2959	Jan-69	Fev-71
	Cmd Agr 1971	Ago-65	Set-67				Cmd Agr 2962	Mai-69	Jul-71
	Cmd Agr 1972	Ago-65	Set-67				Cmd Agr 2963	Mai-69	Mai-71
	BART 1853	Ago-65	Set-67				Cmd Agr 2967	Nov-69	Out-71
	CART 1407	Ago-65	Set-67				Cmd Agr 2971	Ago-70	Jul-72
	CART 1408	Ago-65	Set-67				Cmd Agr 2972	Ago-70	Jun-72
	CART 1409	Ago-65	Set-67				Cmd Agr 3950	Fev-71	Fev-73
	GAC 1862	Set-65	Jul-66				Cmd Agr 3953	Mai-71	Mar-73
	Btr 1440	Set-65	Set-67				Cmd Agr 3954	Mai-71	Set-73
	Cmd Agr 1974	Fev-66	Abr-68				Cmd Agr 3956	Nov-71	Jan-74
	Cmd Agr 26	Out-66	Set-67				Cmd Agr 6000/72	Set-72	Abr-74
	Cmd Agr 1978	Dez-66	Nov-68				Cmd Agr 6001/72	Set-72	Abr-74
	CART 1657	Jan-67	Fev-69				Cmd Agr 6003/72	Jun-73	Abr-74
	CART 1658	Fev-67	Fev-69				Cmd Agr 6006/72	Jun-73	Abr-74
	CART 1702	Mai-67	Jul-69				Cmd Agr 6009/72	Dez-73	Abr-74
	Cmd Agr 1987	Ago-67	Out-69				Cmd Agr 6000/73	Abr-74	Abr-74
	Cmd Agr 1988	Ago-67	Jun-69						
	Cmd Agr 1989	Ago-67	Jan-69						
	12.ª CCmds	Dez-67	Abr-70						
	Cmd Agr 2950	Fev-68	Abr-70						
	Cmd Agr 2956	Out-68	Nov-70						
	Cmd Agr 2960	Abr-69	Mai-71						
	Cmd Agr 2961	Mai-69	Jul-71						
	Cmd Agr 2965	Set-69	Ago-71						
	Cmd Agr 2968	Abr-70	Mar-72						
	Cmd Agr 2973	Out-70	Out-72						
	Cmd Agr 3951	Abr-71	Abr-73						
	Cmd Agr 3952	Jun-71	Mai-73						
	Cmd Agr 3955	Jul-71	Out-73						
	Cmd Agr 3957	Fev-72	Abr-74						
	Cmd Agr 6002/72	Out-72	Abr-74						
	Cmd Agr 6004/72	Mar-73	Abr-74						
	Cmd Agr 6005/72	Mai-73	Abr-74						
	Cmd Agr 6008/73	Out-73	Abr-74						

- BAC – Bateria de Artilharia de Campanha
- BART – Batalhão de Artilharia
- CART – Companhia de Artilharia
- CCmds – Companhia de Comandos
- Cmd Agr – Comando de Agrupamento
- GAC – Grupo de Artilharia de Campanha

Quadro 18 – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º3 durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAL 3	Btr 1757	Ago-67	Set-69	CART 1802	Out-67	Ago-69	CART 2387	Mai-68	Jun-70
	CART 2337	Fev-68	Abr-70	CART 2338	Jan-68	Nov-69	CART 2388	Jun-68	Mai-70
	CART 2516	Abr-69	Mai-71	CART 2339	Jan-68	Nov-69	CART 2764	Ago-70	Dez-72
	CART 2517	Abr-69	Mai-71	CART 2340	Jan-68	Nov-69	BART 3887	Abr-72	Abr-74
	CART 2518	Abr-69	Jun-71	CART 2414	Ago-68	Jun-70	CART 3556	Abr-72	Abr-74
	BART 2900	Fev-70	Fev-72	CART 2519	Mai-69	Mai-70	CART 3557	Abr-72	Abr-74
	CART 2643	Fev-70	Fev-72	CART 3329	Jan-71	Dez-72	CART 3558	Abr-72	Abr-74
	CART 2644	Fev-70	Fev-72	CART 3330	Jan-71	Dez-72			
	CART 2645	Fev-70	Fev-72	CART 3417	Jul-71	Set-73			
	BART 2916	Mai-70	Jul-72						
	CART 2711	Mai-70	Ago-72						
	CART 2712	Mai-70	Jul-72						
	CART 2713	Mai-70	Ago-72						
	CART 2783	Out-70	Set-72						
	Sec Rad 2274	Out-70	Mar-72						
	Sec Rad 2275	Out-70	Mar-72						
	CART 3374	Jun-71	Mai-73						
	BART 3859	Nov-71	Fev-74						
	CART 3447	Nov-71	Fev-74						
	CART 3448	Nov-71	Fev-74						
	CART 3449	Nov-71	Fev-74						
	CART 3514	Abr-72	Abr-74						
	CART 3515	Abr-72	Abr-74						
	CART 3516	Abr-72	Abr-74						
	BART 6320/72	Mai-73	Abr-74						
	1.ª CART	Mai-73	Abr-74						
	2.ª CART	Mai-73	Abr-74						
	3.ª CART	Mai-73	Abr-74						
	BART 6321/73	Set-73	Abr-74						
	1.ª CART	Set-73	Abr-74						
	2.ª CART	Set-73	Abr-74						
	3.ª CART	Set-73	Abr-74						
	BART 6322/73	Nov-73	Abr-74						
	1.ª CART	Dez-73	Abr-74						
	2.ª CART	Jan-74	Abr-74						
	3.ª CART	Fev-74	Abr-74						

BART – Batalhão de Artilharia
 Btr – Bateria
 CART – Companhia de Artilharia
 Sec Rad – Secção Radar

Quadro 19 – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º5 durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAL 5	BAC 145	Jul-61	Set-63	CArt 1486	Nov-65	Jul-67	BArt 2839	Fev-68	Fev-70
	BAC 146	Jul-61	Set-63	CArt 1742	Jul-67	Jun-69	CArt 2327	Fev-68	Fev-70
	CArt 1741	Ago-67	Out-69	CArt 1743	Jul-67	Jun-69	CArt 2328	Fev-68	Fev-70
	BArt 1925	Out-67	Dez-69	BArt 2857	Nov-68	Ago-70	CArt 2329	Fev-68	Fev-70
	CArt 1766	Out-67	Dez-69	CArt 2438	Nov-68	Out-70	BArt 2846	Jun-68	Jun-70
	CArt 1767	Out-67	Dez-69	CArt 2439	Nov-68	Out-70	CArt 2369	Jun-68	Jun-70
	CArt 1768	Out-67	Dez-69	CArt 2440	Nov-68	Out-70	CArt 2370	Jun-68	Jun-70
	BArt 2849	Ago-68	Set-70	BArt 2866	Mar-69	Dez-70	CArt 2371	Jun-68	Jun-70
	CArt 2395	Ago-68	Set-70	CArt 2479	Mar-69	Jan-70	CArt 2733	Mai-70	Abr-72
	CArt 2396	Ago-68	Set-70	BArt 2920	Jul-70	Mai-72	CArt 2734	Mai-70	Mai-72
	CArt 2397	Ago-68	Set-70	CArt 2741	Jul-70	Mai-72	CArt 2784	Dez-70	Out-72
	CArt 2480	Jan-69	Fev-70	CArt 2742	Jul-70	Mai-72	CArt 2785	Dez-70	Out-72
	CArt 2481	Jan-69	Fev-70	CArt 2743	Jul-70	Mai-72	BArt 3876	Jan-72	Mar-74
	BArt 2882	Ago-69	Set-71	CArt 3567	Mar-72	Abr-74	CArt 3501	Jan-72	Abr-74
	CArt 2556	Ago-69	Set-71	BArt 6520/72	Jun-72	Abr-74	CArt 3502	Jan-72	Abr-74
	CArt 2557	Ago-69	Set-71	1.ª CArt	Jun-72	Abr-74	CArt 3503	Jan-72	Abr-74
	CArt 2558	Ago-69	Set-71	2.ª CArt	Jun-72	Abr-74			
	BArt 2896	Dez-69	Jan-72	3.ª CArt	Jun-72	Abr-74			
	CArt 2624	Dez-69	Jan-72	BArt 6521/72	Set-72	Abr-74			
	CArt 2625	Dez-69	Jan-72	1.ª CArt	Set-72	Abr-74			
	CArt 2626	Dez-69	Jan-72	2.ª CArt	Set-72	Abr-74			
	CArt 2670	Jan-70	Fev-72	3.ª CArt	Set-72	Abr-74			
	CArt 2671	Jan-70	Mar-72	BArt 6522/72	Dez-72	Abr-74			
	CArt 3415	Set-71	Nov-73	1.ª CArt	Dez-72	Abr-74			
	CArt 3416	Set-71	Nov-73	2.ª CArt	Dez-72	Abr-74			
	CArt 3422	Set-71	Nov-73	3.ª CArt	Dez-72	Abr-74			
	CArt 3423	Set-71	Nov-73	CArt 6552/72	Abr-73	Abr-74			
	CArt 6550/72	Mar-73	Abr-74	BArt 6523/72	Jul-73	Abr-74			
	CArt 6551/72	Abr-73	Abr-74	1.ª CArt	Jul-73	Abr-74			
	CArt 6553/73	Ago-73	Abr-74	2.ª CArt	Jul-73	Abr-74			
	CArt 6554/73	Fev-74	Abr-74	3.ª CArt	Jul-73	Abr-74			
	CArt 6555/73	Fev-74	Abr-74	BArt 6520/72	Abr-74	Abr-74			
				1.ª CArt	Abr-74	Abr-74			
			2.ª CArt	Abr-74	Abr-74				
			3.ª CArt	Abr-74	Abr-74				

Quadro 20 – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia Pesada n.º5 durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAP 2	CART 102	Mai-61	Jul-63	CART 250	Jan-62	Out-63	CART 179	Jan-63	Dez-63
	BART 346	Jan-62	Mar-64	CART 349	Jul-63	Fev-65	CART 251	Jan-63	Abr-64
	CART 294	Jan-62	Mar-64	CART 494	Jul-63	Ago-65	BART 291	Jan-63	Abr-64
	CART 347	Jan-62	Mar-64	CART 564	Out-63	Out-65	CART 292	Jan-63	Abr-64
	CART 348	Jan-62	Mar-64	CART 565	Out-63	Out-65	CART 293	Jan-63	Abr-64
	CART 419	Abr-63	Jul-65	CART 640	Mar-64	Jan-66	CART 563	Dez-63	Fev-66
	CART 420	Abr-63	Jul-65	CART 676	Mai-64	Mai-66	BART 639	Abr-64	Out-66
	CART 421	Abr-63	Jun-65	CART 566	Ago-64	Dez-65	CART 636	Abr-64	Out-66
	CART 422	Abr-63	Jun-65	BART 1896	Nov-66	Out-68	CART 637	Abr-64	Out-66
	BART 525	Jul-63	Set-65	CART 1612	Nov-66	Out-68	CART 638	Abr-64	Set-66
	CART 522	Jul-63	Set-65	CART 1613	Nov-66	Out-68	BART 1882	Fev-66	Fev-68
	CART 523	Jul-63	Set-65	CART 1614	Nov-66	Out-68	CART 1514	Fev-66	Fev-68
	CART 524	Jul-63	Set-65	BART 1904	Jan-67	Out-68	CART 1515	Fev-66	Fev-68
	CART 491	Jul-63	Jul-65	CART 1646	Jan-67	Out-68	CART 1516	Fev-66	Fev-68
	CART 492	Jul-63	Jul-65	CART 1647	Jan-67	Out-68	BART 1893	Out-66	Ago-68
	CART 493	Jul-63	Jul-65	CART 1648	Jan-67	Out-68	CART 1595	Out-66	Ago-68
	BART 701	Jul-64	Jan-67	BART 1913	Mai-67	Mar-69	CART 1596	Out-66	Ago-68
	CART 698	Jul-64	Jan-67	CART 1687	Mai-67	Mar-69	CART 1597	Out-66	Ago-68
	CART 699	Jul-64	Jan-67	CART 1688	Mai-67	Mar-69	BART 2838	Fev-68	Fev-70
	CART 700	Jul-64	Jan-67	CART 1689	Mai-67	Mar-69	CART 2324	Fev-68	Fev-70
	BART 753	Fev-65	Mar-67	CART 2412	Ago-68	Mai-70	CART 2325	Fev-68	Fev-70
	CART 750	Fev-65	Mar-67	CART 2413	Ago-68	Jun-70	CART 2326	Fev-68	Fev-70
	CART 751	Fev-65	Mar-67	BART 2865	Fev-69	Nov-70	BART 2847	Mai-68	Mai-70
	CART 752	Fev-65	Mar-67	CART 2476	Fev-69	Nov-70	CART 2372	Mai-68	Mai-70
	BART 786	Jun-65	Jun-67	CART 2477	Fev-69	Nov-70	CART 2373	Mai-68	Mai-70
	CART 783	Jun-65	Jun-67	CART 2478	Fev-69	Nov-70	CART 2374	Mai-68	Mai-70
	CART 784	Jun-65	Jun-67	BART 2917	Mai-70	Mar-72	BART 2869	Mai-69	Mai-71
	CART 785	Jun-65	Jun-67	CART 2714	Mai-70	Mar-72	CART 2495	Mai-69	Mai-71
	CART 791	Jun-65	Jun-67	CART 2715	Mai-70	Mar-72	CART 2496	Mai-69	Mai-71
	CART 792	Jun-65	Jun-67	CART 2716	Mai-70	Mar-72	CART 2497	Mai-69	Mai-71
	BART 1854	Set-65	Set-67	CART 2762	Jul-70	Jun-72	BART 2897	Nov-69	Out-71
	CART 1410	Set-65	Set-67	CART 3331	Jan-71	Dez-72	CART 2627	Nov-69	Out-71
	CART 1411	Set-65	Set-67	CART 3332	Jan-71	Dez-72	CART 2628	Nov-69	Out-71
	CART 1412	Set-65	Set-67	BART 3844	Abr-71	Mar-73	CART 2629	Nov-69	Out-71
	Btr 1441	Set-65	Set-67	CART 3358	Abr-71	Mar-73	BART 2901	Fev-70	Jan-72
	Btr 1442	Set-65	Set-67	CART 3359	Abr-71	Mar-73	CART 2646	Fev-70	Jan-72
	BART 1869	Dez-65	Fev-68	CART 3360	Abr-71	Mar-73	CART 2647	Fev-70	Jan-72
	CART 1467	Dez-65	Fev-68	BART 3873	Dez-71	Abr-74	CART 2648	Fev-70	Jan-72
	CART 1468	Dez-65	Fev-68	CART 3492	Dez-71	Abr-74	CART 2763	Ago-70	Nov-72
	CART 1469	Dez-65	Fev-68	CART 3493	Dez-71	Abr-74	BART 6220/72	Nov-72	Abr-74
	CART 1523	Jan-66	Abr-68	CART 3494	Dez-71	Abr-74	1.ª CART	Nov-72	Abr-74
	BART 1898	Mai-66	Set-68	CART 3521	Dez-71	Abr-74	2.ª CART	Nov-72	Abr-74
	CART 1543	Mai-66	Set-68	CART 6250/72	Jun-72	Abr-74	3.ª CART	Nov-72	Abr-74
	CART 1544	Mai-66	Set-68	CART 6251/72	Jun-72	Abr-74	BART 6221/72	Abr-73	Abr-74
	CART 1545	Mai-66	Set-68	CART 6252/72	Out-72	Abr-74	1.ª CART	Abr-73	Abr-74
	BART 1922	Ago-67	Set-69	CART 6254/72	Mar-73	Abr-74	2.ª CART	Abr-73	Abr-74
	CART 1725	Ago-67	Set-69	CART 6250/73	Abr-74	Abr-74	3.ª CART	Abr-73	Abr-74
	CART 1726	Ago-67	Set-69	CART 6251/73	Abr-74	Abr-74	BART 6223/72	Fev-74	Abr-74
	CART 1727	Ago-67	Set-69				1.ª CART	Fev-74	Abr-74
	Btr 1758	Ago-67	Out-69				2.ª CART	Fev-74	Abr-74
	Btr 1759	Ago-67	Out-69				3.ª CART	Fev-74	Abr-74
	BART 1926	Nov-67	Nov-69						
	CART 1769	Nov-67	Nov-69						
	CART 1770	Nov-67	Nov-69						
	CART 1771	Nov-67	Nov-69						
	CART 2574	Set-69	Out-71						
	BART 3960	Nov-71	Fev-74						
	CART 3450	Nov-71	Mar-74						
	CART 3451	Nov-71	Mar-74						
	CART 3452	Nov-71	Mar-74						
	BART 3881	Jun-72	Abr-74						
	CART 3538	Jun-72	Abr-74						
	CART 3539	Jun-72	Abr-74						
	CART 3540	Jun-72	Abr-74						
	BART 6222/73	Dez-73	Abr-74						
	1.ª CART	Dez-73	Abr-74						
	2.ª CART	Dez-73	Abr-74						
	3.ª CART	Dez-73	Abr-74						

Quadro 21 – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia de Costa durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAC	Sec Proj 867	Nov-62	Nov-64	CArt 1659	Jan-67	Out-68	Cmd Agr 23	Mai-65	Jun-67
	Sec Proj 868	Nov-62	Nov-64	CArt 1660	Fev-67	Nov-68	PCav Agr 23	Jun-65	Ago-65 ¹
	Sec Proj 869	Nov-62	Nov-64	CArt 1661	Fev-67	Nov-68	Cmd Agr 25	Jun-65	Jun-67
	Sec Proj 992	Out-64	Jan-67				CArt 1598	Out-66	Ago-68
	Sec Proj 993	Out-64	Jan-67				CArt 1599	Out-66	Ago-68
	Sec Proj 994	Out-64	Jan-67				CArt 1600	Out-66	Ago-68
	BArt 1852	Ago-65	Ago-67				CArt 1625	Dez-66	Nov-68
	CArt 1404	Ago-65	Ago-67				CArt 1626	Dez-66	Out-68
	CArt 1405	Ago-65	Ago-67				CArt 1627	Dez-66	Nov-68
	CArt 1406	Ago-65	Ago-67						
	BArt 1864	Out-65	Dez-67						
	CArt 1452	Out-65	Dez-67						
	CArt 1453	Out-65	Dez-67						
	CArt 1454	Out-65	Dez-67						
	CArt 1561	Abr-66	Jun-68						
	CArt 1562	Abr-66	Mai-68						
	CArt 1563	Jun-66	Jul-68						
	CArt 1564	Jun-66	Jul-68						
	Sec Proj 1150	Dez-66	Nov-68						
	Sec Proj 1151	Dez-66	Nov-68						
	Sec Proj 1152	Dez-66	Nov-68						
	CArt 1698	Mai-67	Jun-69						
	CArt 1699	Mai-67	Jun-69						
	CArt 1700	Mai-67	Jun-69						
CArt 1701	Mai-67	Jul-69							

Quadro 22 – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAAF	CArt 120	Jun-61	Ago-63	Pel AAA 43	Fev-62	Jan-64	Pel AAA 958	Jul-66	Set-66
	CArt 86	Abr-61	Abr-63	Pel AAA 943	Jan-64	Jan-66	Pel AAA 959	Jul-66	Set-66
	Pel AAA 47	Mai-62	Set-64	Cmd Agr 24	Mai-65	Fev-67	Pel AAA 1108	Out-66	Nov-68
	Pel AAA 48	Mai-62	Set-64	Pel AAA 1066	Fev-66	Nov-67	Pel AAA 1109	Out-66	Mar-67
	Btr AAA 386	Ago-62	Set-64	Pel AAA 3001	Jan-71	Dez-72	Pel AAA 1172	Mar-67	Nov-68
	Pel AAA 49	Ago-62	Set-64	Btr AAA 3381	Fev-71	Fev-73	Pel AAA 2083	Nov-68	Nov-70
	Pel AAA 50	Ago-62	Set-64	Btr AAA 3382	Fev-71	Jan-73	Pel AAA 2084	Nov-68	Nov-70
	Pel AAA 55	Ago-62	Set-64	Btr AAA 3434	Jun-71	Mar-73	Pel AAA 2269	Dez-70	Dez-72
	Pel AAA 56	Ago-62	Set-64	Btr AAA 7040/72	Out-72	Abr-74	Pel AAA 2270	Dez-70	Dez-72
	Btr AAA 692	Jul-64	Nov-66	Btr AAA 7041/72	Out-72	Abr-74	DCIFoto 3000 ¹	Fev-71	Abr-74
	Pel AAA 957	Jul-64	Nov-66	Btr AAA 7042/72	Jan-73	Abr-74	Pel AAA 7075/72	Dez-72	Abr-74
	Pel AAA 958	Jul-64	Nov-66	Btr AAA 7043/72	Nov-73	Abr-74	Pel AAA 7076/72	Dez-72	Abr-74
	Pel AAA 959	Jul-64	Nov-66	Pel AAA 7079/73	Fev-74	Abr-74			
	Pel AAA 960	Jul-64	Nov-66	Pel AAA 7080/73	Fev-74	Abr-74			
	Pel AAA 961	Jul-64	Nov-66	Pel AAA 7081/73	Fev-74	Abr-74			
	Pel AAA 962	Jul-64	Nov-66	Pel AAA 7082/73	Abr-74	Abr-74			
	Cmd Agr 21	Mai-65	Mai-67	Pel AAA 7083/73	Abr-74	Abr-74			
	Cmd Agr 22	Mai-65	Mai-67						
	Dest Man Mat El 1095	Abr-66	Abr-68						
	Btr AAA 1603	Out-66	Set-68						
	Pel AAA 1107	Out-66	Set-68						
	Pel AAA 1110	Out-66	Set-68						
	Pel AAA 1111	Out-66	Set-68						
	Pel AAA 1112	Out-66	Set-68						
	CArt 1656	Jan-67	Fev-69						
	Cmd Agr 1983	Abr-67	Jun-69						
	Cmd Agr 1984	Abr-67	Jun-69						
	Dest Man Mat El 2035	Abr-68	Mai-70						
	Btr AAA 2425	Ago-68	Set-70						
	Pel AAA 2056	Ago-68	Set-70						
	Pel AAA 2057	Ago-68	Set-70						
	Pel AAA 2058	Ago-68	Set-70						
	Pel AAA 2059	Ago-68	Set-70						
	Sec Proj 2087	Out-68	Nov-70						
	Sec Proj 2088	Out-68	Nov-70						
	Sec Proj 2089	Out-68	Nov-70						
	Sec Proj 2090	Out-68	Nov-70						
	Sec Proj 2091	Out-68	Nov-70						
	Dest Man Mat El 2231	Abr-70	Abr-72						
	Btr AAA 2767	Ago-70	Abr-72						
	Pel AAA 2255	Ago-70	Out-72						
	Pel AAA 2256	Ago-70	Out-72						
Pel AAA 2257	Ago-70	Out-72							
Pel AAA 2258	Ago-70	Out-72							
Sec Proj 2271	Out-70	Out-72							
Sec Proj 2272	Out-70	Out-72							
Sec Proj 2273	Out-70	Out-72							

Quadro 23 – Unidades destacadas pelo Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º2 durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
GACA 2	BArt 1924	Out-67	Dez-69	CArt 240	Jan-62	Set-63	CArt 2385	Mai-68	Mai-70
	CArt 1763	Out-67	Dez-69	CArt 1744	Jul-67	Jun-69	CArt 2386	Mai-68	Mai-70
	CArt 1764	Out-67	Dez-69	CArt 1745	Jul-67	Jun-69	CArt 2452	Nov-68	Out-70
	CArt 1765	Out-67	Dez-69	CArt 1746	Jul-67	Jun-69	CArt 2453	Nov-68	Dez-70
	BArt 2864	Fev-69	Fev-71	CArt 2384	Mai-68	Mar-70	BArt 2898	Nov-69	Out-71
	CArt 2473	Fev-69	Fev-71	CArt 2410	Ago-68	Abr-70	CArt 2630	Nov-69	Out-71
	CArt 2474	Fev-69	Fev-71	CArt 2411	Ago-68	Abr-70	CArt 2631	Nov-69	Out-71
	CArt 2475	Fev-69	Fev-71	CArt 2520	Jun-69	Mar-71	CArt 2632	Nov-69	Out-71
	BArt 2883	Ago-69	Set-71	CArt 2521	Jun-69	Mar-71	BArt 2918	Jun-70	Jul-72
	CArt 2559	Ago-69	Set-71	CArt 2673	Fev-70	Dez-71	CArt 2717	Jun-70	Jul-72
	CArt 2560	Ago-69	Set-71	BArt 2924	Out-70	Set-72	CArt 2718	Jun-70	Jul-72
	CArt 2561	Ago-69	Set-71	CArt 2771	Out-70	Set-72	CArt 2719	Jun-70	Jul-72
	CArt 2672	Abr-70	Abr-72	CArt 2772	Out-70	Set-72	BArt 2921	Ago-70	Nov-72
	BArt 3835	Jan-71	Mar-73	CArt 2773	Out-70	Set-72	CArt 2744	Ago-70	Nov-72
	CArt 3312	Jan-71	Mar-73				CArt 2745	Ago-70	Nov-72
	CArt 3313	Jan-71	Mar-73				CArt 2746	Ago-70	Nov-72
	CArt 3314	Jan-71	Mar-73				BArt 3877	Jan-72	Abr-74
	CArt 3375	Jun-71	Jun-73				CArt 3504	Jan-72	Abr-74
	BArt 3853	Set-71	Out-73				CArt 3505	Jan-72	Abr-74
	CArt 3401	Set-71	Out-73				CArt 3506	Jan-72	Abr-74
	CArt 3402	Set-71	Out-73				CArt 3574	Abr-72	Abr-74
	CArt 3403	Set-71	Out-73				BArt 7220/72	Jul-72	Abr-74
	CArt 3475	Nov-71	Fev-74				1.º CArt	Ago-72	Abr-74
	BArt 3861	Dez-71	Mar-74				2.º CArt	Ago-72	Abr-74
	CArt 3453	Dez-71	Mar-74				CArt 7250/72	Ago-72	Abr-74
	CArt 3454	Dez-71	Mar-74				CArt 7251/72	Nov-72	Abr-74
	CArt 3455	Dez-71	Mar-74				CArt 7252/72	Nov-72	Abr-74
	CArt 3564	Jun-72	Abr-74				CArt 7253/72	Jan-73	Abr-74
							CArt 7254/72	Jan-73	Abr-74
							CArt 7255/72	Jan-73	Abr-74
							CArt 7256/72	Jan-73	Abr-74
							BArt 7221/73	Jul-73	Abr-74
						1.º CArt	Jul-73	Abr-74	
						CArt 7257/73	Mar-74	Abr-74	
						CArt 7258/73	Mar-74	Abr-74	
						CArt 7259/73	Mar-74	Abr-74	
						CArt 7260/73	Mar-74	Abr-74	

Quadro 24 – Unidades destacadas pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º 2 (RAL 2) e n.º 4 (RAL 4), Regimento de Artilharia Pesada n.º 3 (RAP 3), Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 3 (GACA 3), Bateria de Artilharia de Guarnição n.º 2 (BAG 2)1, e Escola Prática de Artilharia (EPA) durante a Guerra Colonial

	Angola			Guiné			Moçambique		
	Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência		Unidades	Tempo de permanência	
RAL 2	CART 106	Mai-61	Jul-63	-	-	-	CART 177	Jan-63	Dez-63
RAL 4	CART 101	Mai-61	Jul-63	-	-	-	CART 178	Jan-63	Dez-63
	CART 119	Jun-61	Ago-63						
	GAC 157	Jul-61	Set-63						
	GAC 518	Set-63	Set-65						
	Btr 515	Set-63	Set-65						
	Btr 516	Set-63	Set-65						
Btr 517	Set-63	Set-65							
RAP 3	Btr 2581	Set-69	Out-71	-	-	-	CART 180	Jan-63	Dez-63
	Btr 2582	Set-69	Out-71						
	Btr 2583	Set-69	Out-71						
	Btr 7340/73	Set-73	Abr-74						
GACA 3	CART 86	Mai-61	Abr-63	-	-	-	-	-	-
	CART 87	Mai-61	Abr-63						
BAG 2 GAG 2	CART 2731	Mai-70	Jun-72	CART 2732	Abr-70	Abr-72	CART 2786	Dez-70	Out-72
							CART 3573	Abr-72	Abr-74
EPA	CART 118	Jun-61	Ago-63				CART 3572	Jun-72	Abr-74

Quadro 25 – Evolução do Quadro de Oficiais de Artilharia

	1899	1901	1911	1926	1937	1958	1961	1964	1968	1972
COR	6	6	8	13	10	21	13	23	24	24
TCOR	8	8	12	16	14	20	16	21	50	39
MAJ	22	12	31	36	42	69	41	64	58	124
CAP	119	74	106	103	116	148	117	198	116	233
SUBAL	258	226	164	206	159	126	105	91	94	28
Total	413	326	321	374	341	384	292	397	342	448

	1974	1991	1993	2001	2009
COR	14	88	35	34	48
TCOR	16	70	45	82	95
MAJ	42	44	42	70	66
CAP	120	68	96	137	64
SUBAL	170	86	80		51
Total	362	356	298	323	324

Apêndice B – Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do número de Oficiais, por postos, desde 1899 a 2009

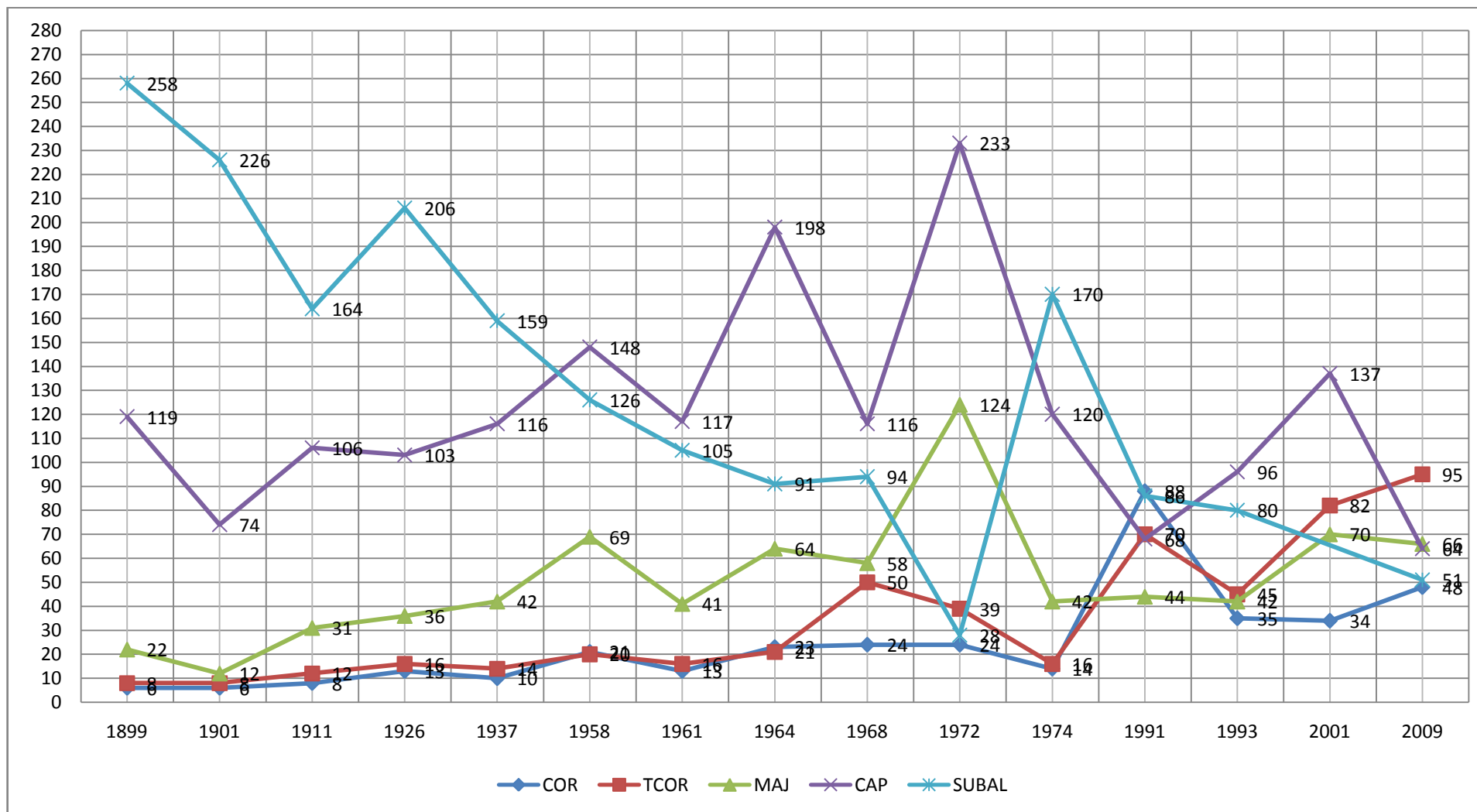
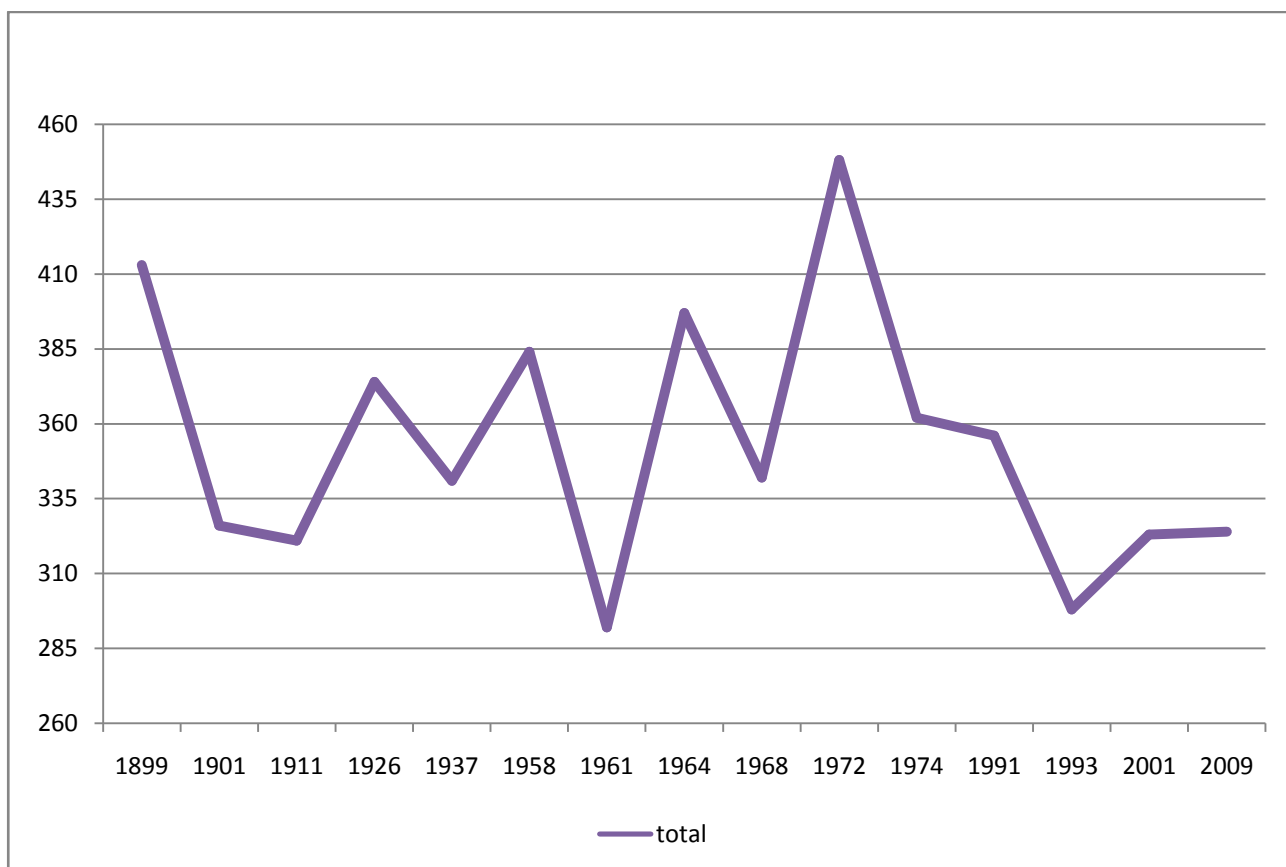


Gráfico 2 – Evolução do número total de Oficiais desde 1899 a 2009.



ANEXOS

Anexo A – Lei n.º15/92

Assembleia da República

Lei n.º 15/92

Adopta medidas visando a racionalização dos efectivos militares

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 168.º, n.º 1, alínea b), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Passagem à reforma

1 - A alínea c) do artigo 175.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (FNIFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, ratificado pela Lei n.º 27/91, de 17 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

a) ...

b) ...

c) Complete, seguida ou interpoladamente, cinco anos na situação de reserva fora da efectividade de serviço;

d) ...

2 - A aplicação da alteração estabelecida no número anterior far-se-á gradualmente, mediante a passagem automática à situação de reforma, nos anos abaixo referidos, dos militares que se encontrem nas seguintes condições:

Repristinado pelo artigo 5.º da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto.

a) Em 1992:

i) Completem nove anos, seguidos ou interpolados, na situação de reserva fora da efectividade de serviço;

ii) Possuam, atinjam ou ultrapassem oito anos naquela situação;

b) Em 1993:

i) Completem oito anos, seguidos ou interpolados, na situação de reserva fora da efectividade de serviço;

ii) Possuam, atinjam ou ultrapassem sete anos naquela situação;

c) Em 1994:

i) Completem sete anos, seguidos ou interpolados, na situação de reserva fora da efectividade de serviço;

ii) Possuam, atinjam ou ultrapassem seis anos naquela situação;

d) Em 1995:

i) Completem seis anos, seguidos ou interpolados, na situação de reserva fora da efectividade de serviço;

ii) Possuam, atinjam ou ultrapassem cinco anos naquela situação.

3 - A passagem à reforma processa-se, independentemente da situação em que os militares se encontrem, nas seguintes datas:

Repristinado pelo artigo 5.º da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto.

a) No próprio dia em que completem o tempo previsto, nos casos das subalíneas i) das alíneas do número anterior;

b) No dia 31 de Dezembro do respectivo ano, nos casos das subalíneas ii) das alíneas do número anterior.

4 - O regime previsto nos artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, aplica-se a todos os militares que se encontrem na situação de reserva à data da entrada em vigor do presente diploma, sejam ou não abrangidos pelo calendário de transição, estabelecido no n.º 2 do presente artigo, bem como àqueles que passaram à situação de reforma em data posterior a 1 de Janeiro de 1991, ao abrigo da alínea c) do artigo 175.º do EMFAR.

Repristinado pelo artigo 5.º da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto.

Artigo 2.º

Reforma antecipada

1 - Para os militares na situação de activo que, nos 90 dias subsequentes à publicação do despacho a que se refere o número seguinte, mas nunca em data posterior a 31 de Outubro do corrente ano, requeiram a passagem à reforma ao abrigo da alínea d) do artigo 175.º do EMFAR são excepcionalmente reduzidos para 48 anos e 30 anos os limites de idade e de tempo de serviço, respectivamente, ali previstos.

2 - Por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta dos chefes de estado-maior, será definido o elenco dos postos, classes, armas, serviços e especialidades que poderá beneficiar da medida prevista no número anterior.

3 - Os requerimentos de passagem à reforma dos militares abrangidos pelos números anteriores podem, em caso de necessidade de serviço, ser indeferidos pelos respectivos chefes de estado-maior, devendo, neste caso, ser submetidos ao Ministro da Defesa Nacional para homologação do despacho de indeferimento.

4 - Os militares abrangidos pelos n.os 1 e 2 podem optar, em alternativa, por uma das seguintes modalidades de incentivos:

a) Bonificação;

b) Indemnização.

5 - Os militares cuja transição para a situação de reserva se efective, por limite de idade, entre 1 de Julho e 31 de Outubro do corrente ano podem, ainda que na situação de reserva, e até esta última data, requerer a passagem à reforma nos termos dos n.os 1, 2 e 4.

Artigo 3.º

Bonificação

1 - A bonificação prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 2.º pode assumir, mediante escolha prévia do militar, a forma de um acréscimo percentual sobre as componentes remuneração base e suplemento da condição militar da pensão calculada nos termos do Estatuto da Aposentação, de acordo com as seguintes modalidades:

- a) Acréscimo de 18%;
- b) Acréscimo de 12%, considerando-se neste caso a progressão para o escalão subsequente àquele em que o militar se encontra posicionado;
- c) Acréscimo de 6%, considerando-se neste caso a progressão para o segundo escalão subsequente àquele em que o militar se encontra posicionado.

2 - O acréscimo referido nas alíneas do número anterior pode, em alternativa e por opção do militar, ser convertido em acréscimo de tempo de serviço, até ao limite de 36 anos.

Artigo 4.º

Indemnização

1 - A indemnização prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 2.º assume a natureza de uma prestação pecuniária única, a abonar no mês subsequente ao da passagem à situação de reforma, de valor correspondente a um mês de remuneração base, acrescida do suplemento da condição militar, por cada três anos completos de tempo de serviço, até ao total de 36 anos.

2 - A indemnização prevista no número anterior é considerada nos termos e para os efeitos do artigo 13.º do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

Artigo 5.º

Abate aos quadros

1 - Para os militares na situação de activo que requeiram, nos 90 dias subsequentes à publicação do despacho a que se refere o n.º 3, mas nunca em data posterior a 31 de Outubro do corrente ano, o abate aos quadros nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, com a redacção dada pela Lei n.º 27/91, de 17 de Julho, será atribuída uma indemnização nos termos do número seguinte.

2 - A indemnização prevista no número anterior assume a natureza de uma prestação pecuniária única, a abonar no mês subsequente ao do abate aos quadros, de valor correspondente a 1 mês de remuneração base, acrescida do suplemento da condição militar, por cada 18 meses completos de tempo de serviço.

3 - Por despacho do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta dos chefes de estado-maior, será definido o elenco de postos, classes, armas, serviços e especialidades que poderá beneficiar da medida prevista no presente artigo.

4 - Aos requerimentos solicitando o abate aos quadros nos termos do presente artigo aplica-

se o disposto no n.º 3 do artigo 2.º

5 - À indemnização prevista neste artigo aplica-se o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 6.º

Exercício de funções

Cessam obrigatoriamente, a partir de 1 de Outubro de 1992, inclusive, todas as situações existentes de Exercício de funções ou prestação de serviços por parte de militares que tenham transitado voluntariamente para a reforma ao abrigo de legislação visando a redução de efectivos, designadamente do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 259/90, de 17 de Agosto.

Artigo 7.º

Passagem à reserva

1 - Durante os anos de 1992 e 1993 passam à situação de reserva os militares que possuam tempo de serviço igual ou superior a 36 anos e preencham uma das seguintes condições:

- a) Sendo oficiais gerais, se encontrem em 30 de Novembro de 1992, ou venham a encontrar-se a partir desta data, por um período superior a um ano, sem colocação definida na estrutura orgânica das Forças Armadas;
- b) Tenham sido ultrapassados em dois anos seguidos na nomeação para o curso de promoção a oficial general por oficiais de menor antiguidade, do mesmo posto e quadro especial, no caso de capitães-de-mar-e-guerra e coronéis;
- c) Tenham sido ultrapassados em três anos seguidos na promoção ao posto imediato por militar de menor antiguidade, do mesmo posto e quadro especial;
- d) Se encontrem na situação de adido, a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34-A/90 de 24 de Janeiro.

2 - Exceptuam-se do disposto na alínea a) do n.º 1 os casos de oficiais gerais em comissão normal ou especial de serviço fora da estrutura das Forças Armadas.

3 - Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 não contam os casos de adiamento da frequência a que se refere o artigo 209.º do EMFAR.

4 - Os militares abrangidos pelo presente artigo apenas transitam para a situação de reforma ao completarem 65 anos de idade e são equiparados, para efeito de remuneração, aos militares cuja transição para a reserva se efectivou nas situações previstas no n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção dada pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

Repristinado pelo artigo 7.º do DL n.º 197-A/2003, de 30/8

5 - As datas da passagem à situação de reserva são as seguintes:

- a) 31 de Dezembro de 1992, para os militares que se encontrem, ou venham a encontrar, nas condições previstas no presente artigo durante o corrente ano;
- b) 31 de Dezembro de 1993, para os militares que preencham aquelas condições durante o ano de 1992.

6 - Após a aprovação dos quadros definitivos de pessoal, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1993, passam à situação de reserva os militares dos quadros a extinguir que sejam excedentários e contem, pelo menos, 36 anos de serviço.

Repristinado pelo artigo 5.º da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto.

7 - Constitui encargo do Ministério da Defesa Nacional o pagamento à Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Servidores do Estado das quotas correspondentes aos acréscimos de tempo de serviço, previstos no artigo 48.º do EMFAR, que, não tendo ainda sido requeridos pelos próprios, se mostrem necessários para que os militares abrangidos por este artigo perfaçam 36 anos de serviço.

Repristinado pelo artigo 5.º da Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto.

Artigo 8.º

Excepção

O disposto nos artigos 2.º a 6.º não é aplicável aos militares que se encontravam nas situações de licença ilimitada ou licença registada à data de 1 de Janeiro de 1992 ou nelas tenham ingressado posteriormente.

Artigo 9.º

Manutenção na vida activa

O Governo desenvolverá um programa de apoio à manutenção na vida activa dos militares abrangidos pelo presente diploma que o desejem, nomeadamente na área da cooperação.

Artigo 10.º

Produção de efeitos

1 - As pensões de reforma dos militares abrangidos pelo artigo 1.º do presente diploma constituem encargo da Caixa Geral de Aposentações a partir das datas definidas no n.º 3 do mesmo artigo.

2 - Os militares cuja reforma seja autorizada nos termos do artigo 2.º transitam automaticamente para aquela situação no dia 1 do mês subsequente ao da entrada dos respectivos requerimentos na Caixa Geral de Aposentações, cabendo a esta instituição o encargo das pensões a partir daquela data.

3 - A Caixa Geral de Aposentações fixará as respectivas pensões transitórias, que serão processadas e abonadas, até ao mês da publicação das pensões definitivas, pelos orçamentos dos ramos das Forças Armadas, os quais serão posteriormente reembolsados pela Caixa, tendo em atenção o que dispõe a parte final do n.º 2.

Aprovada em 7 de Julho de 1992.

O Presidente da Assembleia da República, António Moreira Barbosa de Melo.

Promulgada em 14 de Julho de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 15 de Julho de 1992.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva

Anexo B – PLESMIL

ACADEMIA MILITAR PLESMIL 102 – 2008/2009 (PROJECTO)

Plano de Estudos 1º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia			Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General		
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS
					1º Sem.	2º Sem.	
H222	Metodologia da Comunicação	1S		3		45	4
H311	Noções Fundamentais de Direito	1S	3		45		6
M321	Geografia	1S	3		45		4
N111	Matemática Geral I	1S	5		75		8
N221	Química	1S	5		75		6
H211	Introdução às Ciências Sociais	2S		3		45	5
M111	Organização Militar	2S		3		45	3
M121	Organização do Terreno	2S		3		45	4
M412	História de Portugal	2S		3		45	4
N124	Algebra Linear	2S		5		75	6
N131	Introdução à Programação	2S		3		45	6
I111	Inglês I	1S	3		45		2
I112	Inglês II	2S		3		45	2
F111	Formação Geral Militar I	A	3	3	45	45	---
F211	Educação Física I	A	5	5	75	75	---
Total de TE semanais			30	30			60
Total de ECTS							60

Plano de Estudos 2º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia			Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General		
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS
					1º Sem.	2º Sem.	
E316	Sistemas Computacionais e de Comunicação	3S	3		45		4
H241	Sociologia Militar	3S	3		45		4
M131	Tática Geral e Operações Militares I	3S	3		45		4
M414	História Militar I	3S	2		30		4
N112	Matemática Geral II	3S	5		75		7
N311	Topografia I	3S	4		60		6
H317	Noções Gerais de Direito Administrativo	4S		4		60	5
M132	Tática Geral e Operações Militares II	4S		3		45	4
N133	Bases de Dados	4S		3		45	5
N211	Física	4S		5		75	6
N312	Topografia II	4S		4		60	7
I113	Inglês III	3S	3		45		2
I114	Inglês IV	4S		3		45	2
F112	Formação Geral Militar II	A	3	3	45	45	---
F212	Educação Física II	A	5	5	75	75	---
Total de TE semanais			31	30			60
Total de ECTS							60

ACADEMIA MILITAR
PLESMIL 102 – 2008/2009
(PROJECTO)

Plano de Estudos 3º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia				Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General		
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS	
					1º Sem.	2º Sem.		
H131	Introdução à Gestão	5S	3		45		6	
H314	Noções Fundamentais de Ciência Política e Direito Constitucional	5S	4		60		5	
M151	Logística	5S	3		45		4	
M415	História Militar II	5S	3		45		5	
N125	Probabilidades e Estatística	5S	5		75		6	
H133	Gestão de Recursos Humanos	6S		3		45	6	
H223	Gestão da Comunicação	6S		3		45	5	
H333	Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados	6S		3		45	5	
H411	Pedagogia da Educação Física	6S		3		45	4	
M211	Elementos de Armamento	6S		3		45	4	
N151	Investigação Operacional	6S		5		75	6	
I115	Inglês V	5S	3		45		2	
I116	Inglês VI	6S		3		45	2	
F113	Formação Geral Militar III	A	3	3	45	45	---	
F213	Educação Física III	A	5	5	75	75	---	
Total de TE semanais			29	31				
						Total de ECTS		60

Plano de Estudos 4º Ano		Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia				Visto Fernando Manuel Paiva Monteiro Tenente-General		
Código	Unidades Curriculares	Semestre	TE Semanais		TE Semestrais		ECTS	
					1º Sem.	2º Sem.		
M135	Tática de Artilharia I	7S	4		60		7	
M221	Balística	7S	3		45		3	
M311	Ética e Liderança	7S	4		60		5	
M421	Teoria das Relações Internacionais	7S	4		60		5	
M223	Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro I	7S	7		105		9	
H114	Administração e Finanças Públicas	8S		3		45	4	
H251	Seminário de Relatório de Estágio	8S		1		15	-	
M136	Tática de Artilharia II	8S		6		90	9	
M224	Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro II	8S		8		120	10	
M322	Teoria Geral da Estratégia	8S		3		45	4	
I117	Inglês VII	7S	2		30		2	
I118	Inglês VIII	8S		2		30	2	
F114	Formação Geral Militar IV	A	3	3	45	45	---	
F214	Educação Física IV	A	5	5	75	75	---	
Total de TE semanais			32	31				
						Total de ECTS		60

Anexo C – Figuras

Figura 1- Capitão de Artilharia em 1903



MATOS, José Alberto da Costa, *Os Uniformes da Artilharia Portuguesa*, p. 120

Figura 2- Oficiais de

Artilharia em 1911



MATOS, José Alberto da Costa, *Os Uniformes da Artilharia Portuguesa*, p. 120

Figura 3- Soldado do CEP

